



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Fabiana Rodrigues Dias

**Por entre legados e demandas:
um estudo sobre os *programas históricos* apresentados no
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1856)**

Rio de Janeiro

2009



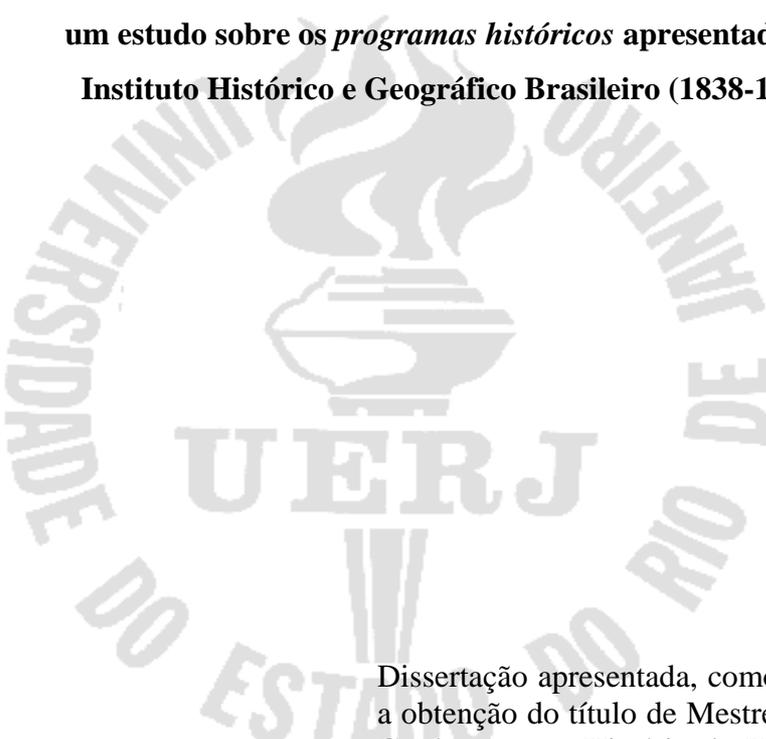
Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Fabiana Rodrigues Dias

**Por entre legados e demandas:
um estudo sobre os *programas históricos* apresentados no
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1856)**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Lúcia Maria Paschoal Guimarães

Rio de Janeiro

2009

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/ CCS/A

D541 Dias, Fabiana Rodrigues.
Por entre legados e demandas: um estudo sobre os programas históricos apresentados no IHGB (1838-1856)/ Fabiana Rodrigues Dias. - 2009.

112 f.

Orientadora: Lúcia Maria Paschoal Guimarães.

Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Bibliografia.

1. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – Teses. 2. Historiografia – Teses. I. Guimarães, Lúcia Maria Paschoal. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 930.2

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação.

Assinatura

Data

Fabiana Rodrigues Dias

**Por entre legados e demandas:
Um estudo sobre os *programas históricos* apresentados no
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1856)**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Aprovada em 28 de setembro de 2009.

Banca Examinadora:

Professora Dr.^a Lúcia Maria Paschoal Guimarães (Orientadora)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ

Professor Dr. Manoel Luiz Salgado Guimarães
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ

Professor Dr. Arno Wehling
Escola de História da UNIRIO

Rio de Janeiro

2009

DEDICATÓRIA

Para Marcos Fiuza, meu companheiro de todas as horas.

AGRADECIMENTOS

À Prof.^a Dr.^a Lúcia Maria Paschoal Guimarães, pela irretocável orientação. Não há como mensurar a gratidão a sua presteza, dedicação e carinho. Agradeço-lhe imensamente pelas intensas e agradáveis reuniões que deram corpo a este trabalho.

Aos Professores Doutores Manoel Luiz Salgado Guimarães e Arno Wehling, por aceitarem o convite em participar das bancas de qualificação e de defesa desta dissertação. Reitero meu agradecimento às preciosas e elucidativas sugestões realizadas no exame de qualificação, que acabaram por dar o tom da redação deste estudo.

À Prof.^a Dr.^a Regina Wanderley, por incentivar as minhas mais rudimentares elucubrações sobre o tema, ainda nos tempos da graduação. Agradeço sua generosidade e amizade em compartilhar suas reflexões sobre o objeto de estudo, aqui explorado.

Ao Prof.^o Dr.^o Pedro Tórtima, pela solidariedade prestada durante o longo período em que desfrutei do privilégio de dedicar-me à pesquisa na Sala de Leitura do IHGB. Seus conselhos e sugestões foram fundamentais ao êxito desta dissertação.

Aos funcionários do IHGB, que sempre me receberam com amizade e disponibilidade para atender às necessidades da pesquisa.

Ao Prof.^o Dr.^o Valdeir Araújo pelo interesse com o qual observou minhas primeiras exposições sobre este tema e pela disposição em enviar-me prontamente sua tese, antes mesmo de ser publicada.

A Marcos Fiuza, por dividir o cotidiano, compartilhar o ofício, e tornar a vida mais irreverente.

A meus pais, meu irmão, minha avó e minhas tias, que mesmo sem adentrarem ao mundo acadêmico sempre incentivaram minhas aspirações.

Aos meus amigos queridos, por me proporcionarem os dias dos quais no futuro sentirei saudades.

Ao Programa de Pós Graduação em História da UERJ, pela seriedade, compromisso e humanidade com que conduz suas atividades.

Por fim, agradeço a Capes, por financiar os produtivos e gratificantes anos de pesquisa que originaram esta dissertação.

A sorte geral da humanidade muito nos interessa, e nossa simpatia mais vivamente se abala quando se nos conta o que fizeram, o que pensaram, o que sofreram aqueles que nos precederam na cena do mundo: é isso que fala a nossa imaginação, é isso o que ressuscita, por assim dizer, a vida do passado, o que nos faz ser presentes ao espetáculo animado das gerações sepultadas.

Januário da Cunha Barbosa

RESUMO

DIAS, Fabiana Rodrigues. **Por entre legados e demandas:** um estudo sobre os programas históricos apresentados no IHGB (1838-1856). 2009. 112 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

A presente dissertação analisa a gama de *programas históricos* propostos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, entre os anos de 1838 e 1856. Enunciados e desenvolvidos pelos sócios do IHGB, os *programas* revelam uma série de questionamentos originados no seio daquela elite letrada. Através de um significativo contingente de agremiados protagonistas da esfera política, tais inquietações migravam rumo ao Instituto, em busca de soluções acadêmicas. Considerando a expressividade do IHGB no cenário político da década de 1840, o objetivo central deste estudo é avaliar em que medida tais formulações constituíam, por um lado, uma herança das práticas acadêmicas setecentistas e, por outro, um espaço para o debate intelectual acerca dos imperativos colocados por um Estado em processo de consolidação, bem como pela disciplinarização do saber histórico.

Palavras-chave: IHGB. Historiografia. Política imperial.

ABSTRACT

This dissertation examines the *historical* range of *programs* proposed at the Institute of Geography and History Brazilian, between the years 1838 and 1856. Statements and developed by members of the IHGB, the *programs* show a series of questions that originate among the erudite elite. Through a significant number of associates players in the political sphere, such concerns migrated to the Institute, in search of academic solutions. Whereas the expression of IHGB political scenery in the 1840s, the main purpose of this study is to assess the extent to which these formulations were, first, a legacy of academic practices eighteenth century and, second, a space for intellectual debate about the imperative posed by a state in the consolidation process, as well as the disciplining of historical inquiry.

Keywords: IHGB. Historiography. Imperial politic.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Evolução anual dos <i>programas históricos</i> – 1ª fase.....	43
Gráfico 2 - Evolução anual dos <i>programas históricos</i> – 2ª fase.....	46
Gráfico 3 - <i>Programas históricos</i> : trajetórias possíveis.....	56

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 PERMANÊNCIAS E DESCONTINUIDADES NA CONFIGURAÇÃO DE UM REDUTO INTELECTUAL.....	13
1.1 A historiografia e as possibilidades de investigação.....	13
1.2 Instituto Histórico: nascimento e missão.....	20
1.3 Da herança setecentista e da gênese do campo historiográfico.....	27
2 A EXERCITAÇÃO ACADÊMICA: ESPECULANDO SOBRE E COM A HISTÓRIA.....	39
2.1 Trajetos enviesados: ascensão e queda dos <i>programas históricos</i>	39
2.2 Experiência e expectativa na formulação dos <i>programas históricos</i>	50
2.3 Especulando sobre a História.....	55
2.4 Especulando com a História.....	61
3 UM INSTITUTO POLIFÔNICO: OMISSÕES, CENSURAS, RÉPLICAS E TRÉPLICAS.....	75
3.1 Omissões e censuras: uma herança das academias ilustradas.....	75
3.2 Réplicas e Tréplicas: exceções à harmonia da <i>Revista</i>	84
3.3 História Geral ou histórias provinciais: a polêmica em torno de Raimundo José da Cunha Matos.....	90
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
REFERÊNCIAS.....	100
ANEXO.....	105

INTRODUÇÃO

A presente dissertação busca contribuir para o debate em torno da historiografia, que teve lugar no Brasil oitocentista, analisando os programas históricos apresentados no IHGB. Fundado em 1838, o Instituto constituiu o principal núcleo de gestação dos saberes ditos literários, que iniciavam seu desdobramento em direção à configuração de disciplinas autônomas, integrando, portanto, o complexo movimento moderno de singularização, no qual as histórias deram lugar à História, incumbida de produzir um sentido às intermitências provocadas pela progressiva laicização do mundo ocidental.

Os *programas históricos* propostos e desenvolvidos pelos sócios do Instituto Histórico, entre os anos de 1838 e 1856, expressam nitidamente as tensões provocadas por esse ressignificar dos tempos. Herdados das academias setecentistas, os *programas* atendiam às demandas impostas por seu tempo. Formulados sob a forma interrogativa, especulavam sobre questões pertinentes à construção da História, como também aos impasses que ocupavam as pautas contemporâneas. Nesse sentido, faziam usos disciplinares e retóricos da história, conciliando, assim, tradição e modernidade, sob a proteção do Imperador.

A intenção inicial de pesquisar a produção dos sócios do Instituto, logo se restringiu ao exame de apenas uma das categorias de textos por eles assinados. A relevância dos *programas*, e dos textos originados a partir de suas indagações, foi notada quando aliamos o material preliminarmente pesquisado às produções acadêmicas contemporâneas, que há duas décadas vem lançando luz sobre o IHGB. Utilizados como fontes primárias por esses estudos, os *programas*, no entanto, não haviam sido tratados em sua totalidade, como uma categoria de textos específica.

Nesse sentido, pesquisamos as atas das sessões ordinárias do IHGB, procurando observar qualquer menção aos *programas*. Assim, reunimos os dados que nos permitiram organizar uma planilha com os registros de todos os sessenta *programas históricos* propostos, bem como a trajetória de cada um deles, que se encontra em anexo.

Com a planilha arquitetada, iniciamos o levantamento dos originais correspondentes aos textos desenvolvidos a partir dos *programas históricos*. A busca realizada na Coleção IHGB, localizou seis originais publicados e dois, que não chegaram às páginas da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, doravante denominada apenas de *Revista*.

Esboçados os instrumentos de pesquisa, iniciou-se um longo trabalho de análise dos temas que integravam as formulações programáticas. O teor das indagações por vezes parecia imbricar os usos retórico e disciplinar da história, organizá-los demandou cautela diante do

tênue fio que os diferenciavam. Realizadas as adequações era chegada a hora de redigir os capítulos.

No capítulo I, intitulado *Permanências e descontinuidades na configuração de um reduto intelectual* buscou-se, primeiramente, traçar um panorama da historiografia atual, destacando suas contribuições ao presente estudo. Em seguida, foi analisada a fundação do Instituto e a missão a qual seus sócios se impuseram, para, somente então, averiguar em que medida o legado das academias setecentistas teria se efetivado nas práticas do IHGB, sobretudo, naquelas que se referiam aos *programas históricos*.

No capítulo II, denominado *A Exercitação Acadêmica: especulando sobre a história e com a história* procurou-se, inicialmente, esquadrihar a dinâmica que envolvia a resolução dos temas programáticos ao longo dos dezoito anos em que ocuparam com maior ou menor intensidade a pauta das sessões ordinárias. Na seqüência, foram examinados os enunciados considerados mais significativos dos diferentes usos da história. Nesse sentido, priorizou-se extrair dos temas aprovados como *programas históricos* as características mais expressivas daquele regime de historicidade¹ que seus autores compartilhavam, o que exigiu que os temas fossem dispostos de acordo com o cerne de suas especulações.

O capítulo III, nomeado *Um Instituto polifônico: Omissões, Censuras, Réplicas e Tréplicas*, é dedicado às disputas intelectuais das quais os sócios do Instituto eram protagonistas. O capítulo contempla, ainda, a demonstração dos resultados alcançados a partir do cotejo entre publicações e originais. De início, foram desenvolvidas considerações a respeito das omissões de *programas históricos* redigidos, que não chegaram às páginas da *Revista*. Na segunda parte do capítulo, o foco direcionou-se aos dois casos de réplicas e tréplicas publicadas no periódico do Instituto, as quais são expressivas dos debates criados sobre temas controversos, como o foram as fronteiras e o “descobrimento” do Brasil. As últimas reflexões foram reservadas à polêmica em torno da escrita da história nacional. Para isso, tomou-se por base a *Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil*, de autoria de Raimundo José da Cunha Matos. Finalizam o capítulo, os resultados obtidos da comparação entre o manuscrito e a publicação do texto, aliás, o único original de *programa histórico* efetivamente interpolado.

¹ HARTOG, François . *Régimes d'historicité: Présentisme et expériences du temps*. Paris: Seuil, 2003.

1 PERMANÊNCIAS E DESCONTINUIDADES NA CONFIGURAÇÃO DE UM REDUTO INTELECTUAL

Criado para coligir e guardar todos os documentos relativos à História e à Geografia do Brasil, a sua mais grata e gloriosa tarefa será a de traçar, com a severa pena do historiador fiel e imparcial, os atos do paternal governo de Vossa Majestade Imperial.²

José Antônio Lisboa

1.1 A historiografia e as possibilidades de investigação

Conforme indica José Murilo de Carvalho, a elite da Corte que se instalou no Rio de Janeiro, desde a vinda da família real portuguesa, em 1808, socializava-se por via da educação, da ocupação profissional e da carreira política, formando, assim, “a homogeneidade ideológica e de treinamento que iria (...) fornecer a concepção e a capacidade de implementar determinado modelo de dominação política”,³ mais adiante consolidado como uma monarquia constitucional e escravista. Por conseguinte, enveredar pela trama de relações alinhavadas por este seletivo grupo de indivíduos letrados, atuantes tanto nos editoriais dos jornais, como nas pastas ministeriais, ou ainda, nas salas de aula do Colégio de Pedro II, permite revelar que o Instituto Histórico constituía mais um desses espaços, onde aquelas personalidades polivalentes discutiam o projeto nacional.

Em um processo de apreensão e adaptação de tendências irradiadas, sobretudo, das matrizes francesa e inglesa, e mediadas pela herança portuguesa, os espaços públicos de debate e socialização definiam os posicionamentos políticos e as estratégias de cada uma

² Trecho do discurso pronunciado por José Antonio Lisboa, Conselheiro do Império e sócio do IHGB, por ocasião da deputação do Instituto que felicitou o Imperador em 7 de abril de 1842, data em que se comemorava o aniversário da aclamação.

³ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*. RJ: Civilização Brasileira, 2003. p. 21.

dessas vertentes, frente ao cenário adornado pelas impactantes ocorrências das primeiras décadas do século XIX.⁴

A tensão provocada pela recepção do liberalismo por uma sociedade escravista desencadeou uma série de disputas que definiriam, paulatinamente, os rumos de um Estado ainda cambaleante às vésperas da maioridade do Imperador. Protagonizadas pelos mesmos vultos que se tornariam sócios do Instituto, tais orientações e enfrentamentos eram dispostos à apreciação pública através de artigos impressos pelas tipografias da capital do Império.⁵

Em tal conjuntura, a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, foi um acontecimento emblemático. Segundo seus Estatutos, destinava-se formalmente a “coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a história e a geografia do Império do Brasil”⁶. Na prática, porém, o Instituto extrapolou tais desígnios e se constituiu em um reduto privilegiado para a discussão do passado de um país que pretendia construir-se como nação.

Se na Europa, mais precisamente na Alemanha, a definição da história como disciplina estava em curso⁷ e, por isso, a produção do saber historiográfico sediava-se nas universidades, no Brasil, na falta do espaço universitário, esse exercício teve lugar nas “academias dos escolhidos e eleitos a partir de relações sociais, nos moldes das academias ilustradas”.⁸ Nesse mesmo sentido, o Instituto, enquanto pioneiro da institucionalização da História e da Geografia, compartilhou das tradições acadêmicas setecentistas e conciliou sua rotina de atividades, fortemente inspiradas por esse legado, com as demandas impostas pela disciplinarização do campo historiográfico.⁹

Motivados pela necessidade de escrever uma história que ressignificasse a pluralidade cultural do Brasil em favor de um passado comum, os integrantes do Instituto Histórico se dedicariam, inicialmente, à pesquisa de manuscritos, ao desenvolvimento dos chamados *programas históricos* e à elaboração de “memórias históricas”, como exercícios preliminares à confecção de uma história pátria dotada de unidade e coerência, comprometida com o ideal monárquico.

⁴ A esse respeito ver o livro organizado por Lúcia Maria Paschoal Guimarães e Maria Emília Prado, *O Liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e práticas*. Rio de Janeiro: Revan UERJ, 2001.

⁵ Sobre os espaços de sociabilidade na Corte do Rio de Janeiro ver o trabalho do Professor Marco Morel: *As transformações dos espaços públicos*. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840). São Paulo: Editora Hucitec, 2005.

⁶ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo I, 1839, p.22-4.

⁷ IGGERS, Georg. *Historiography in the Twentieth Century*. From Objectivity to the Postmodern Challenge. Hanover-London, Wesleyan University Press, 1997. p. 27.

⁸ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História nacional*. Estudos históricos - Caminhos da historiografia, Rio de Janeiro, 1 (1): 5-27, 1988. p.5.

⁹ O emprego do conceito de *campo* inspira-se em Pierre Bourdieu, ver: *O poder simbólico*, Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1998. p. 64.

Tal engajamento seria estudado na tese pioneira de Manoel Salgado, da qual se originou o artigo “*Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma História Nacional (1838-1857)*.”¹⁰ Para o autor, no Instituto, a operação historiográfica buscava forjar a nacionalidade em um território que se havia configurado antes como Estado do que como nação. Como desdobramento de tal hipótese, atualmente consensual, o Professor Manoel desenvolveu a assertiva de que o IHGB havia extrapolado a condição de simples associação literária, configurando um lócus para a discussão do processo de gênese da nação. Nesse sentido, os trabalhos lá desenvolvidos sobre os campos da história e da geografia teriam reificado a unidade espaço-temporal, tão necessária à estabilidade do Império.

Recentemente, o mesmo autor escreveu outras duas contribuições, a saber: “*As luzes para o Império: História e progresso nas páginas de O Patriota*”¹¹ e “*A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil*”¹². Na primeira, lançando um olhar analítico sobre o artigo “Estado político da Europa”, publicado em 1813 no jornal *O Patriota*, Manoel Salgado examina, apoiado em premissas teóricas de François Hartog e de Reinhart Koselleck, a acepção do sentido de história levado às páginas de tal periódico. Ele constata a existência de um regime de historicidade diverso do que hoje compartilhamos, em que profissionais atribuídos de competências específicas do ofício de historiador constroem as narrativas sobre o passado.

Assim, identifica a autoridade do Estado na legitimação do saber histórico, como a mais nítida impressão de uma ordem do tempo regida por prerrogativas outras, que não as atuais. Aliás, o estudo que realizamos converge com o artigo em questão, na medida em que endossa a hipótese de que, tal como ocorreu com o jornal *O Patriota*, o Instituto Histórico orientou-se por um regime de historicidade pautado pelas demandas políticas de um Estado em construção.

Já no artigo “*A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil*”, o professor Manoel Salgado analisa as tensões entre as distintas correntes historiográficas à época da construção do Brasil como nação. Por meio da análise de três contribuições escritas por sócios fundadores do Instituto Histórico, o autor reflete sobre os modelos que disputavam a escrita da história do Brasil. Instrumentalizado, mais uma vez, pelo conceito de regime de historicidade, Salgado aposta em uma análise comparativa entre aqueles textos que

¹⁰ GUIMARÃES, Op. Cit., Nota 7, p.5.

¹¹ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *As Luzes para o Império: História e Progresso nas páginas de O Patriota*. In: Kury, Lorelai (org.). *Iluminismo e Império no Brasil: O Patriota (1813-1814)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

¹² GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil*. In: *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

denominou “fundadores”, com o objetivo de identificar as concepções que pairavam sobre a produção do passado da ex-colônia portuguesa.¹³ Para isso, coteja o discurso de inauguração do Instituto Histórico, proferido pelo Cônego Januário da Cunha Barbosa, a monografia, redigida pelo Desembargador Pontes, em resposta ao *programa histórico* “Quais os meios que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos à História e Geografia do Brasil?”, e a “Dissertação acerca do sistema de se escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil”, da pena do Marechal Raimundo José da Cunha Matos em atenção ao *programa* proposto em 1º de dezembro de 1838.

Do confronto, o Professor Manoel conclui que os três trabalhos revelam o “nascimento de uma forma específica de escrita da história nacional entre nós”.¹⁴ Marcado, significativamente, pelo paradoxo universalidade versus singularidade, o exercício preliminar à escrita da história do Brasil desenvolvia-se em meio à tensão entre uma perspectiva acolhedora da cor local como estratégia de gênese e as referências européias de uma história universal.

No que se refere à percepção sobre o Instituto Histórico e o viés memorialístico que conduziu suas atividades, a tese *Debaixo da imediata proteção imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)* de Lúcia Maria Paschoal Guimarães investiga os escritos publicados pela *Revista* no período compreendido entre o momento da fundação do Instituto e a proclamação da República.¹⁵

Buscando reconstituir as nuances que marcaram a trajetória do IHGB sob a proteção de D. Pedro II, Lúcia Guimarães traça um perfil profissional dos sócios, superando a premissa de que os quadros sociais do Instituto teriam sido integrados por latifundiários ou seus descendentes. Ela revela a preponderância de homens ligados a profissões ou ofícios urbanos, sobretudo, cargos políticos e funções do aparato de Estado imperial. Além disso, indica que os onze anos que precederam à participação efetiva do Imperador nas sessões do Instituto foram dedicados, prioritariamente, à formação do arcabouço do que viria a ser a história oficial do Brasil, o que, segundo suas assertivas, acabou por delinear um Instituto mais tributário da memória do que da história. Privilegiando o extenso período em que as atividades do Instituto desfrutaram do mecenato imperial, Lúcia Guimarães identifica como a

¹³ Manoel Salgado recorre à categorização elaborada por François Hartog em *Régimes d'historicité*. Présentisme et expériences du temps. Paris : Editions Seuil, 2003.

¹⁴ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.118.

¹⁵ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. In: R. IHGB, a. 156, n.388, p.459-613, jul./set. 1995.

vinculação política dos sócios do IHGB ao projeto da monarquia centralizada se refletiu no exercício de crítica documental e produção textual.¹⁶

Por sua vez, no livro *A Invenção da História: estudos sobre o historicismo*,¹⁷ Arno Wehling reúne significativas reflexões sobre o tema. Através de uma revisão historiográfica, explora desde as origens do conceito de historicismo até a reconfiguração das condições que o relegaram a um plano secundário, passando por sua fase de maior repercussão epistemológica.

O Professor Arno busca com essa sistematização desvelar em que esferas epistemológicas o movimento historicista se propagou para além da historiografia. Para tanto, toma o paralelo biológico/social expresso pela alteração provocada, simultaneamente, pela física newtoniana e o fim do Antigo Regime, como significativas mudanças no plano da realidade, das quais teria advindo a problematização que deu origem ao historicismo. Desse modo, a gênese do historicismo atendeu às demandas de um mundo que não mais poderia ser decifrado por abordagens atemporais, da ordem dos fenômenos mecanicistas ou sistêmicos, mas, sim, por concepções processuais, lineares, fossem elas sociais ou biológicas, uma vez que precisavam dar conta de explicar as transformações advindas de um tempo cada vez mais acelerado.

Assim, a noção de historicismo aparece intimamente vinculada à experiência da modernidade e, portanto, marca o ressignificar da relação entre passado, presente e futuro, como também esclarece Reinhart Koselleck. Tal vinculação entre o historicismo e o evolucionismo biológico sugere a percepção de um futuro aberto, regulado, a partir de então, pela noção de progresso.

Além de oferecer consistente debate teórico sobre tema tão caro às humanidades, Arno Wehling proporciona um capítulo exclusivamente dedicado às implicações do historicismo nas atividades do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro dos primeiros anos. O autor indica que a versatilidade dos escritos cancelados pelo Instituto revela uma operação historiográfica peculiar, por procurar conciliar, em um mesmo espaço, demandas políticas e questões disciplinares da produção do saber histórico.

Marcado essencialmente pelo historicismo, tal como o século das luzes o fora pelo racionalismo, os anos oitocentos consolidaram a perspectiva moderna de historicização, instituindo a História como disciplina, para além de um saber erudito. Segundo o Professor Arno, ainda nesse sentido, o historicismo esteve a serviço dos nacionalismos que se

¹⁶ Segundo Lúcia Guimarães, o Imperador participou de 508 reuniões ordinárias, entre dezembro de 1849 e sua partida para o exílio. Ver: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. In: R. IHGB, a. 156, n.388, jul./set. 1995, p. 486.

¹⁷ WEHLING, Arno. *A invenção da história: estudos sobre o historicismo*. RJ: Editora Gama Filho, 2001.

cristalizavam. Do mesmo modo, justificou a superioridade da cultura européia, branca e civilizada sobre as culturas de continentes negros e indígenas, sugerindo, de acordo com as teorias evolucionistas, que o modelo civilizatório europeu seria o objetivo a ser atingido por essas culturas colocadas na extremidade oposta dessa linha progressista.

Para Arno, o momento da fundação do Instituto caracterizou-se, de um lado pelo reconhecimento científico da História como disciplina e, por outro, pela construção do Brasil como nação. Ele nasceu, assim, em meio às tradições ainda vigentes da ilustração colonial, para adaptar-se às circunstâncias impostas pelo advento da independência, às novas roupagens românticas e, mais tarde, científicas, tomadas pelo historicismo. Nessa perspectiva, o professor Wehling vislumbra no historicismo uma espécie de denominador comum às diversas produções realizadas pelos sócios do Instituto. Entretanto, ele também aponta que a coexistência daquelas influências, aparentemente contraditórias, revelam um momento rico em transitoriedades, e permitem mapear a pluralidade de tendências que marcaram o exercício historiográfico no alvorecer do Instituto.

Voltada para o período compreendido entre 1813 e 1845, a tese de Valdei Lopes de Araújo, intitulada *A experiência do tempo: modernidade e historicização no Império do Brasil*,¹⁸ toma como um de seus objetos a produção historiográfica levada às páginas do periódico do Instituto Histórico. O autor entende que o advento da independência do Brasil implicou na construção de novos referenciais e desenvolve a premissa de que o IHGB foi o centro difusor das tradições que forjariam a percepção do Brasil como nação. Assim, o Instituto Histórico é discutido em sua complexidade e em sua polifonia interna, o que revela, para além de uma feição conservadora e monarquista, a coexistência de usos distintos da história, bem como de influências diversas que pairavam sobre a cultura oitocentista. Na esteira de Reinhart Koselleck, que vislumbra a Revolução Francesa como evento desencadeador da aceleração do tempo, Valdei Araújo considera que a independência do Brasil teria constituído o marco inicial de um processo semelhante. Nesse sentido, para Valdei, a fundação do Instituto, dezesseis anos após a emancipação, teria servido à historicização do passado aberto da colônia, segundo os paradigmas narratológicos modernos.

Aprovada em 2003, no Programa de Pós-Graduação em História da PUC - Rio, a dissertação de mestrado “*Lições da História: as concepções de História dos fundadores do IHGB*”,¹⁹ de Renata William Santos do Valle, busca definir quais teriam sido as motivações e

¹⁸ ARAÚJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo: modernidade e historicização no Império do Brasil*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PUC - Departamento de História, 2003.

¹⁹ VALE, Renata William Santos do. *Lições da história: as concepções de história dos fundadores do IHGB*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC - Departamento de História, 2003.

concepções norteadoras dos letrados que se reuniram em torno da fundação do Instituto. Através de uma análise das biografias dos sócios, dos textos publicados na *Revista*, e das atas das sessões, Renata enriquece a discussão sobre o tema e conclui que os fundadores do Instituto não partilhavam de uma concepção única do fazer historiográfico, pois entre eles coexistiam os usos da história que Reinhart Koselleck denomina de *Magistra Vitae* e de *Geschichte*.

Recentemente, Simone Tiago Domingos apresentou, sob a forma de dissertação de mestrado, uma pesquisa a respeito das imagens veiculadas pela Revista do IHGB sobre os jesuítas no período de 1839-1886. A autora investigou, a partir das atas das sessões do Instituto e dos textos publicados em seu periódico, as diferentes interpretações que deles emergiam quando tratavam dos loyolanos. Simone Tiago Domingos defende a idéia de que o Instituto comprometia-se em auxiliar o Estado na solução das problemáticas contemporâneas, como era o caso, à altura da década de 1840, do retorno dos jesuítas ao Brasil, como potenciais catequistas e educadores dos indígenas alheios à civilização.²⁰

O estudo recém publicado de Kaori Kodama intitulado “Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860”,²¹ lança luz sobre uma crucial questão abordada por esta dissertação: a incorporação dos nativos à nação. Explorando os debates travados no Legislativo, bem como as narrativas produzidas pelo IHGB sobre os indígenas, Kaori percebe a interseção dessas falas. A autora vale-se de *programas históricos* desenvolvidos no IHGB, sobretudo os assinados pelo sócio Joaquim Machado de Oliveira. Desse modo, seu livro contribui para as nossas reflexões, sobretudo àquelas relativas aos *programas* dedicados a discutir os autóctones.

Os estudos aqui mencionados, contudo, não aprofundam o exame a respeito da formulação, da exposição e da publicação dos chamados *programas históricos* no IHGB, embora os utilizem como material empírico. Tal lacuna historiográfica nos instigou a centrar o nosso foco naqueles programas e acompanhar as suas trajetórias. Desvendar o sentido de seus enunciados, analisar as discussões que suscitaram, bem como as dissertações deles decorrentes são, portanto, o objetivos do presente trabalho, uma vez que tal prática acadêmica constitui uma categoria analítica dotada de considerável potencialidade, capaz de elucidar a dinâmica do Instituto nos seus primeiros anos de atividades.

²⁰ DOMINGOS, Simone Tiago. *Política e Memória: a polêmica sobre os jesuítas na Revista do IHGB e a política imperial (1839-1886)*. Dissertação de Mestrado, Campinas: IFCH-UNICAMP, 2009.

²¹ KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. RJ: Editora FIOCRUZ; SP: EDUSP, 2009.

Os autores aqui referidos, de modo geral, reconhecem a pluralidade do debate travado nas dependências do IHGB. Entretanto, enquanto Arno Wehling e Manoel Salgado defendem que o Instituto teria se construído mesclando permanências ilustradas e apropriações modernas, Valdeci Araújo, apesar de se reportar à herança setecentista, conduz suas reflexões no sentido de privilegiar a ruptura imposta pelo advento da independência. Tomando-os por base, nossa investigação busca evidenciar em que grau as disputas travadas em torno das heranças e das imposições de um novo tempo materializavam-se nos *programas históricos*.

1.2 Instituto Histórico: nascimento e missão

A partir de 1834, com a morte de D. Pedro I e o conseqüente esvaziamento da motivação *restauradora*, as forças políticas se reorganizaram. Sob a liderança de Aureliano de Sousa Coutinho, líder liberal moderado e remanescente da Sociedade Defensora da Independência Nacional do Rio de Janeiro, agregaram-se veteranos caramurus formando a facção política que os partidários da oposição, liderada por Bernardo Pereira de Vasconcelos, chamaram de *áulica*²².

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro possuía fortes vínculos com esse grupo palaciano. Fôra fundado em 21 de outubro de 1838 pelo Cônego Januário da Cunha Barbosa e pelo Marechal Raimundo José da Cunha Matos, através de proposta apresentada à assembléia da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, a qual eram filiados. Meses depois, em março de 1839,²³ o Instituto passaria a desfrutar da proteção perpétua de Sua Majestade. Por sinal, ao longo dos anos, no plano intelectual ou no financeiro, o jovem monarca se mostraria cada vez mais presente no IHGB, concretizando as aspirações de Januário da Cunha Barbosa.²⁴

O reduto intelectual se propunha a reunir as condições indispensáveis à posterior escrita de uma história pátria²⁵. Tal objetivo, adequando-se às demandas de um Estado recém independente e que corria o risco da fragmentação, fez com que o Instituto procurasse

²² GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. In: R. IHGB, a. 156, n.388, jul./set. 1995. p.481-3.

²³ No dia 13 de março de 1839 foi deslocada ao Paço Imperial uma deputação integrada por sócios do Instituto com o intuito de solicitar a proteção de Sua Majestade à agremiação que acabavam de instituir, no que foram imediatamente atendidos pelo jovem monarca, que ainda não havia sido coroado imperador. Ver: RIHGB, Rio de Janeiro, tomo I, 1839. p.66-7.

²⁴ Ver: *Discurso de inauguração do IHGB*. In: RIHGB, tomo I, 1839. p.10-21.

²⁵ Ver RIHGB, Rio de Janeiro, tomo I, 1839. p. 22-4.

fornecer todo o aparato acadêmico para forjar suas tradições, àquela altura indispensáveis à construção da nação.²⁶ O IHGB foi, assim, moldando e direcionando suas atividades no sentido de articular a formação da nacionalidade em um Estado carente de unidade. Através de sua *Revista*, difundia um discurso coerente em consonância com os limites impostos pelo compromisso que seus fundadores haviam firmado com o ideal monárquico desde os tempos da independência. Nessa perspectiva, como mais um dos sustentáculos do Império que se afirmava, arquitetava a história, de modo que sua divulgação pelas províncias servisse à disseminação do espírito de pertencimento a uma identidade comum.²⁷

Os Estatutos do IHGB, assinados em 17 de novembro de 1838, previam uma estrutura administrativa relativamente simples, formada “por um presidente, dois vice-presidentes, um secretário arquivista e bibliotecário (...), um secretário ajudante, um tesoureiro, um orador e de quatro comissões.”²⁸ O corpo social seria composto (...) “por cinquenta sócios efetivos, sendo vinte e cinco pertencentes à seção de história; e vinte e cinco pertencentes à seção de geografia; de um número ilimitado de sócios correspondentes (...); e dos sócios honorários”,²⁹ os quais seriam substituídos, em caso de falecimento, por um candidato indicado por algum membro da agremiação, e que oferecesse a quantia de 10\$000 réis “a título de jóia quando recebe[ssse] o seu diploma.”³⁰ Condição, por sinal, mais tarde reformulada, pois passou-se a exigir prova de suficiência literária aos que lá almejassem ingressar.³¹

Em 25 de novembro de 1838 foram instituídas as quatro comissões, a saber: “a 1ª de fundos e orçamento; a 2ª de estatutos e redação do periódico; a 3ª de trabalhos históricos; e a 4ª de trabalhos geográficos.”³² As duas primeiras detinham finalidades mais práticas, cuidavam da administração da Casa, além da organização do periódico. Já as comissões de história e de geografia destinavam-se à complexa função de avaliar memórias, dissertações, documentos e artigos, e elaborar pareceres que as indicassem à publicação ou ao arquivo.

Os Estatutos também se referiam à edição de um periódico com o objetivo de levar a público “as atas e trabalhos do Instituto, e as memórias de seus membros, que fossem

²⁶ Na primeira sessão ordinária do ano de 1842, onde foi definido o orçamento para o ano que se iniciava, verificamos a reserva de verba à premiação de programas devidamente desenvolvidos. In: RIHGB, Rio de Janeiro, tomo IV, 1842. p. 99.

²⁷ O clássico de Raimundo Faoro, intitulado *Os donos do poder*, bem como as reflexões de José Murilo de Carvalho sobre a *dialética da ambigüidade* contribuem a esta nossa construção quando tratam a articulação entre as províncias e o poder central. Ver: FAORO, Raimundo. *Os donos do poder. Formação do Patronato Político Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2008. Ver também: CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

²⁸ Estatuto do IHGB (1838). Ver: Arq. IHGB. Coleção Teresa Cristina. 7, 2, 3 n°2. p.5.

²⁹ Ibid. p.4.

³⁰ Estatuto do IHGB (1838). Ver: Arq. IHGB. Coleção Teresa Cristina. 7, 2, 3 n°2. p.5.

³¹ Tal adaptação seria formalizada pelos Estatutos de 1851, a serem explorados no Capítulo II do presente estudo.

³² Estatuto do IHGB (1838). Ver: Arq. IHGB. Coleção Teresa Cristina. 7, 2, 3 n°2. p.5.

interessantes à história e geografia do Brasil, e assim também as notícias ou extratos de história e geografia das obras publicadas pelas outras sociedades e pessoas literatas, estrangeiras ou nacionais.”³³ A *Revista*, editada trimensalmente, exprimiria o resultado dos trabalhos realizados pelos sócios. Por vezes tomada como espelho das atividades do Instituto, optou-se aqui por reconhecê-la, menos como fiel imagem, do que como consenso das disputas intelectuais e das tensões políticas encenadas pelos sócios nas dependências do Paço Imperial.

34

Desse modo, a *Revista* se assemelhava a uma vitrine, publicizando apenas aquilo que se adequava, ou o que mais se adequava, ao que se consolidava, cotidianamente, como a fisionomia daquela associação literária.³⁵ A homogeneidade do discurso ali veiculado era, portanto, produzida artificialmente, pois resultava de um crivo severo das comissões para com as memórias, dissertações, ou documentos que desvirtuassem, em algum ponto, dos cânones disciplinares³⁶, bem como dos interesses do Estado.

Comprometidos em publicar somente aquilo que coadunasse à monarquia em vias de consolidação, os sócios avaliadores garantiriam, com seus pareceres, não apenas sua fidelidade à Coroa, mas também ao Augusto Protetor do Instituto. Efetivava-se, pois, uma via de mão dupla, em que a elite intelectual da Corte, através do IHGB, servia aos seus próprios interesses enquanto elite política.

Para além da produção divulgada nas páginas da *Revista*, era travado um intenso debate em suas sessões, sobre o que dali deveria ser extraído para integrar o periódico. Sintomaticamente, essa vivacidade intelectual seria mencionada apenas de maneira superficial, como na ata da sessão de 8 de fevereiro de 1840, onde há o registro de uma “ampla discussão em que tomaram parte ativa diversos membros do Instituto”,³⁷ por conta de uma proposta de Justiniano José da Rocha sobre a necessidade da publicação de um bom “compêndio de história do Brasil”, que o embasasse para lecionar no Colégio de Pedro II. Tais intervenções se efetivavam, portanto, apenas no âmbito da oralidade, mesmo porque não seria conveniente difundir a heterogeneidade que havia por detrás daquela aparente harmonia.

³³ Ibid. p. 3-4.

³⁴ As salas do Paço Imperial foram cedidas para a realização das sessões do Instituto ainda no exercício do ano de 1840, mais precisamente em 17 de outubro. Ver: RIHGB, Rio de Janeiro, 1840, p.523.

³⁵ É recorrente a referência, dos próprios sócios, ao IHGB como uma *associação literária*, mesmo porque as fronteiras entre os ramos do conhecimento ainda não eram bem definidas.

³⁶ Segundo Georg Iggers a história passou a ser considerada como disciplina autônoma, a partir de 1848, na Alemanha, para posteriormente ser difundida pela Europa com essa nova roupagem. Ver: IGGERS, Georg. *Historiography in the Twentieth Century. From Objectivity to the Postmodern Challenge*. Hanover-London, Wesleyan University Press, p.27.

³⁷ Ata da sessão ordinária de 08/02/1840. In: RIHGB, Rio de Janeiro, tomo II, 1840, p.146-8.

Não obstante, o contato com os originais dos trabalhos redigidos pelos sócios e a leitura dos pareceres emitidos pelas comissões revertem a impressão de um Instituto estático. Permitem, ainda, compreender que a versatilidade do exercício intelectual praticado nas suas atividades cotidianas era contida em nome da coesão acadêmica, do compromisso com a Coroa e do mecenato do Imperador.

Os objetivos do Instituto foram organizados em três artigos de seus estatutos, os quais se referiam a: “coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a História e a Geografia do Império do Brasil, e assim também promover os conhecimentos destes dois ramos filológicos por meio do ensino público”; manter correspondência com sociedades estrangeiras de igual natureza; e publicar uma Revista.³⁸ Tais aspirações iriam, de fato, se concretizar, conforme demonstramos, salvo a que almejava difundir o conhecimento da história e da geografia, intenção, aliás, revogada pela reforma dos estatutos de 1851.

Recolher e analisar criticamente os vestígios sobre o passado constituiu uma das mais intensas ocupações dos sócios. O esforço por centralizar no Instituto as evidências encontradas pelas províncias era a mais elementar tarefa para aqueles que ainda deveriam dedicar-se a confrontá-las e a submetê-las ao método crítico. Fruto da campanha iniciada pelo Secretário Perpétuo no primeiro número da *Revista*,³⁹ as fontes primárias e os livros resenhados passaram a ser recebidos pelo Instituto, tanto em maior número quanto maior se configurava a reputação do IHGB.

O aparato documental além de compor-se de fontes primárias, deveria ser integrado também pelas sínteses, àquela altura, já produzidas sobre o Brasil. Diante desse imperativo, o Secretário Perpétuo, em sessão de 17 de setembro de 1849, “depois de fazer sentir ao Instituto a conveniência de que este possua em sua biblioteca todas as obras escritas sobre o Brasil, quer no Império, ou em países estrangeiros, apresenta uma extensa relação de livros (...) e propõe que o Instituto os faça vir da Europa (...)”⁴⁰ Tal preocupação em reunir a historiografia, até então produzida, indica a perícia do Instituto em realizar a crítica sobre as obras redigidas fora de seus domínios, exercício indispensável à etapa em que coligiam os elementos que embasariam a composição da História do Brasil.

Na dinâmica quinzenal das sessões, o recebimento de ofertas e a proposição de temas para estudo parecem ter sido práticas regulares. Capazes de traduzir a essência dos primeiros

³⁸ Estatuto do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: RIHGB, Rio de Janeiro, tomo I, 1839, p. 22-4.

³⁹ “Lembrança do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico Brasileiro para remeterem à sociedade central do Rio de Janeiro” In: RIHGB, Rio de Janeiro, tomo I, 1839, p.141-3.

⁴⁰ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo XII, 1849, p. 426.

anos de atividades, a acumulação de fontes e a escrita de textos inéditos delineavam os primeiros traços de uma história pátria.

Desse modo, as doações de documentos eram aceitas com especial agrado ou com delicada recusa e compreendiam, em sua maioria, originais manuscritos sobre as mais diversas ocorrências do passado, enquanto que os temas aventados referiam-se a assuntos inéditos e eram propostos sob a forma de *programas históricos* ou de “memórias históricas”, com o intuito de que a partir deles fossem desenvolvidos textos expressivos dos debates travados oralmente no cotidiano das plenárias. Tamanho esforço objetivava cumprir a tarefa de formar um verdadeiro arsenal memorialístico. Segundo o Relatório concernente ao exercício de 1839-1840, tal empreendimento almejava centralizar no Instituto as evidências recolhidas por todas as províncias do Império e destinava-se a: “coligir em prontuários infinitos documentos espalhados pelo Império, que sirvam ao gênio para mais comodamente marcar as relações, que devem ter os nossos fatos memoráveis em um **corpo de história, organizado com verdade e sabedoria.**”⁴¹ (o grifo é nosso)

As pautas das sessões ordinárias compreendiam, entre outras atividades, a problematização dos enunciados propostos para dissertação. De acordo com o artigo 32º dos Estatutos, tal prática consistiria em “extrair de uma urna programas de história ou de geografia, que aí se tenham escolhido para serem tratados nas discussões, tanto por escrito, como verbalmente, por aqueles sócios que disso quise[ssem] ocupar-se.”⁴² Em discurso pronunciado na comemoração do segundo aniversário da Casa, Aureliano de Sousa Coutinho, então Ministro do Império e Vice-Presidente do Instituto, dirigindo-se ao Imperador, deixava claro o objetivo almejado por essa dinâmica:

Senhor! É da História principalmente que se ocupa esse novo Instituto: seu nobre fim é tirar do pó do esquecimento tantos feitos ilustres de distintos brasileiros que tem merecido a imortalidade: é coligir para um dia servir à História do Brasil uma infinidade de memórias e documentos preciosos que se acham dispersos e pouco apreciados.⁴³

As comissões de história e geografia encarregavam-se de elaborar um veredicto sobre tais escritos: avalizavam sua publicação, ou os destinavam ao arquivo do Instituto. Sobreviventes a esse primeiro crivo, os materiais aprovados seriam ainda submetidos à

⁴¹ Relatório anual de atividades do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, concernente ao exercício de 1839-1840. In: RIHGB, suplemento ao tomo II, 1840, p. 575.

⁴² Estatuto do IHGB (1838). Ver: Arq. IHGB. Coleção Teresa Cristina. 7, 2, 3 nº2. p.12.

⁴³ Discurso pelo segundo aniversário do IHGB. In: RIHGB, Rio de Janeiro, suplemento ao tomo II, 1840, p. 562.

comissão de redação, incumbida de “escolher e propor os escritos que deve[riam] ser publicados tanto na Revista do Instituto como em avulsos.”⁴⁴

À comissão de fundos, além de resguardar os recursos do IHGB, cabia conciliar os materiais aprovados para publicação com a limitação espacial da *Revista*, dinâmica que, nos primeiros anos de atividades, originou significativa massa de textos aptos à divulgação, mas que, no entanto, aguardavam por uma oportunidade nas páginas de alguma edição. O vigor autoral dos primeiros anos seria relatado pelo Secretário Perpétuo na prestação de contas referente ao exercício de 1840, nos seguintes termos:

O Instituto tem apresentado vários programas históricos para serem discutidos como mandam nossos estatutos. Alguns sócios tem apresentado eruditas dissertações sobre tais pontos, os quais se vão imprimindo por sua ordem, e **segundo a necessária aprovação.**⁴⁵ (o grifo é nosso)

Tais interdições, reguladas tanto pelo falta de espaço físico da *Revista* quanto pelo custo das publicações, podem ser ilustradas pelo pedido de subscrição a todo o Brasil, realizado pelo próprio Instituto, para poder publicar a *Crônica dos Frades Menores da Província de Santo Antonio do Brasil*, já que a *Revista* não dispunha dos recursos suficientes para que as quinhentas páginas, divididas em dois volumes, fossem levadas ao prelo.⁴⁶

Seja como for, as censuras impostas pelas comissões se faziam necessárias na medida em que o mérito acadêmico e a conveniência política dos escritos precisavam ser resguardados em nome da coerência da *Revista*. Por fim, os juízos elaborados pelas comissões serviam à composição de uma publicação que não deixasse transparecer as tensões entre as distintas filiações intelectuais que conviviam no Instituto. No relatório anual do exercício do ano de 1843, assinado pelo Cônego Januário da Cunha Barbosa, os elementos determinantes desses vetos das comissões de história, geografia, e redação parecem nítidos quando a seguinte justificativa foi exposta:

(...) se ainda não se tem dado publicidade a outros escritos por diversas pessoas efetuados, deve-se isso atribuir-se, ou a versarem sobre matérias alheias aos nossos fins, ou a não serem tão exatas as notícias que dispensem alguma correção, para que possam aproveitar pela sua publicidade.⁴⁷

⁴⁴ Estatuto do IHGB (1838). Ver: Arq. IHGB. Coleção Teresa Cristina. 7, 2, 3 n°2. p. 9-10.

⁴⁵ Relatório anual de atividades do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. RIHGB, Rio de Janeiro, tomo I, 1839, p.280.

⁴⁶ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo II, 1840, p.377.

⁴⁷ Relatório dos trabalhos acadêmicos do Instituto no quinto ano social. RIHGB, Rio de Janeiro, suplemento ao tomo V, 1843, p. 16.

A coexistência de múltiplas referências nos primeiros anos do IHGB guarda estreita relação com a reordenação promovida pelo advento da independência, na medida em que, a partir de então, o Brasil se viu desvinculado da condição colonial para se estabelecer como um Estado emancipado. Fundado nesse contexto transitório, o IHGB organizou seus quadros convocando eminentes personalidades letradas. Enquanto algumas ainda se mostravam adeptas dos postulados tradicionais, outras defendiam paradigmas narratológicos modernos. Assim, diversas experiências convergiriam no propósito de pensar o Brasil enquanto uma nação unificada. Nesse sentido, os textos publicados, tal como os relatórios administrativos revelam uma peculiar miscelânea de tendências, como deixaria registrado o Secretário Perpétuo:

A história reunirá estes materiais coadjuvada pela geografia; a **crítica** os escolherá, segundo suas proporções; a **cronologia** os numerará depois de bem examinar os seus destinos, a fim de serem depois colocados regularmente pela **filosofia** em seus devidos lugares, ligados em um corpo, em que possam ser admirados por sua justeza e compostura.⁴⁸ (os grifos são nossos)

A missão de escrever a história do Brasil constituiria, portanto, um trabalho a ser realizado em várias etapas. A primeira delas consistia na crítica dos documentos recolhidos, da qual decorreria, de modo implícito, uma seleção. Isso indica uma percepção apurada do estatuto científico da história que se afirmava na Europa, na esteira das concepções rankeanas.⁴⁹ Entretanto, tais escolhas balizavam-se também por prerrogativas impostas pelo projeto político de consolidação do Estado monárquico. Criteriosamente avaliados, os documentos eram submetidos ao exame da cronologia, que os organizaria segundo “uma compreensão tradicional que entendia as épocas como simples marcos temporais”.⁵⁰ Selecionados, criticados e organizados seriam, então, dispostos de modo a integrarem um todo coeso, encadeado de modo linear.

Almejar escrever uma história dotada de identidade e definição intrínsecas aponta para uma percepção moderna sobre a experiência do tempo. Entretanto, e como mais um indício da especificidade da operação historiográfica chancelada pelo Instituto, a história filosófica deveria ser, segundo o Cônego Januário, condicionada pela cronologia, ramo do conhecimento em franco descrédito desde o século XVIII.⁵¹

⁴⁸ Os grifos são nossos. Relatório anual de atividades do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, concernente ao exercício de 1841-1842. In: RIHGB, suplemento ao tomo IV, 1842, p. 6.

⁴⁹ IGGERS, Georg. *Historiography in the Twentieth Century*. From Objectivity to the Postmodern Challenge. Hanover-London, Wesleyan University Press, p.27.

⁵⁰ ARAÚJO, Valdeci Lopes de. *A experiência do tempo: modernidade e historicização no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de História, 2003, p.190.

⁵¹ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX*. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, 2002, p.184-200.

Realizar um empreendimento de tamanha amplitude se configurava cada vez mais imprescindível à difusão de uma identidade brasileira. A expectativa aberta pela independência inaugurou uma nação, sem que a sensação de pertencimento estivesse disseminada pela população. Nesse sentido, produzir uma história capaz de alinhar a experiência de trezentos anos de colonização portuguesa junto à emancipação, sugeriria uma continuidade, que reiterada na prática pelo governo de um Imperador metropolitano, forjaria uma unidade para um passado, como se desde os mais remotos tempos houvesse a consciência de um povo brasileiro.

Na formação do arcabouço que fundaria os alicerces para a escrita da história pátria, o Instituto Histórico ia traçando as diretrizes de seus trabalhos de acordo com a postura política de uma instituição ativa sob os auspícios do Imperador. Expressão da confluência de múltiplas tendências, o que é próprio de um momento de redefinições, seu exercício revela traços de uma ilustração tardia, bem como de um novo movimento intelectual, dotado de uma atitude racionalista, já pautada pelo romantismo. Uma das sobrevivências setecentistas no Instituto, retomadas à luz dos Estatutos da Academia dos Renascidos, foi a prática de propor e desenvolver *programas históricos*. Seus enunciados, entretanto, já exprimiam a convergência de elementos tradicionais e modernos. Assim, apresentavam-se tanto especulações afinadas com a disciplinarização do campo, quanto questões expressivas das permanências de cunho retórico.

1.3 Da herança setecentista e da gênese do campo historiográfico

Fosse em Paris, Berlim, Estocolmo, São Petesburgo,⁵² ou mesmo em Portugal, a primeira metade do século XVIII viu “o erudito (ou o douto) conquistar um lugar explícito na sociedade.”⁵³ Nesse movimento, as redes de intelectuais foram se institucionalizando em academias, estruturadas de maneira semelhante, desde o leste europeu à península.

Contempladoras dos saberes de um tempo em que a história ainda não desfrutava o status de disciplina, as academias converteram a individualidade do labor erudito em atividade coletiva. A organização do trabalho intelectual em academias passou, então, a impor a

⁵² BODECKER, Hans Erich. *Académies*. In: FERRONE, Vincenzo; ROCHE, Daniel. *Les Monde des Lumières*. Fayard, 1999, p.261.

⁵³ MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*. Coimbra: Edições Minerva, 2003, p.45.

coexistência de posicionamentos, em detrimento da figura “do gênio do investigador solitário ou do profeta”.⁵⁴

Compartilhando saberes e produzindo conhecimento, esses acadêmicos incursionavam por temas amplamente diversos. Ciências naturais, humanidades e artes ocupavam o intelecto dos tais eruditos, então associados. Nesse cenário, a história era pensada de acordo com as tradições antiquárias do colecionismo, trabalho árduo de acumulação, que alheio ao utilitarismo, destinava-se à erudição.

Os ramos da pesquisa erudita, como a filologia, a cronologia e a arqueologia instrumentalizavam a produção do saber de dimensão universalista, assim, os mais variados assuntos eram abordados como objeto desses letrados que reuniam-se com a finalidade de “comunicarem as suas luzes mutuamente, e promoverem as artes e ciências, comunicando-as ao público.”⁵⁵

No Brasil colonial, apesar dos cerceamentos impostos por essa condição, o característico movimento letrado do século XVIII também floresceu. Instituídas majoritariamente na capital Salvador e no Rio de Janeiro, as Academias Brasílicas foram marcadas pela tensão peculiar entre pertencer ao império português e transbordar as fronteiras simbólicas dessa dependência.

Das associações literárias da colônia, as que esboçaram um projeto corporativo de escrita da história da América Portuguesa foram a Academia Brasílica dos Esquecidos e a Academia Brasílica dos Renascidos. A primeira, fundada em 25 de abril de 1724 em Salvador, sob os auspícios do Vice-Rei D. Vasco Fernandes Cesar de Meneses, tinha como objetivo principal o estudo da história do Brasil. Entretanto, suas atividades não desfrutaram de longevidade suficiente a essa empreitada, pois cerrou suas portas em 4 de fevereiro de 1725. Já a Academia do Renascidos, inaugurada em Salvador no ano de 1759, sob o patrocínio do Desembargador José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo, tinha propósitos mais definidos, o principal deles era “editar a História Eclesiástica e Secular, Geográfica e Natural, Política e Militar da América Portuguesa”,⁵⁶ ambição que, mesmo sob a proteção do Marquês de Pombal, não pôde ser realizada, pois seu exercício foi suspenso já em 1760, por conta do desterro de seu fundador e presidente.⁵⁷

⁵⁴ Ibid. p.45.

⁵⁵ Ver verbete correspondente à *Academia* em Antonio de Moraes Silva. *Dicionário da Língua Portuguesa*. 5ª Edição, tomo I, Lisboa: Typographia de Antonio José da Rocha, 1844.

⁵⁶ Sobre as Academias fundadas no Brasil do século XVIII, ver: *Novo Dicionário de História do Brasil*. Organizado pelo Departamento Editorial das Edições Melhoramentos, 1970, p. 22.

⁵⁷ Ibid. p. 22.

Transformada em trunfo no jogo de concessão de mercês, a escrita da história, agenciada pelos setecentistas *Esquecidos* e *Renascidos*, compartilhava de prerrogativas semelhantes às daquelas das academias do Antigo Regime europeu, pois “uma parcela significativa dos acadêmicos renascidos dispunha das mercês de propriedade de ofícios nas provedorias, cartórios, câmaras, e secretaria de governo.”⁵⁸

A prática acadêmica de homenagear os mecenas, na Academia dos Renascidos, recaía sobre aquele que, na função de homem de Estado, incentivava a relativa autonomia das associações literárias coloniais. Homenageado pelos *Renascidos* como seu Protetor, o Marquês de Pombal recebia os elogios comumente dispensados pelos letrados àqueles que os apoiavam institucional e pecuniariamente. As academias reservavam, ainda, fôlego ao enaltecimento dos natalícios régios, celebração essa adotada também pelo Instituto, desde seu primeiro ano de atividades, quando a Proteção Perpétua do Imperador já havia sido concedida ao labor intelectual oitocentista.

O sentido que havia para os *Renascidos* em redigir memórias baseadas na arrecadação de materiais comprobatórios, se assemelharia ao que o Instituto, mais adiante, iria adotar. Na acepção das academias ilustradas, as memórias deveriam servir como etapa preliminar à escrita efetiva da história, exercício no qual pontuais aspectos de determinada realidade eram abordados sob a forma narrativa. Partilhando de tais prerrogativas, os *Renascidos*, mesmo pautados por usos da história alheios à disciplinarização do campo e por objetivos desprovidos da ambição nacionalista, defendiam que “depois de concluídas as memórias históricas, se há de compor a História Latina, que se dividirá entre os acadêmicos seguintes, e os mais que então parecer conveniente.”⁵⁹

No entanto, há de se fazer uma distinção entre os *programas* e as *memórias*. Embora ambos parecessem concorrer para a futura escrita da história, eles se diferenciavam, sobretudo, pelo fato das *memórias históricas* aventarem títulos afirmativos e gerais, enquanto os *programas* versavam sobre temas pontuais, carregados de dúvida. Tanto uma quanto outra formulação davam forma aos conteúdos ditados por questões contemporâneas. Todavia, os *programas* eram dotados da especificidade de dirimir dúvidas cobertas pelo véu do tempo, de sanar problemas postos pela atualidade e de definir a metodologia que os auxiliaria no dever maior de produzir uma história para a nação que se inaugurava, enquanto que as *memórias*,

⁵⁸ KANTOR, Íris. *Esquecidos e Renascidos: Historiografia Acadêmica Luso-Americana*. SP: Hucitec, Salvador, Bahia: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004, p. 162.

⁵⁹ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo I, 1839, p. 97.

numa acepção recuperada das academias ilustradas, miravam formar uma coleção que condicionasse a escrita de uma história geral.

Seminalmente tratada no Brasil, de forma institucionalizada, pelas exponenciais Academias dos *Esquecidos* (1724) e dos *Renascidos* (1759), a história, em consonância com o momento político da América portuguesa, iria se ajustando ao que se delineava como consensual à elite erudita do país. Superando o jugo metropolitano e em precisa afinação com as práticas associativas européias, a tendência ao elogio hiperbólico e palavroso constituía o universalismo clássico dessas academias brasílicas que, fazendo uso rigoroso da pauta retórica, interessavam-se pelos domínios característicos da formação humanista.⁶⁰

Almejando fazer uma História da *Nova Lusitânia*, os *Esquecidos* não tiveram tempo hábil a realizá-la, entretanto os *Renascidos*, um quarto de século depois, se proporiam a escrever a *História Universal da América Portuguesa*, o que indica que as academias brasílicas construíram uma experiência subversiva dos limites territoriais oficiais, em privilégio da unidade forjada pelas “articulações econômicas e sociais de alcance regional e macroregional.”⁶¹

Não obstante, se na França ilustrada a história serviu à propaganda ou legitimação de determinado governante no poder e, se no Portugal ela se prestou a difundir a trajetória eclesiástica e secular pelo reino e seus domínios, no Brasil colonial do século XVIII ela “projetou a unidade política do território americano, heroizou as origens mestiças dos primeiros povoadores e imaginou o passado como profecia do futuro.”⁶²

Segundo Bodecker, a organização dos saberes nos séculos XVII e XVIII, no caso das academias européias, foi consideravelmente condicionada pelo aparato estatal.⁶³ A despeito de ter se estruturado em meio a uma sociedade colonial, a República das Letras que se delineou na América portuguesa e suas tantas associações científico-literárias parecem ter desfrutado de mecenato semelhante ao dispensado pelos soberanos europeus. Como compensação aos incentivos reais, as academias setecentistas utilizavam a história como veículo legitimador de determinada vertente política. Nessa perspectiva, a história era tanto mais evidente nas temáticas das academias, quanto mais ela era necessária à justificação de determinado governante no poder. Assim, parece que mesmo o utilitarismo não sendo um

⁶⁰ SOUZA, Roberto Acízelo de. *O Império da Eloquência*. Retórica e Poética no Brasil Oitocentista. Rio de Janeiro: EDUERJ: EDUFF, 1999, p.23.

⁶¹ KANTOR, Íris. *Esquecidos e Renascidos: Historiografia Acadêmica Luso-Americana*. SP: Hucitec, Salvador, Bahia: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004, p. 161.

⁶² Ibid. p.18.

⁶² Ibid. p.248.

⁶³ BODECKER, Hans Erich. *Académies*. In: FERRONE, Vincenzo; ROCHE, Daniel. *Les Monde des Lumière*. Fayard, 1999, p.259-260.

imperativo setecentista, o século ilustrado testemunhou o recorrente uso erudito da história ceder espaço a uma história pragmática.⁶⁴

Desse modo, os estatutos do antiquariado foram caindo em desuso e, com o adentrar do século XIX, deram lugar à crescente metodização e profissionalização do labor historiográfico. Nessa longa transição, a intensidade com que os diferentes usos eram apropriados variou de acordo com o espaço, com as filiações, e com as intenções dos autores.

No caso do Instituto Histórico de Paris, fundado em 1833, eram os códigos setecentistas que conduziam seus propósitos. Vinculados “às heranças da história filosófica com pretensões universais, própria da cultura do dezoito”,⁶⁵ os companheiros de Eugene Garay de Monglave, dedicavam-se à atividade historiográfica como um trabalho de erudição, prática na qual o debate e difusão dos resultados restringiam-se aos próprios confrades. Todavia, deparando-se com a utilização crescente da história como recurso autenticador da Nação pós-revolucionária, o *Institute* presenciou a disputa entre distintos usos desse ramo do conhecimento: o asseverado em sua fundação e o impugnado pelas circunstâncias contemporâneas.

Alguns dos que mais tarde viriam a compor os quadros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como Araújo Porto-Alegre, Gonçalves de Magalhães e Torres Homem, presenciaram a crise institucional experienciada por seus pares no âmbito do Instituto parisiense. Sob a regência de Chateaubriand e Ferdinand Denis, esses brasileiros absorveram as influências de um nacionalismo romântico e trataram, mais tarde, sobretudo enquanto literatos vinculados ao mecenato imperial, de adaptá-las às demandas de um Brasil desprovido de um elemento original.⁶⁶

Pouco tempo depois, os mesmos vultos reconheceriam no curso das atividades do Instituto Brasileiro aquela tensão entre as acepções tradicionais e o pragmatismo moderno na feitura da história. O Visconde de São Leopoldo, por exemplo, defendia os métodos e usos das academias – sobretudo aqueles levados a cabo pela Academia das Ciências de Lisboa como inspiração para o Instituto que presidia. Por outro lado, Januário da Cunha Barbosa, em discurso proferido na inauguração do IHGB, vinculava os propósitos da agremiação a concepções pragmáticas, nos seguintes termos:

⁶⁴ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX*. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, 2002, p. 188.

⁶⁵ *Ibid.* p.191.

⁶⁶ A esse respeito ver: COUTINHO, Afrânio. *A tradição afortunada: o espírito de nacionalidade na crítica brasileira*. RJ: Livraria Jose Olympio Editora, 1968, p.66. Ver também: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX*. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, 2002, p.184-200.

(...) nossa associação, [se] encarrega, como em outras nações, **de eternizar pela história os fatos memoráveis da pátria**, salvando-os da voragem dos tempos, e desembaraçando-os das espessas nuvens que não poucas vezes lhe aglomeram a parcialidade, o espírito de partidos e até mesmo as ignorâncias.⁶⁷ (o grifo é nosso)

No entanto, e como expressão de um franco processo transitório, o mesmo Cônego Januario, ao lado de seu consócio *Auxiliador* Marechal Raimundo José da Cunha Matos, por ocasião da proposição do projeto de criação do Instituto Histórico, argumentaria a favor de uma instituição difusora da razão e do conhecimento, que visasse o bem público e que, ainda servisse ao Estado em suas aspirações. Erudição e pragmática parecem, portanto, coexistir nas seguintes palavras dos dois emblemáticos fundadores:

Sendo inegável que as letras, além de concorrerem para o adorno da sociedade, influem poderosamente na firmeza de seus alicerces, ou seja pelo esclarecimento de seus membros, ou pelo adoçamento dos costumes públicos, é evidente que em uma monarquia constitucional, onde o mérito e os talentos devem abrir as portas aos empregos, e em que a maior soma de luzes deve formar o maior grau de felicidade publica, são as letras de uma absoluta e indispensável necessidade, principalmente aquelas que, versando sobre a história e a geografia do país, devem ministrar grandes auxílios à pública administração e ao esclarecimento de todos os brasileiros.⁶⁸

O Visconde de São Leopoldo no *programa histórico* que apresentou com o título “O Instituto Histórico Brasileiro é o representante das idéias da Ilustração, que em diferentes épocas se manifestaram neste continente?”, faz referência às academias brasílicas, estabelecidas no século anterior ao seu, convertendo o seu legado em diretrizes a serem adotadas pelo Instituto que se fundava. No que concernia à forma, a agremiação oitocentista de fato se inspirou em suas antecessoras ilustradas, entretanto, no que dizia respeito aos usos do saber, o Instituto, como pudemos verificar a partir das intenções do Cônego e do Marechal, conciliou heranças e aspirações em uma operação extremamente peculiar.

Se em França a presença da história nas academias se dava de maneira coadjuvante, sem que houvesse uma delas dedicada essencialmente à história, o Portugal ilustrado viu surgir como expoente do movimento academicista ilustrado, a Academia Real da História (ARH). Ímpar por se dedicar a um campo do conhecimento que raramente aparecia como uma disciplina autônoma,⁶⁹ a associação lisboeta foi instituída no ano de 1720, sob a proteção de D. João V. Sua meta era escrever a História Eclesiástica Portuguesa, pois o Soberano “pensa

⁶⁷ RIHGB, Rio de Janeiro, Tomo I, 1839, p.11.

⁶⁸ RIHGB, Rio de Janeiro, Tomo I, 1839, p. 5-6.

⁶⁹ ROCHE, Daniel. *Les Republicains des lettres: gens de culture et lumière au XVIII siècle*. Paris: Fayard, 1988, p.174.

que o dano da pouca notícia que o mundo tem das histórias de Portugal só se pode remediar mandando escrever a história deste Reino.”⁷⁰

Embora regidos por um regime de historicidade diverso daquele compartilhado pelos companheiros de Manuel Caetano de Sousa, o Instituto organizaria suas atividades de modo muito próximo ao da ARH. Os primeiros esboços sobre a instituição da Academia Real da História revelavam a estrutura e a hierarquia, que a sobreviveriam no oitocentos:

(...) que a academia tenha um **corpo numeroso**; que os congressos se façam **de quinze em quinze dias**; que os **Censores se reúnam em Juntas**; e que de tudo **se dê exata conta ao Rei** para que ele esteja informado dos trabalhos e dos progressos que na instituição se fazem.⁷¹
(os grifos são nossos)

Conforme já pontuamos, o IHGB deveria ser integrado por cinquenta sócios efetivos, obrigados a reunirem-se quinzenalmente. As similitudes não cessariam por aí. Tanto na Academia quanto no Instituto, a Mesa Diretora, ou Conselho Geral, seria composto pelo Presidente, pelos Vices e pelo Secretário Perpétuo, esse último cargo invariavelmente atribuído a uma personalidade eminente. Até mesmo as Comissões estabelecidas pelo Instituto com o fim de avaliar os documentos e os trabalhos enviados por sócios ou não sócios inspiravam-se nas Juntas de Censores das academias. Havia, ainda, a proteção real como aspecto comum a ambas associações letradas.

As Juntas ou as Comissões expressam como, desde os setecentos, a produção do conhecimento vinha se tornando uma produção coletiva.⁷² Tanto no século XVIII como no XIX, os avaliadores regulavam a produção intelectual dos associados nos aspectos quantitativo e qualitativo e, em verdade, se constituíam como a direção efetiva das academias, na medida em que “os assuntos já vinham ajustados da Junta de Censores, visto que era aí que se conferia e ajustava tudo o que havia de se tratar na sessão plenária seguinte”.⁷³ Tal impessoalização da produção do saber se refletia, ainda, nos pareceres redigidos pelos censores, na medida em que não eram asseverados individualmente.⁷⁴

A prática de assinar juízos e pareceres conjuntamente também foi adotada pelo IHGB. No entanto, lá já se expressava a profissionalização do campo historiográfico, posto que os

⁷⁰ MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*. Coimbra: Edições Minerva, 2003, p.38.

⁷¹ MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*. Coimbra: Edições Minerva, 2003, p.38.

⁷² BARRET- KRIEGLER, Blandine. *Les Academies de l'histoire*. Paris: PUF, 1988, p.9.

⁷³ MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*. Coimbra: Edições Minerva, 2003, p.40.

⁷⁴ SOUZA, Roberto Acízelo de. *O Império da Eloquencia. Retórica e Poética no Brasil Oitocentista*. Rio de Janeiro: EDUERJ: EDUFF, 1999, p.20.

vetos privilegiavam não apenas questões políticas, como também problemas do método histórico.

Como é possível notar através da adjetivação de *Real*, as funções da Academia lusitana eram balizadas pelas prerrogativas inerentes a um órgão de Estado, tanto assim que, o objetivo primordial da “proteção” oferecida pelo Monarca era o de promover “a glória da nação no país e no estrangeiro.”⁷⁵ No caso do Instituto, agraciado por proteção semelhante, a relação com o monarca e o compromisso com o Estado se efetivavam, sobretudo, através dos cargos ocupados pelos sócios nos altos escalões do governo.

Na Academia Real, a relação estabelecida entre os financiamentos aprovados pelo Rei e a autonomia na escritura dos trabalhos se desencadeava de maneira mais complexa do que se poderia supor à primeira vista. Curiosamente, a intervenção do monarca na Academia se dava sempre no sentido de aliviar os percalços postos por um Estado atravancado pelos desmandos da Inquisição. Somente por meio desse “cuidado Real” à Academia foi possível discutir e levar ao prelo aquilo que não era autorizado a subir pelas ladeiras de Coimbra.⁷⁶ Determinando a abertura de arquivos e a remessa à Academia de documentos dos mais diversos domínios do Império lusitano setecentista, D. João V integrava, em companhia dos acadêmicos, uma rede de interdependência e poder onde ambas as partes cediam em favor de seus interesses.

Logo que instituído sob os auspícios da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, o Instituto Histórico tratou de solicitar a proteção do herdeiro do trono. Vinculado ao monarca adolescente já no seu primeiro ano de exercício, o IHGB, através de seus dirigentes, não apenas manifestava gratidão como também reconhecia as implicações daquele mecenato em suas atividades:

A nossa literária associação, sensível a tanta honra, achará sempre na recordação destes grandes favores, motivos bem justos para desempenhar fielmente os gloriosos fins a que se endereça por seus estatutos. (...) A História agradecida a tão Augusta proteção, empenhará sua pena em eternizar em páginas indeléveis o nome e os feitos do monarca, que à honra na Terra de Santa Cruz.⁷⁷

O duplo movimento de acumular documentos de valoração comprobatória e redigir memórias históricas fez parte da rotina de atividades, tanto da Academia Real da História

⁷⁵ MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real da História*. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII. Coimbra: Edições Minerva, 2003, p.38.

⁷⁶ MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real da História*. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII. Coimbra: Edições Minerva, 2003, p.51.

⁷⁷ BARBOSA, Januário da Cunha. Relatório do Secretário Perpétuo. Ver: RIHGB, tomo I, 1839, p. 273-4.

quanto do Instituto Histórico.⁷⁸ Sobre tal maneira de conduzir os momentos precedentes à realização da escrita da história em si, Manuel Caetano de Sousa, no discurso de inauguração da Academia, denunciou os obstáculos que haveriam de enfrentar no empreendimento que iniciavam:

Ofereci a Sua Majestade um largo papel, no qual expus todos os meios, que me pareceram mais proporcionados para se conseguir brevemente este fim; os quais todos se reduzem a dois que são ajuntar manuscritos, e convocar Escritores. Acrescentando eu que para uma e outra coisa era necessário o poder Real, porque sem ele não se abrem os arquivos, nem se descobre o que neles está... E sem o impulso soberano não se podem unir muitos engenhos a compor uma só obra, e que para isto se poder conseguir era necessário formar-se uma academia.⁷⁹

Contudo, o Instituto não seria o pioneiro, em terras luso-americanas, a operar sobre o passado dessa forma. A Academia dos *Renascidos*, receosa da curta experiência tida pelos *Esquecidos*,⁸⁰ faria menção ao método do qual se valia a Academia Real da História para que sua contribuição “ao estudo da história brasílica e à promoção de certames literários” fosse mais duradoura. Nesse sentido, o vice-rei do Brasil em novembro de 1722 solicitou, através de diversas cartas de ofício aos governadores que dispensassem: “empenho junto às câmaras das vilas, à provedoria e aos cartórios eclesiásticos na coleta da documentação e sugerindo sua reprodução em duas vias e o envio para a Secretaria do Estado com a maior individuação, clareza e brevidade possível.”⁸¹

A relevância da acumulação de documentos no Brasil oitocentista configurava-se mais trabalhosa do que em Portugal, unificado há seis séculos. Entretanto, em função dos entraves impostos pela Inquisição, a Academia Real da História se via obrigada a recorrer a “Decreto Real, para concentrar milhares de cópias de documentos enviadas das províncias, da Torre do Tombo, das livrarias particulares, e do ultramar.”⁸²

Enfrentando dificuldades diferenciadas pelo tempo e pelo espaço, Athayde Moncorvo, sócio do Instituto, diante da amplitude do território brasileiro, propôs, como que por uma ânsia em integrar as províncias e por obter o controle central da dispersa documentação, que:

por meio de uma circular se dirija o Instituto aos Exms. Presidentes das províncias do Império rogando-lhes queiram remeter-lhes os relatórios por ocasião das assembleias provinciais (...) e

⁷⁸ MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real da História*. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII. Coimbra: Edições Minerva, 2003, p.60.

⁷⁹ Ibid. p.39.

⁸⁰ PEDROSA, Fabio Mendonça. *Sol oriens in occiduo* – contribuições para o estudo da Academia Brasílica dos Esquecidos. Dissertação de Mestrado, PPGH-UERJ, Rio de Janeiro, 2001.p. 41.

⁸¹ KANTOR, Íris. *Esquecidos e Renascidos*: Historiografia Acadêmica Luso-Americana. SP: Hucitec, Salvador, Bahia: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004, p. 91.

⁸² MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real da História*. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII. Coimbra: Edições Minerva, 2003, p. 54.

outrossim a coleção das leis provinciais e quaisquer outros documentos que servir possam para a História do Brasil.⁸³

A dedicação dos associados do Instituto à consolidação de um arquivo apropriado, que fizesse frente à proposta que os reunia, se cristalizaria com a proposição do *programa histórico* destinado a tratar, especificamente, os mais acertados modos para se obter o maior número de documentos para a História do Brasil. Inspirado nas academias de ciências europeias, o Desembargador Pontes concluiu a favor “das viagens arqueológicas, para desvelar o que ainda não era conhecido, e (pela) formação de comissões para análise dos arquivos públicos ou particulares sobre fatos já mencionados”.⁸⁴ O dedicado fundador indicava, assim, os caminhos a serem trilhados pela longa tarefa de se erigir uma história pátria para o Brasil.

Como sócio-correspondente, ao ingressar no Instituto, Varnhagen remetia, recorrentemente, manuscritos e trabalhos críticos de sua autoria, mas percebendo a indispensabilidade de documentos portugueses, sobretudo, à estruturação do arquivo, reclamou ao Cônego Januário: “sobre este assunto devia talvez intervir o governo, que devendo alimentar o espírito de nacionalidade, deve ter presente que são a primeira base talvez desta, a história e o conhecimento do país natal.”⁸⁵ Sua preocupação refletia o comprometimento com uma história científica, fortemente amparada pela pesquisa e pela crítica documental, estatutos de um campo do conhecimento que a essa altura se afirmava como disciplina autônoma.

Por sinal, desde que iniciou suas atividades o Instituto se mostrava atento à profissionalização do ofício de historiador. Uma de suas missões era, portanto, reverter os amadorismos historiográficos, através do rígido cotejamento das fontes documentais. Sobre a inadequação de alguns escritos anteriores à fundação do Instituto, o Cônego Januário da Cunha Barbosa lamentaria:

(...) o coração do verdadeiro patriota brasileiro aperta-se dentro do peito quando vê relatados desfiguradamente até mesmo os modernos fatos de nossa gloriosa independência (...) e já muitos se vão obliterando na memória daqueles a quem mais interessam, só porque tem sido escritos sem **a imparcialidade e necessário critério, que devem sempre formar o caráter de um verídico historiador.**⁸⁶ (o grifo é nosso)

⁸³ Sessão de 21/03/1840. Ver: RIHGB, Rio de Janeiro, tomo II, 1840, p.154.

⁸⁴ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo III, 1841, p. 149.

⁸⁵ Correspondência entre Francisco Adolfo de Varnhagen e Januário da Cunha Barbosa. Ver: RIHGB, Rio de Janeiro, tomo I, 1839, p. 376.

⁸⁶ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo I, 1839, p.11.

No processo de análise das aproximações e distanciamentos entre as agremiações eruditas setecentistas e o IHGB, os *programas históricos* são o elemento de permanência mais representativo, na medida em que constituíram uma prática narrativa adaptada pelos oitocentistas às suas prioridades. Desenvolvidos pelas academias de maneira muito semelhante a que seria adotada pelo Instituto Histórico, dois *programas* dos Renascidos seriam, inclusive, retomados pelo Instituto. O primeiro deles, proposto na sessão de 4 de fevereiro de 1839, pelo Cônego Januário da Cunha Barbosa, indagava “Quais foram os primeiros introdutores de cana, café, tabaco, e outros vegetais de nossa riqueza; em que províncias foram primeiro introduzidos e em que eras?”; e o segundo, retomado pelo próprio Imperador, quando já havia assumido a presidências das sessões, incitava a serem averiguados “Quais as tradições ou vestígios geológicos, que nos levem à certeza de terem havido terremotos no Brasil? ”.⁸⁷

Os questionamentos propostos pelos *programas históricos* eram dotados de contornos específicos. Formulados, em sua grande maioria, sob a forma interrogativa, constituíam estratégias argumentativas que instigavam a curiosidade dos presentes à sessão e introduziam os temas de interesse privilegiados para discussão pelos sócios.

Convém assinalar que, desde a Academia dos Renascidos, a prática dos *programas históricos* se efetivava em dois momentos distintos: a proposição e o desenvolvimento. No que concerne aos enunciados aprovados para assunto de dissertação, pode-se dizer que especulavam a favor do que lhes parecia urgente elucidar. Já no que diz respeito à etapa da elaboração do trabalho, tudo leva a crer que as dissertações se configuravam como um reflexo do debate oral travado nas plenárias.

A formulação dos *programas*, por certo, inspirava-se na retórica,⁸⁸ mas já introduzia os elementos de um campo disciplinar em formação.⁸⁹ Conciliando essas referências com as demandas que os afligiam, os propositores dos enunciados apresentavam à plenária do Instituto questões que abrangiam tudo o que precisava ser esclarecido, visando à escrita da história pátria. Nesse sentido, tanto as “memórias históricas” quanto os *programas históricos* foram expressões de um momento incipiente, em que a modelação do passado, sob a forma de uma história pátria, ainda estava por ser definida. Ambos, enquanto textos inéditos redigidos pelos integrantes dos quadros do Instituto, deram conta de alguns dos infundáveis pontos que, cotidianamente, se apresentavam, em estado bruto, à apreciação dos letrados.

⁸⁷ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo I, 1839, p. 91.

⁸⁸ SOUZA, Roberto Acízelo de. *O Império da eloqüência*. Retórica e poética no Brasil oitocentista. RJ: Eduerj, 1999, p.28.

⁸⁹ IGGERS, Georg. *Historiography in the Twentieth Century*. From Objectivity to the Postmodern Challenge. Hanover-London, Wesleyan University Press, 1997, p. 27.

Os *programas* aventados nas dependências do Instituto, na forma como eram elaborados os seus enunciados, não transgrediram a tradição, pois formulavam-se a partir de uma estrutura retórica, onde o questionamento e a dúvida estimulavam a curiosidade e o debate. Todavia, no que tange à essência das proposições programáticas, verifica-se a coexistência de permanências e descontinuidades. Conciliando pragmatismo e estatuto científico, os *programas* são expoentes de um século XIX, onde, no movimento da modernidade, as referências clássicas se esvaziaram em função do paradigma historicista que se afirmava, gradualmente, como hegemônico.⁹⁰

Enquanto trabalhos autorais dos sócios, os *programas históricos* nos revelam um angustiante esforço dos agremiados pelo domínio de temas tão dispersos e tão vastos, em um momento em que o Instituto ainda garimpava as peças que comporiam o mosaico da História Geral do Brasil, aquela idealizada pelo sócio-fundador Januário da Cunha Barbosa no discurso inaugural,⁹¹ e, de certo modo, concretizada na obra de Francisco Adolpho de Varnhagen, dezesseis anos depois.⁹²

⁹⁰ SOUZA. Op.Cit., nota 87, p.26-7.

⁹¹ BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso de inauguração do IHGB. In: RIHGB, tomo I, 1839, p.10-21.

⁹² *A História Geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal*, de autoria de Francisco Adolpho de Varnhagen foi levada a impressão, pela primeira vez, em 1854. A esse respeito, ver: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Francisco Adolfo de Varnhagen: História Geral do Brasil. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no tropico*. Vol. II. Editora Senac, São Paulo, 2001, p. 76-96.

2 A EXERCITAÇÃO ACADÊMICA: ESPECULANDO SOBRE E COM A HISTÓRIA

Começamos hoje um trabalho que, sem dúvida, remediará de alguma sorte os nossos descuidos, reparando os erros e enchendo as lacunas que se encontram na nossa história.⁹³

Januário da Cunha Barbosa

2.1 Trajetos enviesados: ascensão e queda dos *programas históricos*

As sessões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, invariavelmente, obedeciam a um ritual: abertas pelo Secretário, na presença da mesa diretora e demais associados, as reuniões ordinárias iniciavam seu expediente com a leitura e a aprovação da ata da sessão anterior. Na seqüência, procedia-se ao exame das correspondências enviadas pelos sócios residentes no exterior, ou nas províncias distantes da Corte, e ao registro de doações de manuscritos (cópias ou originais), livros, periódicos, coleções de documentos e vestígios arqueológicos, entre outras fontes⁹⁴, destinados a formar o arcabouço documental, para a escrita da história do Brasil, como dispunham os Estatutos da Casa.⁹⁵ Passava-se, então, à ordem do dia, quando o sócio que desejasse poderia propor *programas históricos* a serem submetidos aos pares⁹⁶. Sabe-se, inclusive, que o Imperador, nos anos iniciais do Instituto, também ofereceu *programas*, os quais se apresentavam por meio de Aviso expedido pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império, conforme o testemunho do Visconde de São Leopoldo em carta particular enviada ao Cônego Januário da Cunha Barbosa.⁹⁷

Os *programas* aprovados eram depositados em uma urna que havia na Sala de Sessões, para que fossem sorteados em outra oportunidade. Quando sorteado o *programa*, definia-se a sessão em que ele seria posto na ordem do dia, o que, de forma geral, era agendado à sessão subsequente para que sua formulação fosse discutida oralmente. Acertadas

⁹³ Trecho do discurso pronunciado por ocasião da instalação do Instituto Histórico. Ver: RIHGB, Rio de Janeiro, tomo I, 1839, p.12

⁹⁴ Atas das sessões ordinárias entre os anos de 1838 e 1856. In: RIHGB, tomo I ao tomo XIX, 1839-1856.

⁹⁵ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo I, 1839, p.22-24.

⁹⁶ De maneira geral, os programas históricos eram propostos em blocos: um mesmo sócio propunha três ou mais temas a serem aprovados.

⁹⁷ Carta lida em sessão de 05/08/1847. In: RIHGB, Rio de Janeiro, tomo IX, 1847, p. 429-30.

as possíveis divergências, aguardava-se que algum sócio se disponibilizasse a desenvolvê-lo, sob a forma de dissertação. Cabia-lhe, ainda, comunicar ao Instituto a data em que estaria apto a realizar a leitura do ensaio, para que o mesmo fosse examinado pelos confrades e encaminhado à comissão correspondente (de História ou de Geografia), que poderia recomendá-lo ou não para a publicação na *Revista*.

As comissões pautavam as avaliações a partir de dois critérios: o mérito acadêmico e a conveniência da respectiva divulgação. O mérito do estudo era julgado segundo os pressupostos da crítica documental, indispensável à escrita da história oitocentista. Já a indicação à publicação dava-se quando o *programa*, aprovado nos quesitos acadêmicos, atendia, ainda, aos referenciais reguladores da *Revista*, sobretudo aqueles de natureza política.

Os pareceres emitidos pelas comissões refletiam os postulados definidos como balizadores daquilo que poderia compor a seleta galeria de publicações chancelada pela Casa. Censurando trechos, substituindo alguns termos por outros mais apropriados, ou mesmo vetando textos inteiros, as comissões regulavam o ímpeto literário dos autores, agremiados ou não, em favor de uma unidade harmônica que deveria transpirar nas páginas de sua *Revista*.

A dinâmica de proposição, desenvolvimento e avaliação dos *programas históricos*, envolvia algumas operações, para além da complexidade inerente ao percurso nas sessões. Concentrada entre os anos de 1838 e 1856,⁹⁸ essa prática acadêmica foi inconstante. Desde a primeira sessão ordinária do IHGB, em 1º de dezembro de 1838,⁹⁹ a engrenagem dos *programas* teve seu êxito condicionado pela maior ou menor disposição dos letrados, e seu comprometimento para com o Instituto. Nos primeiros anos de atividades observa-se uma motivação em propor e desenvolver *programas*, o que arrefeceu com o correr do tempo. Tal constatação acabaria por nos revelar que a dinâmica de proposição e desenvolvimento dos *programas históricos* experimentou duas fases distintas: a primeira, compreendida entre os anos de 1838 e 1849, foi conduzida pela Mesa Diretora. A segunda iniciou-se em 1849, quando d. Pedro II passou a freqüentar o IHGB assiduamente, hábito que se estenderia até meados da década de 1850.

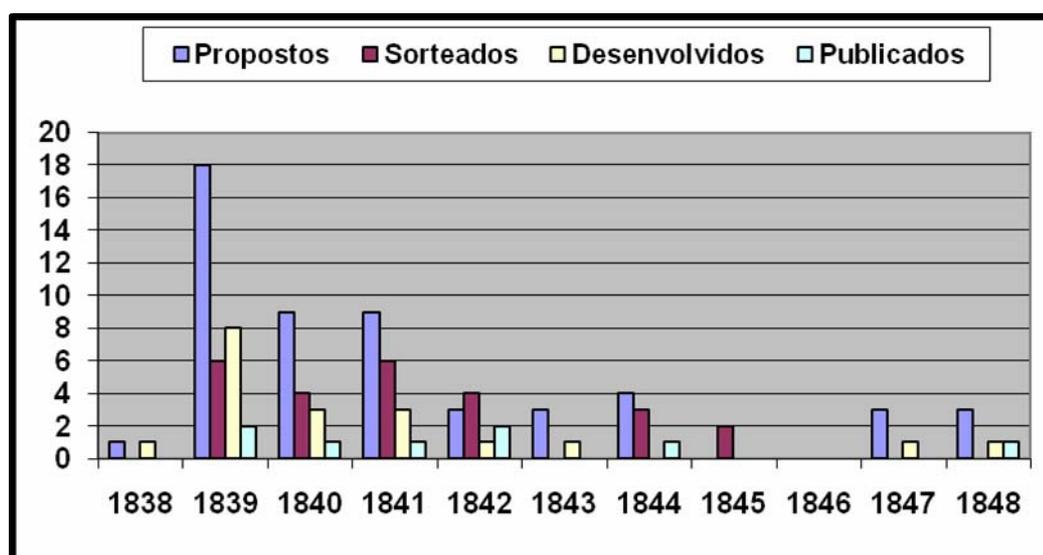
De qualquer modo, diante do vigor inicial dos agremiados, por serem muitos os *programas* desenvolvidos e, por conseguinte, aptos à publicação, nos primeiros meses de atividades do Instituto formou-se uma considerável reserva de textos prontos para impressão, que aguardavam por espaço na *Revista*. É bem verdade que a propalada disponibilidade dos

⁹⁸ O intervalo mencionado corresponde ao período em que há registro sobre a proposição e o desenvolvimento de *programas históricos*.

⁹⁹ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo I, 1839, p. 57.

sócios não se estenderia por longo tempo. Para desapontamento de Januário da Cunha Barbosa, um dos maiores entusiastas daquela prática acadêmica,¹⁰⁰ já em meados de 1840, era visível a inércia da maior parte dos agremiados. Tanto assim, que o Secretário Perpétuo viu-se obrigado a determinar que “(...) passadas três sessões depois da sorteação de qualquer ponto sem apresentar-se dissertação, se encarregasse um membro de a organizar.”¹⁰¹ Cinco meses depois a situação perdurava. Rodrigo de Sousa da Silva Pontes, outro fervoroso adepto dos *programas*,¹⁰² reiteraria a indicação do Cônego, nos seguintes termos: “(...) que todas as vezes que um programa sorteado para ordem do dia for adiado por três sessões, em consequência de não ter havido quem o trate, seja nomeado pelo Sr. Presidente um membro do Instituto para tratar deste mesmo programa no prazo de seis meses, na forma dos Estatutos.”¹⁰³

Gráfico nº1
Evolução anual dos *programas históricos* – 1ª fase



Fonte: RIHGB, Rio de Janeiro, tomo I ao tomo XI, 1838-1848.

Como se nota no gráfico nº1, a vocação dos sócios só faria diminuir durante os cinco primeiros anos de exercício, chegando próximo de zero em 1845. Nesse ano, o afastamento do

¹⁰⁰ Januário da Cunha Barbosa propôs sete programas históricos. Ver anexo 1.

¹⁰¹ Tal pronunciamento ocorreu na sessão de 09/05/1840. In: RIHGB, Rio de Janeiro, tomo II, 1840, p. 269-70.

¹⁰² Rodrigo de Souza da Silva Pontes propôs vinte e um programas históricos. Ver anexo 1.

¹⁰³ Proposto na sessão de 31/10/1840. In: RIHGB, Rio de Janeiro, tomo II, 1840, p. 528.

Desembargador Pontes¹⁰⁴ e a enfermidade que acometeu Januário da Cunha Barbosa, ao que parece, desestimularam ainda mais a proposição de novos temas. A repercussão dessas ausências no rendimento dos associados se torna evidente, quando se compara o período compreendido entre 1838 e 1844, intervalo em que os dois grandes defensores dos *programas* ainda se encontravam ativos, com o ano de 1845, quando ambos já não dispensavam a mesma dedicação ao Instituto. O quadro se agravaria no ano seguinte, quando se tomou a decisão de solicitar que “o Primeiro Secretário apresent[asse] em sessão uma relação de todas as comissões, ou sócios em particular, que não tem dado conta dos trabalhos que lhes foram incumbidos.”¹⁰⁵ Cumprido o indicativo, coube ao Secretario Perpétuo officiar “(...) às sobreditas comissões, ou membros em particular, a fim de saber os motivos porque não tem cumprido as incumbências que lhes foram cometidas, para poder resolver-se definitivamente a respeito.”¹⁰⁶

A angústia, pela qual passava a direção do Instituto diante de tamanho absentéismo, foi relatada pelo visconde de São Leopoldo a Januário da Cunha Barbosa. Envergonhado por presidir uma instituição displicente aos chamados do Imperador, o Visconde relatava:

(...) pesava-me de ver esquecidos os programas (pelo menos não tenho notícia de que haja aparecido algum escrito acerca deles) que o nosso Augusto Protetor mandou propor ao Instituto em aviso da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, de 11/01/1842, depois de esperar longo tempo que alguém acudisse ao reclamo, atendível não só em razão do proponente, mas pela importância e utilidade dos assuntos (...)¹⁰⁷

No exercício de 1846, além da rarefação dos *programas históricos*, agravada com a morte do Cônego Januário, o Instituto teria ainda de suportar o afastamento de seu Presidente, o visconde de São Leopoldo, lamentado pelo próprio em sua carta de demissão:

(...) pelas recordações saudosas do passado, impedido agora de ver-me restituído ao círculo dos meus amados consócios, (...) ou seja, pelo pundonor de fruir um título, que não me é possível exercer; estas considerações me punjem [sic] de contínuo, e me trazem por extremo mortificado: eis as razões porque com íntimo pezar [sic] renovo minhas instâncias de demissão.¹⁰⁸

O biênio 1845/1846 entrava, assim, para o rol dos anos ingratos à memória da instituição, não tendo sido sequer celebrada a tradicional sessão aniversária. No primeiro daqueles fatídicos anos, o Imperador não se encontrava na Corte no dezembro festivo. No ano

¹⁰⁴ Na sessão de 20 de fevereiro de 1845, o Desembargador Rodrigo de Sousa da Silva Pontes declarou estar passando por problemas de saúde, e comunicou, ainda, o seu breve embarque para Montevidéu. Ver: RIHGB, Rio de Janeiro, tomo VII, 1845, p.115-6.

¹⁰⁵ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo VIII, 1846, p.155-6.

¹⁰⁶ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo VIII, 1846, p.295-6.

¹⁰⁷ Carta lida em sessão de 05/08/1847. In: RIHGB, Rio de Janeiro, tomo IX, 1847, p. 429-30.

¹⁰⁸ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo VIII, 1846, p.412-13.

seguinte, a morte do Cônego e a doença do Visconde teriam afastado qualquer expectativa de comemoração.¹⁰⁹

Em 1847, a rotina de trabalho parecia novamente querer restabelecer-se, sobretudo, em função do vigor e da dedicação do recém-empossado presidente, Candido José de Araújo Viana, antigo professor de d. Pedro II e futuro marquês de Sapucaí. Daí por diante, os bons ventos passariam a soprar. Sob a diretiva de Araújo Viana e do primeiro secretário Manoel Ferreira Lagos, impulsionado pela interferência ainda tímida do Imperador, o Instituto caminhava, revigorado inclusive pela retomada da concessão de prêmios oferecidos por Sua Majestade,¹¹⁰ momento em que também fora recuperada a prática da proposição de *programas históricos*.

A retomada ocorreu em agosto de 1847, entretanto, de modo diferenciado dos primeiros anos, os *programas* anunciados nesta ocasião também concorreriam a prêmios. Visando estimular algo que havia caído em desuso, Ferreira Lagos conseguiu com que fossem aprovados três *programas históricos*, afim de que as melhores dissertações deles resultantes fossem laureadas na próxima sessão magna de aniversário.¹¹¹ Tal intenção, porém, não seria correspondida, pois nenhum dos três *programas* propostos por Lagos chegou a ser desenvolvido.

Por outro lado, a recém empossada Mesa Diretora decidiu estender os horizontes de atuação do Instituto com a criação de uma seção voltada para pesquisas nos campos da arqueologia e etnografia americana, reconhecendo a relevância da temática indígena como elemento essencial à construção das tradições brasileiras. Nas palavras de três expoentes daquela corrente - Araujo Porto-Alegre, Manoel Ferreira Lagos e Joaquim Norberto de Souza e Silva - a nova seção justificava-se devido à “necessidade de se ampliarem os estudos históricos e geográficos do Instituto de uma maneira mais vasta e mais conforme com a civilização atual”.¹¹²

Reacendendo-se, assim, o objetivo de ampliação progressiva dos trabalhos dos consócios, a instituição da nova seção, visava criar as condições necessárias à consolidação do Instituto como referência científica no panorama americano. De forma recorrente, a etnografia servia à legitimação das tradições que se construía à época da formação dos Estados nacionais latino-americanos, que compartilhavam, salvo as devidas nuances, de uma origem

¹⁰⁹ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo IX, 1847, p.127.

¹¹⁰ O primeiro registro de prêmios, oferecidos pelo Imperador, aos melhores trabalhos realizados constam na ata da terceira sessão pública aniversária. Ver: RIHGB, Rio de Janeiro, tomo III, 1841, p. 559.

¹¹¹ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo IX, 1847, p. 430-31.

¹¹² RIHGB, Rio de Janeiro, tomo IX, 1847, p. 442.

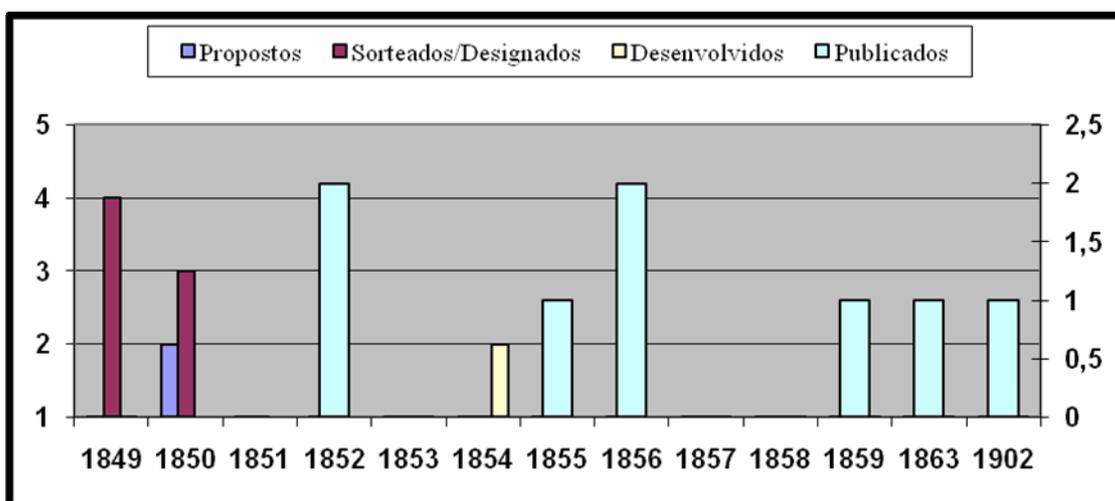
indígena. Nesse sentido, com a instituição da seção de Arqueologia e Etnografia, o Instituto Brasileiro pretendia assumir a vanguarda da América Latina, estabelecendo, inclusive, uma rede de contatos políticos e intelectuais através da troca de correspondências com os Institutos a ele contemporâneos, como o Instituto de Montevideú e o Instituto de Buenos Aires.¹¹³

De qualquer forma, o ano de 1847 marcou o alargamento das possibilidades de produção textual no interior do Instituto. Todavia, a prática de proposição e desenvolvimento de *programas históricos*, à revelia dos esforços empreendidos, não se restabeleceria com a fluidez dos anos inaugurais. No ano seguinte seriam apresentados apenas três programas, que deveriam ser “oportunamente discutidos como matéria da ordem do dia”,¹¹⁴ e exprimiam questões relativas à temática indianista e a investigações de cunho naturalista. Os números da *Revista* relativos a 1848 registram a publicação de apenas um *programa*: “O Caramuru perante a História”, do qual trataremos mais adiante.¹¹⁵

O impasse no que concerne à proposição e desenvolvimento dos *programas históricos* só começaria a ser desfeito quando, na sessão aniversária do ano de 1849,¹¹⁶ presidindo a cerimônia pela primeira vez, o Imperador ordenou que fossem lidos os *programas* já aprovados, a fim de que ele mesmo os atribuísse aos sócios para dissertação.¹¹⁷

Gráfico nº2

Evolução anual dos programas históricos – 2ª fase



Fonte:

RIHGB, Rio de Janeiro, tomo XII ao tomo XXII; tomo XXVI; tomo LXV, 1849 a 1859; 1863; 1902.

¹¹³ O Instituto Histórico e Geográfico Nacional fora criado em Montevideú no ano de 1843. Já o Instituto de Buenos Aires fundou-se em 1854. Sobre a questão nacional na região do Prata, ver: WASSERMAN, Fabio. *Entre Clio y La Polis: conocimiento histórico y representaciones del pasado em el Rio de La Plata (1830-1860)*. Buenos Aires: Teseo, 2008.

¹¹⁴ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo X, 1848, p. 405.

¹¹⁵ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo X, 1848, p.129-52.

¹¹⁶ Sessão realizada no dia 15/12/1849, no Paço Imperial. Ver: Ata da 212ª sessão. RIHGB, Rio de Janeiro, tomo XII, 1849, p. 550-7.

¹¹⁷ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo XII, 1849, p. 554.

De acordo com o gráfico nº2, os *programas históricos* receberam um novo alento, com a atuação de Sua Majestade na direção dos trabalhos do Instituto, a partir do seu décimo ano de funcionamento. As proposições foram substituídas pela recuperação de programas já aprovados, os sorteios, por sua vez, deram lugar à autonomia do soberano em distribuir temas, e até mesmo os pareceres avaliativos cederam espaço ao senso crítico de d. Pedro II.

Vinculados geralmente aos mais altos escalões do aparato de Estado, os integrantes do Instituto, quando não compartilhavam o convívio político com o Imperador, faziam parte da seleta elite letrada, capitaneada pelo jovem monarca, estando, pois, de uma maneira ou de outra, próximos dele. Essa intrincada rede político-intelectual se reproduzia nas dependências do IHGB e tornava improvável que alguma atribuição programática do soberano fosse descumprida ou realizada com pouco empenho.

Candido José de Araújo Viana, por certo, orgulhoso de seu pupilo, reconheceria a importância da presença do Imperador nas reuniões ordinárias. Mostrava-se satisfeito por entender que, a partir daí, seus esforços para estimular a pena autoral dos sócios seriam por ele endossados:

Em verdade, Senhor, (...) a honra, cuja repetição ele [o Instituto] respeitosa suplica, de ver testemunhado em sessão ordinária e de perto apreciado por V.M.I o procedimento dos associados no desempenho dos deveres a que se figuram, não podem ser alavanca poderosa, que dê movimento extraordinário à patriótica empresa a que nos comprometemos? ¹¹⁸

A presença física de d. Pedro II e a instalação definitiva do Instituto no terceiro andar do Paço Imperial, ¹¹⁹ teriam sido elementos essenciais à consolidação do vínculo entre a academia e o soberano. As suas duas faces, fosse a política ou a letrada, interessavam-se pelas atividades do IHGB, pois, se por um lado, era homem de educação refinada e atento aos percursos trilhados pelos saberes oitocentistas, por outro, via no Instituto Histórico e Geográfico a instrumentalização necessária ao equacionamento de questões caras a um Estado recém-fundado. Aliás, ele marcaria posição ¹²⁰, na passagem do décimo primeiro aniversário da Casa, respondendo ao discurso do velho mestre, Araújo Viana¹²¹, ao recomendar:

¹¹⁸ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo XII, 1849, p. 551.

¹¹⁹ Há registro, na sessão pública aniversária de 1849, de que Sua Majestade Imperial mandou entregar, devidamente pronta, a sala para a realização das sessões, arquivo e biblioteca. In: RIHGB, Rio de Janeiro, tomo XII, 1849, p. 553.

¹²⁰ Este é o primeiro registro que há sobre uma fala do Imperador, no Instituto, que vá além de um simples agradecimento. In: RIHGB, Rio de Janeiro, tomo XII, 1849, p. 552.

¹²¹ Candido José de Araujo Viana, antigo professor de D. Pedro II, exerceu a Presidência do Instituto entre 1847 e 1875.

(...) é de mister que não só reunais os trabalhos das gerações passadas, ao que vos tendes dedicado quase que unicamente, como também, pelos vossos próprios, torneis aquela a que pertence digna realmente dos elogios da posteridade: não dividi, pois as vossas forças, o amor da ciência é exclusivo, e, concorrendo todos unidos para tão nobre, útil, e já difícil empresa, erijamos assim um padrão de glória à civilização da nossa pátria.¹²²

Embora as palavras do monarca não desdenhassem a importância dos estudos documentais, sugeriam que se desse maior atenção às contribuições historiográficas. De qualquer modo, o que se verificou, ao longo dos anos em que o Instituto esteve sob a proteção de Sua Majestade, foi a prevalência da memória sobre a história¹²³, ou seja, a transcrição de fontes superou, significativamente, a divulgação de inéditos, inclusive aqueles derivados dos *programas históricos*.

O certo é que de 1849 em diante os rumos do Instituto Histórico caracterizaram-se pela assiduidade de D. Pedro II e pelo controle rigoroso da disciplina dos associados. Ele solicitaria à Mesa Diretora que o informasse sobre os sócios descompromissados, criando, assim, mecanismos garantidores da “nobre, útil e difícil empresa” da qual os havia encarregado. Para isso determinava: “ao (...) presidente que me informe sempre da marcha das comissões, assim como apresente, quando lhe ordenar, uma lista, que espero será a geral, dos sócios que bem cumprem com os seus deveres”,¹²⁴ o que poderia até ocasionar alguns desconfortos políticos, aos sócios menos aplicados.

Mas, ao contrário do que se poderia supor, os *programas históricos* continuavam no limbo apesar dos esforços do Imperador, que na sessão aniversária de 1849 recuperou quatro *programas* e os atribuiu a sócios distintos. Três desses *programas* haviam sido anunciados entre os anos de 1839 e 1840, e um outro, resgatado por ele, da Academia dos Renascidos. O primeiro, intitulado: “qual a origem da cultura e comércio do anil entre nós?”, proposto pela primeira vez em 1840, pelo desembargador Pontes,¹²⁵ foi atribuído ao sócio visconde de Abrantes. Também da pena do desembargador e oferecido em 1839, o segundo inquiria “se para a civilização do país tem resultado alguma vantagem da introdução de estrangeiros como exploradores das minas de ouro?”¹²⁶, o qual fôra destinado ao conselheiro Candido Baptista de Oliveira. O terceiro, enunciado por Alexandre Maria de Mariz Sarmiento, em 1840, seria designado pelo Imperador ao próprio autor, que especulava:

¹²² RIHGB, Rio de Janeiro, tomo XII, 1849, p. 552.

¹²³ A esse respeito ver: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. In: R. IHGB, a. 156, n.388, p.459-613, jul./set. 1995, p. 591.

¹²⁴ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo XII, 1849, p. 552.

¹²⁵ Título integral do *programa* “Qual a origem da cultura e comércio do anil entre nós? E quais foram as causas do progresso e decadência desse ramo de cultura e comércio?” In: RIHGB, Rio de Janeiro, 1850, tomo XIII, p.132.

¹²⁶ *Ibid.* p.132.

Qual seria o motivo porque os portugueses tendo visitado o Rio de Janeiro no ano seguinte ao do descobrimento do Brasil, e até principiado aí um estabelecimento alguns anos depois: não podendo deixar de reconhecer a beleza, comodidade e vantajosa posição de seu porto, a fertilidade de seu solo e outras circunstancias que o fizeram preferir em tempos posteriores para capital do Estado, só tantos anos depois (1568) começaram na margem de sua magnífica baía a fundação de um estabelecimento permanente, sendo provável que ainda o desprezassem por muito tempo se não fosse a necessidade de expulsar os franceses e tirar-lhes de uma vez a esperança de voltarem; não se podendo atribuir esse desprezo à resistência dos Tamoios, pois igual e maior sofrerão de nações não menos valentes e numerosas em outras partes da costa do Brasil menos interessantes, em que apesar disso se estabeleceram muitos anos primeiro?¹²⁷

Já o *programa* resgatado da Academia dos Renascidos indagava “quais tradições ou vestígios geológicos, [levariam] à certeza de terem havido terremotos no Brasil?”¹²⁸, o qual seria atribuído ao Dr. Guilherme Schuch de Capanema, um dos poucos amigos de infância do Imperador.¹²⁹ Com as incumbências determinados pelo soberano, novas responsabilidades pairavam sobre os atribulados membros do Instituto, obrigados a conciliar a vida pública e a intelectual, sob a pena de infamarem suas reputações diante do monarca.

Além de ressuscitá-los, o Imperador ressignificou o ritual de proposição e desenvolvimento dos *programas históricos*, substituindo o modelo dos primeiros anos, quando eram apresentados e depositados na urna para, após terem sido sorteados, serem acolhidos por sócios que se comprometessem a desenvolvê-los.

Diante das reformulações pelas quais o Instituto vinha passando, os primeiros Estatutos tornaram-se obsoletos, e a formalização das mudanças se fazia imprescindível. Os adendos ao regimento vinham sendo realizados já há algum tempo. A primeira tentativa de alteração fora levantada pelo Sr. Bivar, na sessão de 27 de setembro de 1850, quando apresentou “um projeto de reforma de estatutos, a semelhança dos da Academia Real das Ciências de Lisboa (...)”.¹³⁰ O debate prosseguiria até o dia 22 de novembro de 1850, quando seria realizada a assembléia geral para deliberar sobre a revisão dos Estatutos.

Dentre as reformas mais significativas, pelo seu caráter atualizador, destacava-se o estabelecimento da seção de arqueologia e etnografia indígena. Sobre a admissão de sócios, a reforma passava a exigir uma prova de suficiência literária dos candidatos. Os grupos de trabalhos seriam elevadas de quatro para dez, com a criação de dois comitês auxiliares de História e de Geografia, respectivamente; além das comissões de correção e revisão ortográfica dos manuscritos; de trabalhos arqueológicos e etnográficos; de avaliação do mérito acadêmico dos aspirantes a sócios; e, finalmente, de pesquisa manuscritos e documentos em todas as províncias do Império, como já indicava o Desembargador Pontes no

¹²⁷ Ibid. p.132.

¹²⁸ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo XIII, 1850, p. 131-2.

¹²⁹ Ver José Murilo de Carvalho. *D. Pedro II: ser ou não ser*. SP: Companhia das Letras, 2007.

¹³⁰ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo XIII, 1850, p.420.

programa histórico sobre os meios mais apropriados para a aquisição de documentos sobre História e Geografia.¹³¹

No que concerne aos *programas*, os novos estatutos não os extinguiram, mas também não os estimulavam. Mencionava-se, somente, que “os trabalhos ser[iam] previamente lidos em sessão privada e aí aprovados”.¹³² A reforma ainda suprimiu a urna dos *programas*, prática já descartada ao menos desde 1845,¹³³ e estabeleceu a “obrigação dos sócios em apresentarem trabalhos nas sessões, segundo a ordem da tabela”,¹³⁴ determinando que os sócios burladores desse compromisso seriam demitidos do Instituto. A pena seria revogada na sessão seguinte, em favor da aplicação de multas pagas em prestações, no prazo de dois anos.¹³⁵

De qualquer modo, em 1852 e 1853, apesar dos novos Estatutos e de freqüentado regularmente pelo monarca, o IHGB amargou, por várias sessões, ter de debater manuscritos herdados de gerações anteriores. Para lamento do disciplinado homem de ciências e letras que era d. Pedro II, seus protegidos pareciam não reservar tempo para as atividades acadêmicas. Na sessão pública aniversária daquele último ano, o discurso do Presidente Candido José de Araújo Viana sinalizava que o desvanecer dos escritos programáticos se justificaria também por outras razões, pois: “o Instituto, Senhores, não tem podido imprimir o desejado impulso nos trabalhos compreendidos em seu programa: é forçado a circunscrever-se nos limites traçados pelos escassos meios pecuniários de que dispõe.”¹³⁶ A ponderação parecia um tanto desafiadora à figura do Protetor, mesmo porque seus ministros recorrentemente indagavam à Mesa Diretora sobre as demandas financeiras da instituição. Todavia, desde o ano de 1850,¹³⁷ não se verifica a observância do Tesouro Imperial em garantir os meios para que o Instituto mantivesse os compromissos firmados por seus Estatutos, o que tornaria plausível, apesar de audaciosa, a fala do presidente Araújo Viana.

O declínio da produção de narrativas originadas de *programas históricos* parecia irreversível. Em 1854, a *Revista* não publicou nenhum *programa histórico*, e em plenária foram apresentados apenas dois *programas* decorrentes das delegações do Imperador aos sócios Gonçalves Dias e Guilherme Capanema. No ano seguinte, a curva decrescente

¹³¹ Programa “Quais os meios que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos à história e geografia do Brasil?” In: RIHGB, Rio de Janeiro, 1841, tomo III, p. 149-57.

¹³² Sessão da Assembléia Geral, realizada em 22/11/1850. In: RIHGB, Rio de Janeiro, tomo XIII, 1850, p. 525.

¹³³ Sessão da Assembléia Geral, realizada em 22/11/1850. In: RIHGB, Rio de Janeiro, tomo XIII, 1850, p. 525.

¹³⁴ Ibid. p. 525-7.

¹³⁵ Ibid. p. 525-7.

¹³⁶ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo XVI, 1853, p.574.

¹³⁷ A última menção a apoio financeiro do Estado Imperial ao IHGB é feita na ata da sessão de 16/02/1850. Ver: RIHGB, Rio de Janeiro, tomo XIII, 1850, p.128.

acentuou-se ainda mais: não houve enunciados propostos e as apresentações se restringiram à leitura de uma única dissertação de autoria do Dr. Silva Fontes, respondendo à indagação: “Quais os animais que foram introduzidos na América pelos conquistadores?”¹³⁸. A situação pouco se alterou no exercício de 1856. Fosse pela desvinculação dos *programas* aos prêmios, ou pelo desinteresse pelas investigações trabalhosas, as atas atestam a exposição somente do estudo preparado por Francisco Freire Alemão sobre “as plantas que se achavam aclimatadas no Brasil”¹³⁹, mais tarde publicado na *Revista*.¹⁴⁰

A prática da exposição de *programas históricos* foi extinta em 1856. Na sessão ordinária de 12 de dezembro, encerrando as atividades anuais,¹⁴¹ foi levado à pauta, por ordem do Presidente Candido José de Araújo Viana, a proposição de que os trabalhos inéditos a serem apresentados no exercício do ano seguinte deveriam ser dispostos em um *livro de inscrições*.¹⁴²

É bem verdade que desde 1850 não se distribuía mais *programas* aos sócios. Na ocasião em que o *livro de inscrições* fora sugerido, as dissertações em andamento referiam-se, portanto, a temas que lhes tinham sido designados há pelo menos seis anos¹⁴³. No entanto, houve três *programas* publicados após essa reorganização da dinâmica de exposição de textos. Como uma espécie de resíduo dos anos em que a categoria *programa histórico* era ativa, as dissertações a seguir ganharam as páginas da *Revista* quando a prática já havia sido abolida do curso das atividades regulares do Instituto. “Quais as tradições ou vestígios geológicos que nos levem a certeza de ter havido terremotos no Brasil?”,¹⁴⁴ de Guilherme Schuch Capanema, foi apresentada em 1854, e publicada somente em 1859, lapso temporal corriqueiro à avaliação e publicação do trabalho; a dissertação desenvolvida por Raimundo José da Cunha Matos, na segunda sessão ordinária, ainda em 1838, em resposta ao tema proposto pelo Cônego Januário da Cunha Barbosa na sessão inaugural, seria igualmente publicada *a posteriori*, apenas em 1863, certamente em função da contradição de vozes sobre o tema ter sido, a esta altura, apaziguada pela morte dos debatedores.¹⁴⁵

¹³⁸ Ver: RIHGB, Rio de Janeiro, tomo XVIII, 1855, p. 438.

¹³⁹ A dissertação foi apresentada à plenária dos dias 16 de maio e 5 de setembro de 1856. Ver: RIHGB, Rio de Janeiro, tomo XIX, 1856, p. 10; 27.

¹⁴⁰ FONTES, Souza. “Quais foram os animais introduzidos na America pelos conquistadores?” In: RIHGB, Rio de Janeiro, tomo XIX, 1856, p. 509-27. ALEMÃO, Francisco Freire. “Quais são as principais plantas que hoje se acham aclimatadas no Brasil?” In: RIHGB, Rio de Janeiro, tomo XIX, 1856, p. 539-78.

¹⁴¹ Em 1856, após a sessão de 12 de dezembro haveria ainda a celebração aniversária, tradicionalmente realizada em 15 de dezembro, e a Assembléia Geral dos sócios que se realizou em 20 de dezembro. Ver: RIHGB, Rio de Janeiro, tomo XIX, 1856, p. 84-91.

¹⁴² RIHGB, Rio de Janeiro, tomo XIX, 1856, p. 83.

¹⁴³ Atas das sessões ordinária de 1857 a 1859. Ver: RIHGB, Rio de Janeiro, tomos XX ao XXII, 1857 a 1859.

¹⁴⁴ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo XXII, 1859, p. 135-59.

¹⁴⁵ “Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil” In: RIHGB, Rio de Janeiro, tomo XXVI, 1863, p. 121-43.

Os *programas históricos* deixaram de ser uma rotina a partir do instante em que foram substituídos pela apresentação de trabalhos escolhidos pelos respectivos autores. O esvaziamento progressivo dessa prática, na década de 1850, de um modo geral, principia com o desaparecimento da geração ilustrada que fundou o IHGB, e coincide com o momento em que o Estado monárquico já se mostrava consolidado, sobretudo, após o advento do ministério da Conciliação, presidido pelo Marquês de Paraná. A par disso, nessa mesma época, o campo disciplinar da História já se mostrava consistente, com critérios metodológicos bem fixados. Tais constatações sugerem que os *programas históricos* teriam deixado de existir porque perderam o sentido e a utilidade de elucubrar sobre os problemas que afligiam o Estado em construção.

2.2 Experiência e expectativa na formulação dos *programas históricos*

Nos seus primeiros anos de atividades, circularam no Instituto Histórico alguns dos principais protagonistas dos embates políticos que permearam a construção do Estado imperial, a começar pelas figuras dos seus idealizadores Januário da Cunha Barbosa e Marechal Raimundo José da Cunha Matos, bem como do seu primeiro presidente, senador José Feliciano Fernandes Pinheiro, o visconde de São Leopoldo.

Professor de filosofia e personagem de primeira grandeza nos eventos que culminaram na proclamação da Independência, o carioca Januário da Cunha Barbosa (1780-1846) acumulava as funções de diretor do jornal *Revérbero Constitucional Fluminense* e de orador da maçonaria. Destacara-se, também como interlocutor do príncipe d. Pedro no conhecido episódio do “Fico”, ao lado de José Clemente Pereira, outro sócio fundador do Instituto. Januário exerceria, ainda, inúmeros cargos públicos: foi deputado, cônego da Capela Real, diretor da Tipografia Nacional e da Biblioteca Real. Liberal moderado, ao lado de Evaristo da Veiga pertencera aos quadros da Sociedade Defensora da Independência Nacional (1831-1836). Entretanto, seu gosto pela prática associativa não cessaria com essa experiência. Januário da Cunha Barbosa foi membro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, onde juntamente com o Marechal Cunha Mattos apresentou a proposta de criação do IHGB, do qual seria aclamado Secretário Perpétuo, função que exerceria até a sua morte em 1846.¹⁴⁶

¹⁴⁶ BLAKE, Augusto V. A. Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Vol. 3º, p. 294-5.

Raimundo José da Cunha Matos (1776-1839) prestava serviços a Casa de Bragança desde os tempos de d. Maria I. Natural de Faro (Portugal) seguiu a carreira militar e ocupou postos na África por cerca de dezenove anos. Destacado para combater a revolução Pernambucana de 1817, mais tarde, seria nomeado Comandante de Armas da província de Goiás, que o elegeu deputado geral, na legislatura de 1826. Após a Abdicação de d. Pedro I, licenciou-se e viajou para Portugal, onde permaneceria por dois anos. Ao regressar, assumiu o cargo de diretor da Academia Militar e integrou-se à facção liberal moderada, sendo responsável pela prisão de José Bonifácio de Andrada e Silva, em dezembro de 1833, destituindo-o da tutoria de D. Pedro II. Na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, o Marechal desempenhava as funções de Secretário Perpétuo, além de manter estreita convivência com o Cônego Januário, seu companheiro na fundação do Instituto Histórico, como já se disse.¹⁴⁷

Por sua vez, José Feliciano Fernandes Pinheiro (1774-1847), nascido em Santos, bacharelou-se em Direito pela Universidade de Coimbra. Preparou diversos trabalhos e traduções, publicadas pela Casa Literária do Arco do Cego, núcleo da ilustração portuguesa dirigido por frei José Mariano da Conceição Veloso e patrocinado por d. Rodrigo de Sousa Coutinho, o conde de Linhares. De volta ao Brasil, ingressou na magistratura. Iniciou-se na vida pública como deputado às Cortes de Lisboa, para onde seguiu em 1821, e regressou após a independência. Elegeu-se para a Assembléia Constituinte, em 1823, notabilizando-se pela defesa da criação de uma universidade no Brasil. Após o fechamento da Constituinte, foi designado presidente da província do Rio Grande do Sul. Membro do Conselho de Estado, nomeado senador e agraciado por d. Pedro I com o título de visconde de São Leopoldo, ocupou a pasta do Império e da Justiça¹⁴⁸. Na sua gestão foram criadas as faculdades de direito de São Paulo e Olinda. Postulava a disseminação da razão e do conhecimento como agentes enobrecedores das nações, princípios que iria reiterar em diversas oportunidades, à frente do Instituto Histórico.

A breve incursão pela trajetória política desses três vultos permite identificá-los à experiência colonial, tal como às discontinuidades provocadas pelo advento da independência.¹⁴⁹ Permanecendo fiéis ao Estado monárquico que aqui se instaurou, eles se

¹⁴⁷ BLAKE, Augusto V. A. Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Vol. 7º, p. 112-113. Ver também: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. In: R. IHGB, a. 156, n.388, p.459-613, jul./set. 1995, p. 482.

¹⁴⁸ BLAKE, Augusto V. A. Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, volume IV, p. 416-7.

¹⁴⁹ Valdeí Lopes de Araújo desenvolveu a tese de que a independência teria inaugurado no Brasil ressignificações da mesma ordem das provocadas na França pela Revolução de 1789. Ver: ARAÚJO, Valdeí Lopes de. *A experiência do tempo: modernidade e historicização no Império do Brasil*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de História, 2003.

reuniriam para concretizar o projeto de fundar um Instituto Histórico, que “(...) principalmente se ocup[asse] em centralizar imensos documentos preciosos, ora espalhados pelas províncias, e que p[udessem] servir à História e Geografia do Império.”¹⁵⁰ No acumular das suas experiências, à altura da instalação do Instituto, em 21 de outubro de 1838, os três fundadores destacados partilhavam um horizonte de expectativas, que exigia a elaboração de um relato histórico único e coerente, capaz de contribuir para dar identidade à nação que se forjava.

Incorrer pelas peculiaridades de um país que, embora emancipado, era governado pela mesma dinastia que o havia colonizado e, como se não bastasse, construir uma referência pretérita que amalgamasse brancos, índios e escravos de maneira irreversível mostrava-se como o principal desafio àquela elite letrada que empreendeu a fundação do Instituto Histórico.

Ambientados à condição colonial, que não inspirava rupturas, esses letrados das primeiras décadas oitocentistas se depararam com o impacto provocado pela Independência sobre as tradições. Diante da reconfiguração imposta pela emancipação política, uma aceleração do tempo se fez sensível aos contemporâneos, na medida em que seus referenciais não mais alcançavam as dimensões de tal ruptura, o que provocou uma nova correlação entre passado, presente e futuro. Uma tensão emanava, portanto, da constatação de que o tempo pretérito não servia mais de exemplo. A partir daí tudo parecia plausível de ocorrer. Assim, para os fundadores do IHGB, duplés de políticos e de intelectuais, o futuro assegurava-se pela noção de redenção das incertezas do presente.¹⁵¹

Os anos finais do século XVIII e os inaugurais do XIX testemunharam que o uso *magistra* da história não mais atendia às demandas da realidade, que se mostrava sem precedentes. A crise paradigmática provocou uma reordenação completa na modalidade de consciência dos ocidentais.¹⁵² Ela os fez passar a agir e a pensar sob a perspectiva da linearidade, da prerrogativa positiva das mudanças, e do caráter superador das descobertas.

Nesse sentido, o historicismo equipou as narrativas sobre o passado com seus dispositivos analíticos pautados por referenciais processuais e lineares. Na medida em que

¹⁵⁰ “Breve Notícia sobre a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. Ver: RIHGB, Rio de Janeiro, tomo I, 1839, p.6.

¹⁵¹ O estudo de Reinhart Koselleck sobre a semântica dos tempos históricos esclarece os mecanismos que organizaram a adaptação da história às contingências modernas. A esse respeito ver: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

¹⁵² O que chamamos *modalidade de consciência* guarda estreita relação com aquilo que François Hartog denominou *regime de historicidade*, na medida em que ambas nomenclaturas expressam a percepção de determinados grupos sobre o tempo, seja ele passado, presente ou futuro. Ver: HARTOG, François. *Régimes d'historicité. Présentisme et expériences du temps*. Paris: Editions Seuil, 2003.

caía em desuso a história exemplar, erguia-se uma história teleológica, redentora das angústias originadas da imprevisibilidade do futuro. O historicismo passou a garantir que os acontecimentos intermediários, por mais trágicos que fossem, justificavam-se pelos fins, sempre positivos em relação ao que o precedia no tempo.¹⁵³

Considerando que, no Brasil, o advento da modernidade coincidiu com a independência, infere-se que, somente a partir de então, a reboque da filosofia da história, o conceito de progresso teria passado a fazer sentido por esses domínios. Entretanto, as narrativas históricas desenvolvidas pelos sócios do Instituto Histórico denotam, para além do engessamento de um ou outro uso da história, a coexistência de antigas e modernas práticas do fazer historiográfico. Expressão do convívio de posturas intelectuais distintas, os textos publicados na *Revista*, fossem eles derivados ou não dos *programas históricos*, ilustram a complexidade das apropriações historiográficas ao tempo da consolidação da monarquia.¹⁵⁴

No compasso em que iam se firmando alianças e se definindo oposições, atualizavam-se as filiações políticas. Assim, indivíduos oriundos de diferentes orientações acabaram por partilhar o mesmo reduto intelectual, o IHGB. Fundado por integrantes da facção *áulica*,¹⁵⁵ lá se conciliavam conservadores e moderados, apropriando-se dos métodos de um campo disciplinar em formação. Desse modo, posturas teóricas e políticas se mesclaram e, numa dinâmica de aglutinações e enfrentamentos, delinearam, ao longo dos primeiros anos de funcionamento do Instituto, as diretrizes a serem seguidas em um momento posterior, talvez menos experimental e mais coeso.

Diferentes usos da história se imbricavam nas distintas categorias de textos assinados pelos sócios. No caso específico dos *programas históricos*, seus enunciados apresentavam-se como formulações eminentemente tradicionais. Todavia, no bojo de tais estruturas residiam expressões de um momento transitório. Externando dúvidas, especulações e preocupações, as perguntas propostas sob a forma de *programa* permitem identificar dois tipos de questões. O

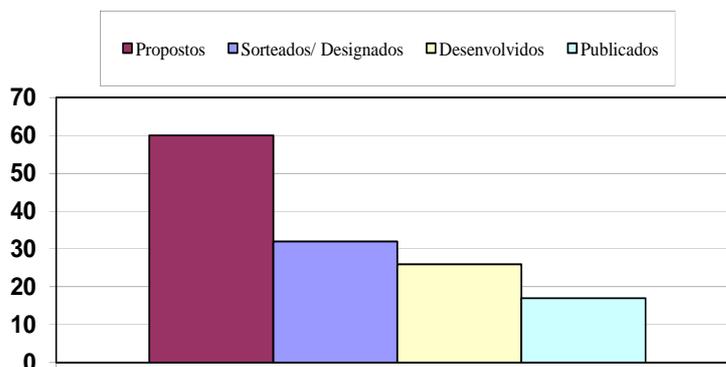
¹⁵³ O trabalho desenvolvido por Arno Wehling sobre a adaptação do historicismo no Brasil, sobretudo no que concerne à atividade historiográfica realizada pelo Instituto Histórico, inspira essas nossas reflexões. Ver: WEHLING, Arno. *A invenção da história: estudos sobre o historicismo*. RJ: Editora Gama Filho, 2001.

¹⁵⁴ Os trabalhos acadêmicos de Renata William Santos do Valle e de Maria da Glória de Oliveira, defendidos, respectivamente, em 2003 e 2009, já apostavam na coexistência entre antigos e modernos usos da história nas narrativas produzidas pelas primeiras gerações de sócios do IHGB. Ver: VALLE, Renata William Santos do. *Lições da história: as concepções de história dos fundadores do IHGB*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de História, 2003; OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história*. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IFCS, UFRJ, 2009.

¹⁵⁵ Segundo Lucia Guimarães, a *facção áulica* recebera tal desígnio em função de fontes de época, em especial de um folheto intitulado homonimamente, onde denunciava-se o favoritismo de Aureliano de Sousa Coutinho e sua família junto ao monarca. O grupo palaciano formou-se, portanto, em meio à disputa pela elevação do príncipe herdeiro ao trono, quando veteranos caramurus e ex-restauradores foram catalisados pelo mesmo Aureliano. Ver: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. In: RIHGB, a. 156, n.388, jul./set. 1995, p.481-483; ver também: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 63-5.

primeiro deles refere-se a interrogações decorrentes da disciplinarização do saber historiográfico, sobretudo no que concerne à profissionalização do campo e à metodologia científica a ele dispensada.¹⁵⁶ Já o segundo revela sobrevivências retóricas. De natureza diversificada, tais indagações, na grande maioria das vezes, privilegiaram problemas contemporâneos, aventurando-se na difícil tarefa de pensar o presente, como pré-requisito a um futuro inteligível.¹⁵⁷

Gráfico nº 3

Programas históricos: trajetórias possíveis

No gráfico nº 3 procuramos oferecer um balanço da trajetória dos sessenta *programas históricos* propostos entre 1838 e 1856, aprovados em plenária e depositados na urna. Desse conjunto, trinta e dois foram sorteados ou atribuídos para dissertação, mas somente vinte e seis desenvolvidos por escrito, dos quais apenas dezessete chegaram às páginas da *Revista*.¹⁵⁸ Tais constatações indicam um afunilamento gradativo entre o número de questões propostas e

¹⁵⁶ No que concerne à institucionalização da história enquanto disciplina, nos apoiamos nos apontamentos de Georg Iggers em *Historiography in the Twentieth Century*. From Objectivity to the Postmodern Challenge. Hanover-London, Wesleyan University Press, 1997.

¹⁵⁷ Já no que se refere às permanências retóricas na produção historiográfica oitocentista, recorremos ao estudo de Roberto Acízelo de Souza, intitulado: *O Império da Eloquência*. Retórica e Poética no Brasil Oitocentista. Rio de Janeiro: EDUERJ: EDUFF, 1999.

¹⁵⁸ É importante frisar o caso de programas desenvolvidos sem cumprirem o ritual de aprovação e sorteio, como ocorreu com os dois programas propostos e desenvolvidos pelo Presidente Visconde de São Leopoldo, a saber: “quais são os limites naturais, pactuados e necessários do Império do Brasil?” e “O Instituto Histórico Brasileiro é o representante das idéias da Ilustração, que em diferentes épocas se manifestaram neste continente?” In: RIHGB, Rio de Janeiro, tomo I, 1839, p. 61-2.

o contingente de dissertações publicadas. Já a considerável diferença entre os *programas* aprovados e os sorteados ou designados, por certo, deveu-se ao descompasso entre a intensidade com que eram oferecidos e a morosidade com que eram sorteados.

De acordo com os registros no gráfico, cerca da metade dos *programas* sancionados para dissertação não foi sequer tangenciada. Todavia, achamos pertinente examinar aqueles enunciados, independente de terem sido ou não sorteados, uma vez que a aprovação do *programa histórico* pressupunha, de antemão, intervenções críticas orais. Ainda nesse sentido, cabe argumentar que, se os *programas* homologados desfrutavam das mesmas possibilidades de desenvolvimento, não haveria razão para negligenciar aqueles que, por um ditame ou outro, não chegaram a ser redigidos.

Assim, considerando as dimensões do presente estudo, bem como a pluralidade de temáticas aventadas pelos *programas históricos*, optou-se por analisá-los a partir da constatação de que tais questões, de modo geral, afinavam-se ou com a formalização disciplinar do conhecimento historiográfico, ou constituíam herança dos códigos retóricos.¹⁵⁹

2.3 Especulando sobre a História

Alguns dos *programas históricos* formulados no IHGB expressariam o modo pelo qual as tendências irradiadas da Europa repercutiam na ambiência intelectual do Brasil recém-independente. A profissionalização do campo, inspirada pela disciplinarização da história, pressupunha a adoção de um estatuto científico e de uma metodologia própria. Tais prerrogativas, ainda novas para os nossos letrados, também eram matéria dos *programas históricos*, já que se fazia urgente escrever a história nacional. Isso indica a importância que havia para os sócios, naquele momento, em estabelecer as diretrizes que norteariam o labor historiográfico dos anos subseqüentes. Diluir dúvidas, desfazer controvérsias e criar parâmetros metodológicos constituíram, assim, temas a serem tratados sob a forma de *programas históricos*.

O primeiro *programa histórico* seria apresentado logo na sessão ordinária inaugural, em 1º de dezembro de 1838. Aventado pelo cônego Januário da Cunha Barbosa, propunha “determinar-se as verdadeiras épocas da história do Brasil, e se esta se deve dividir em antiga

¹⁵⁹ No anexo 1 encontram-se registrados todos os sessenta *programas históricos* propostos entre 1838 e 1856.

e moderna, ou quais devem ser suas divisões?”¹⁶⁰ O anúncio de problemática de tais proporções, logo na primeira reunião ordinária, revela a preocupação do Instituto em fixar as balizas temporais da história do Brasil e, por conseguinte, os limites cronológicos da pesquisa documental a ser empreendida. Por tabela, o cônego incitava seus pares a discutirem qual a relação que se estabeleceria entre o passado colonial e a nação que se inaugurava, assunto que será aprofundado no próximo capítulo.

A discussão sobre o método histórico e o tratamento dispensado às fontes constituía, assim, mais um objeto dos *programas históricos*, posto que serviria de suporte para futuras incursões pela vastíssima massa documental espalhada pelas províncias do Império. Esta etapa da operação historiográfica¹⁶¹ consistia em averiguar se as fontes materiais ou documentais eram autênticas e críveis. A paleografia, a filologia, a cronologia e a diplomática auxiliavam no juízo sobre a sua proveniência: se eram originais, cópias, ou mesmo falsificações. Já a credibilidade do testemunho atestava-se de acordo com a experiência e o bom senso do avaliador. Saber reconhecer os símbolos, os conceitos e a conjuntura de tempo e espaço alhures, bem como a incontestabilidade do suporte documental, tornava erudita a crítica realizada sobre as fontes.¹⁶²

Atento ao movimento em curso, o sócio-fundador Rodrigo de Sousa da Silva Pontes propôs aos seus confrades apontarem “quais os meios que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos à história e geografia do Brasil?”.¹⁶³ A resposta à indagação seria dada pelo próprio autor, que possivelmente inspirou-se em um texto de autoria do Cônego Januário da Cunha Barbosa, publicado no primeiro número da *Revista*, com o título: “Lembrança do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico Brasileiro, para remeterem a sociedade central do Rio de Janeiro”.¹⁶⁴ O ensaio metodológico, assinado pelo Secretário Perpétuo, pretendia orientar a consecução de um exaustivo levantamento de informações que serviriam de suporte ao grandioso empreendimento da História Geral.

Preocupado em alimentar o acervo documental do Instituto, Rodrigo de Sousa da Silva Pontes sugeria a necessidade de organizar expedições científicas e formar comissões para explorar as províncias. Tal idéia faria com que os letrados se deparassem com tempos sociais

¹⁶⁰ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo I, 1839, p.57.

¹⁶¹ A clássica expressão fora cunhada por Michel de Certeau. Ver: *A escrita da História*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2006.

¹⁶² Sobre a “crítica dos testemunhos”, ver: Jean Glénisson. *Iniciação aos estudos históricos*. Com a colaboração de Pedro Moacyr Campos e Emilia Viotti da Costa. SP: Difusão Européia do Livro, 1961, p.167-86.

¹⁶³ Proposto na sessão de 10/08/1839. Ver: RIHGB, Rio de Janeiro, tomo I, 1839, p. 255.

¹⁶⁴ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo I, 1839, p.141-3.

distintos e ampliassem seus horizontes históricos.¹⁶⁵ Nesse sentido, tal qual os conquistadores europeus modernos, os sócios tomariam contato com a diversidade a ser transfigurada em identidade.

Por outra via, as comissões propostas pelo Desembargador Pontes funcionariam como extensões do Instituto nas províncias e sua maior contribuição se daria no sentido de avaliar criticamente a autenticidade e a potencialidade dos testemunhos compulsados. Recolhendo relatórios, atas, vestígios arqueológicos, mapas, enfim, tudo o que pudesse formar uma espécie de arsenal documental, os sócios comissionados seriam extensões do Instituto nas longínquas províncias, que, embora indiferentes à produção do Brasil como nação, precisavam ser integradas, mencionadas, contempladas pelo projeto espaço-temporal de um reduto intelectual que se pretendia histórico e geográfico.

Aliás, a Academia Real das Ciências de Lisboa já havia sugerido a organização de expedições aos domínios coloniais, como a maneira mais adequada para o mapeamento de territórios até então desconhecidos.¹⁶⁶ Nesse sentido, a dissertação desenvolvida por Rodrigo de Sousa da Silva Pontes exprimia a coexistência de práticas do antiquariado com as lições de um campo disciplinar em formação. Em última análise, as soluções apontadas pelo Desembargador Pontes aos empecilhos que se colocavam diante da centralização da memória nacional intentada pelo IHGB são sugestivas do mesmo pragmatismo científico já verificado na Academia Real das Ciências, o qual se reconfigurava nos oitocentos, de acordo com as necessidades impostas pela conjuntura de então.

Mas os *programas históricos* também revelam as preocupações de desfazer certas imagens míticas amplamente divulgadas pelo senso comum. Nesse sentido, dois *programas* são exemplares:

(...) Qual o grau de veracidade em que se deva ter o fato maravilhoso de Diogo Álvares Corrêa, e da celebre Paraguassu, conforme refere Rocha Pita na sua “América Portuguesa”, de que deixando a nado as praias da baía de todos os santos, acolhidos em uma nau francesa, e levados a França, onde reinava Henrique II, ali foi ela batizada com o nome da Rainha Catarina de Médici, e unidos em matrimônio, sendo padrinhos os sobreditos monarcas” (...) “Se existiram ou não Amazonas no Brasil? Se existiram, quais os testemunhos de sua existência, quais seus costumes usanças e crenças? Se se assemelhavam ou indicavam originarem-se das Amazonas da Scythia e Líbia, e quais os motivos do seu rápido

¹⁶⁵ Essa reflexão baseia-se na interpretação desenvolvida por Manoel Salgado a respeito da dissertação de Rodrigo de Sousa da Silva Pontes. Ver: GUIMARÃES, Manoel Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.116-7.

¹⁶⁶ SILVA, Ana Rosa Coclet. *Inventando a Nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do antigo regime português (1750-1822)*. São Paulo: Editora HUCITEC, 2006, p. 102-10.

desaparecimento? Se não existiram, que motivos tiveram Orellana e Christovam da Cunha, seu fiador, para nos asseverarem a sua existência? ¹⁶⁷

A veracidade da viagem do Caramuru à França fora questionada pela primeira vez por José Silvestre Rebello em março de 1840, quando leu “(...) uma pequena memória, tendo por intuito provar ser falsa a ida de Diogo Álvares Correa à França, segundo se acha(va) apontado em vários autores.” ¹⁶⁸ Na sessão de 6 de julho de 1841, o tema seria retomado e anunciado como *programa* por iniciativa conjunta do Dr. Marco Antonio de Araújo, sócio do Instituto e encarregado dos negócios do Brasil em Hamburgo e do presidente José Feliciano Fernandes Pinheiro. ¹⁶⁹ Ao fim do dito ano, decidiu-se oferecer um prêmio a quem melhor aclarasse a tal dúvida. Todavia, somente em 1847 o *programa* voltaria à pauta. Concorreram ao prêmio duas monografias, preparadas, respectivamente por Francisco de Paula Meneses e Francisco Adolfo de Varnhagen. A comissão julgadora laureou este último, por haver: “empregado em suas pesquisas o método que mais seguro poderia levar a convicção a todos os ânimos” (...) demonstrando, portanto, “(...) que o fato em questão não existiu, que é de pura invenção fabulosa, e que deve, sem dúvida, sua origem a alguma dessas tradições populares, que o mais das vezes não deixam de ser incoerentes e desapropriadas da razão.” ¹⁷⁰

Vale lembrar que, apesar da já reconhecida erudição de Varnhagen, a comissão não deixaria de registrar a possibilidade de superação do seu trabalho, caso, no futuro, outras fontes fossem retiradas do esquecimento. Expressando uma concepção moderna sobre a cientificidade do conhecimento histórico, a noção dos avaliadores a respeito de uma realidade superável evidencia-se por meio dos seguintes argumentos:

(...) que posto não deva o Instituto considerar por dilucidada a questão, atesta sua natural magnitude e dificuldades, julga, todavia que, considerando-se a memória em si mesma e **em relação ao estado em que hoje nos entrega o assunto**, é digno seu autor do proposto prêmio, não só para acoroçoar a futuras investigações, senão também como merecido galardão de tão bem acabado trabalho. ¹⁷¹ (o grifo é nosso)

Ainda em 1841, foi aprovado para dissertação o *programa* que interrogava sobre a existência ou não de amazonas no Brasil, de autoria de Joaquim Norberto de Sousa Silva. Anos mais tarde, caberia a Gonçalves Dias esclarecer a dúvida em resposta ao desígnio do Imperador. A dissertação do poeta maranhense atestaria o caráter mitológico de tal suposição,

¹⁶⁷ RIHGB. Ata da sessão de 6 de julho de 1841. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo III, 1841, p. 352-3. Ver também, IHGB. Ata da sessão de 04 de novembro de 1841. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo III, 1841, p. 497-8.

¹⁶⁸ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo II, 1840, p. 151.

¹⁶⁹ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo III, 1841, p. 352-3.

¹⁷⁰ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo IX, p. 276.

¹⁷¹ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo IX, p. 277.

o que parece ter convencido o augusto protetor do IHGB, pois o texto seria publicado na *Revista*.¹⁷²

A existência de interpretações divergentes a respeito da Restauração Pernambucana do século XVII também seria alvo de um *programa histórico*, da pena do sócio Mariz Sarmento. A interrogação consistia em averiguar o grau de influência da metrópole na expulsão dos holandeses (ver anexo).¹⁷³ Anunciado na sessão ordinária de 16 de novembro de 1843, apesar de aprovado, o questionamento não foi sorteado, nem tampouco designado a um sócio.

Outro tema que despertou intensos debates foi a casualidade ou a intencionalidade do “descobrimento do Brasil” pelo “venturoso Cabral”. A resolução da querela caberia, por ordem do Imperador, ao sócio Joaquim Norberto de Sousa Silva, que cumpriu a determinação um ano após ter sido incumbido.¹⁷⁴ O trabalho foi exposto nas sessões dos dias 6 e 20 de dezembro de 1850, e motivou diversas manifestações da plenária, registradas, inclusive, por escrito, as quais serão examinadas no próximo capítulo.¹⁷⁵

Os imperativos de uma tradição ilustrada também foram objeto das discussões aventadas pelos enunciados dos *programas históricos*. José Feliciano Fernandes Pinheiro, o Visconde de São Leopoldo, questionava se “o Instituto (seria) o representante das idéias da Ilustração, que em diferentes épocas se manifestaram neste continente?”.¹⁷⁶ Buscando definir a gênese do IHGB, Fernandes Pinheiro levou à plenária suas reflexões por escrito, a despeito do ritual de proposição e aprovação dos *programas*. Para argumentar a favor de um Instituto ilustrado, nos moldes das academias setecentistas, o Visconde de São Leopoldo procurou subsídios na crítica documental e incorporou à sua dissertação transcrições de manuscritos originais. As ditas fontes referiam-se aos Estatutos da Academia Brasílica dos Renascidos, bem como à relação de memórias e programas históricos propostos no âmbito de suas atividades. Na dissertação, São Leopoldo revela, inclusive, onde havia localizado os preciosos documentos. Compilados na Biblioteca Real, os papéis redigidos pelos acadêmicos *Renascidos*, além de manifestarem a dinâmica de atividades de uma das mais expressivas

¹⁷² Antonio Gonçalves Dias apresentou seu trabalho à plenária em duas oportunidades: 28 de abril e 12 de maio de 1854, e a *Revista* o publicou no ano seguinte, ver: RIHGB, Rio de Janeiro, tomo XVIII, 1855, p.5-66.

¹⁷³ O programa questionava: “Não será verdade o que afirmam alguns historiadores, e se tem geralmente repetido até hoje, que a guerra da restauração de Pernambuco do domínio holandês não recebeu auxílio algum da Corte de Lisboa, e que foi empreendida e sustentada a despeito das ordens dela, e até contra a sua vontade? Ou será, pelo contrário, verdade como alguns suspeitam, e outros tem por certo, que aquela guerra foi insinuada e fomentada pela mesma Corte, e por ela auxiliada, quanto podia, com armas, gente e munições, que mandava ocultamente, e pouco e pouco, e que as ordens ostensivas em que formalmente a desaprovava não eram sinceras, e só tinham por fim iludir a Holanda, cuja aliança na Europa tão necessária lhe era contra a Espanha?” Ver: RIHGB, Rio de Janeiro, tomo V, 1843, p. 502.

¹⁷⁴ O trabalho foi apresentado durante duas sessões consecutivas, que se realizaram nos dias 6 e 20 de dezembro de 1850. Ver: RIHGB, Rio de Janeiro, tomo XIII, 1850, p. 531-532.

¹⁷⁵ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo XVIII, 1855, p.279-397.

¹⁷⁶ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo I, 1839, p. 61.

academias brasílicas, reforçavam a importância da prática de propor e desenvolver *programas históricos*, por sinal, já instituída no IHGB desde seus primeiros estatutos, assinados em novembro de 1838.¹⁷⁷

O Visconde almejava que o Instituto promovesse a instrução e colaborasse para que o Brasil cumprisse o seu destino de se tornar um centro de luzes e civilização. Com efeito, o Presidente do Instituto procurava ultrapassar o “estigma da erudição”, compartilhando o saber produzido com a sociedade de um modo geral,¹⁷⁸ levando o trabalho intelectual chancelado pelo Instituto para além das dependências do Paço Imperial. Entretanto, se as intenções do Visconde de São Leopoldo não se concretizaram plenamente, sob sua presidência, a *Revista* foi instituída e consolidada como veículo disseminador do que era adequado levar a público.

A ansiedade dos sócios por preencher as incomensuráveis lacunas do vasto e múltiplo passado colonial faria com que os mais variados temas fossem contemplados por *programas históricos* que buscavam informações a respeito de práticas e eventos pretéritos. Apresentado pelo sócio Alexandre Mariz Sarmiento em 1840, o *programa histórico* referente às causas da displicência metropolitana sobre a colonização do Rio de Janeiro, despertaria, mais adiante, a atenção do Imperador, que atribuiria o desenvolvimento do tema ao próprio autor do enunciado, nos termos em que fora aprovado:

Qual seria o motivo porque os portugueses tendo visitado o Rio de Janeiro no ano seguinte ao do descobrimento do Brasil, e até principiado aí um estabelecimento alguns anos depois: não podendo deixar de reconhecer a beleza, comodidade e vantajosa posição de seu porto, a fertilidade de seu solo e outras circunstâncias que o fizeram preferir em tempos posteriores para capital do Estado, só tantos anos depois (1568) começaram na margem de sua magnífica baía a fundação de um estabelecimento permanente, sendo provável que ainda o desprezassem por muito tempo se não fosse a necessidade de expulsar os franceses e tirar-lhes de uma vez a esperança de voltarem; não se podendo atribuir esse desprezo à resistência dos Tamoios, pois igual e maior sofrerão de nações não menos valentes e numerosas em outras partes da costa do Brasil menos interessantes, em que apesar disso se estabeleceram muitos anos primeiro.¹⁷⁹

Encarregado de discorrer sobre a complexa problemática, aventada por seu próprio intelecto, o então Conselheiro do Império, talvez tenha abalado a lisura de sua reputação diante do Monarca por não ter apresentado o trabalho do qual havia sido incumbido, fazendo com que mais uma questão relevante à composição narrativa sobre os primeiros movimentos colonizadores na Terra de Santa Cruz não fosse objeto das elucubrações dos letrados chancelados pelo Instituto Histórico. Assim, o *programa* enaltecedor das qualidades do Rio de Janeiro clamava aos sócios por uma interpretação plausível que justificasse a inobservância

¹⁷⁷ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo I, 1839, p. 22-4.

¹⁷⁸ Sobre a especificidade do labor erudito, ver: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX*. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, 2002, pp.184-200.

¹⁷⁹ Proposto na sessão de 9/05/1840. Ver: RIHGB, Rio de Janeiro, tomo II, 1840. Ver Anexo 1.

lusitana sobre a potencialidade de território tão rico em beleza e de posicionamento estratégico privilegiado.

Um dos últimos *programas* inéditos a ser proposto foi o aventado por Gonçalves Dias na sessão de 4 de novembro de 1853, nos seguintes termos: “O que era o Senado da Câmara no Brasil durante o regime colonial? Em que épocas foram sendo criados? Como se compunha o Senado? Quais as suas atribuições? Quais os privilégios de regalias dos seus membros?”¹⁸⁰ Tal indagação buscava, assim como aquela de Mariz Sarmiento, sanar as dúvidas a respeito de um assunto do qual não dispunham de referências. Para escrever a história filosófica do Império do Brasil, como aspirava o Secretário Perpétuo, seria preciso, antes, dar conta de todas essas fissuras. Aliás, um outro fundador, o Marechal Raimundo José da Cunha Matos, diante da magnitude das lacunas do passado “brasileiro” observou que seria imprudente aquele que tentasse escrever a História Geral do Brasil naquele momento.¹⁸¹ O Marechal Cunha Matos fez essa constatação em 1839, no entanto, em 1853, Gonçalves Dias ainda estaria às voltas com dificuldades da mesma ordem.

Os textos redigidos, a partir das especulações propostas pelos *programas históricos*, mostram como a disciplinarização do campo historiográfico foi recepcionada no IHGB. Não obstante, os enunciados programáticos também seriam condicionados pelas necessidades da elite política que buscava legitimação acadêmica às suas intervenções práticas. Atuantes tanto na formulação das questões, quanto na aplicabilidade de seus resultados à realidade, os sócios do Instituto revezavam-se em um e outro papel, no momento em que a unidade do Império precisava ser preservada como pré-requisito à concepção da nacionalidade brasileira.

2.4 Especulando com a História

Ao lado das dúvidas sobre o passado, as questões voltadas para o presente também ocuparam a pauta dos *programas históricos*. Desse modo, o Instituto buscava incentivar a produção de análises que pudessem servir de suporte intelectual às demandas contemporâneas. Tais *programas* levantavam especulações concernentes à política e à administração pública, refletindo problemáticas impostas aos homens de Estado reunidos no IHGB. Nesse sentido, pode-se dizer que esses *programas* especulavam com a história, uma

¹⁸⁰ Ver Anexo 1.

¹⁸¹ Ver: RIHGB, Rio de Janeiro, tomo XXVI, 1863, p. 135.

vez que Clio poderia servir de aliada na resolução dos impasses fomentados por um Estado recém-emancipado.

Jogando luz sobre questões pertinentes àquela conjuntura, tais *programas* procuravam apontar possíveis encaminhamentos às inquietações que permeavam o cotidiano dos letrados versados tanto na arte da política, quanto nas habilidades narrativas. A construção do Estado-Nação, bem como a árdua missão de integrar índios e negros a esse projeto civilizador constituiu o cerne de boa parte das indagações levantadas. Cabe, portanto, avaliar em que medida a proposição dos *programas* pode ser expressiva daquela conjuntura.

Embora o traço de continuidade entre o Império ultramarino português e o Brasil monárquico, já estivesse bem definido entre os membros do IHGB, a discussão sobre as origens do Estado inspirou uma série *programas históricos*.¹⁸² Em 10 de agosto de 1839, o Desembargador Pontes apresentou duas questões: “quais os efeitos imediatos e essencialmente ligados à mudança da Corte de Portugal para o Brasil?” e “quais os primeiros americanos que intentaram obter a independência do seu país?”.¹⁸³ Essa última, por certo, deve ter sido alvo de acalorados debates, embora não se conheçam seus resultados. Sabe-se apenas que o *programa* serviu de pretexto à comissão de História para emitir parecer favorável à publicação de um artigo intitulado “Rasgo Histórico da Guerra da Independência”,¹⁸⁴ com o argumento de que o Instituto já havia “admitido entre os seus programas a questão sobre os americanos (em geral) que primeiro tentaram libertar o país natal do jugo da mãe pátria.”¹⁸⁵

Já o *programa* “quais foram os primeiros indivíduos que tentaram obter a independência do Brasil?”,¹⁸⁶ também voltado para a problemática da gênese do Estado, fora anunciado e sorteado para debate no ano de 1842. A especificidade do assunto, talvez, tenha afastado as pretensões narrativas dos sócios que, recorrentemente, procuravam esquivar-se de assuntos coetâneos. O receio de incluir tais ocorrências nas “pautas historiográficas” se devia tanto à preocupação em preservar personalidades ainda vivas e envolvidas em episódios recentes, quanto de reforçar o projeto político imperial, que defendia a idéia de uma independência realizada sem traumas, o que, aliás, Januário da Cunha Barbosa compartilhava:

¹⁸² Sobre a discussão a respeito das origens do Estado e da nação, ver: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Francisco Adolfo de Varnhagen: História Geral do Brasil. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no tropico*. Vol. II. Editora Senac, São Paulo, 2001. p. 96.

¹⁸³ Ibid. p.255.

¹⁸⁴ O índice de publicações da RIHGB indica que o artigo em questão não chegou a ser publicado no periódico do Instituto.

¹⁸⁵ O original do parecer encontra-se no Arquivo do IHGB sob a notação DL 574, 2.

¹⁸⁶ O primeiro registro sobre o tema refere-se ao seu sorteio em 31/03/1842. Ver: RIHGB, Rio de Janeiro, tomo IV, 1842, p.110.

(...) a exaltação das idéias que ela (a política) sofrera pelos acontecimentos de nossa independência, de nossa liberdade, e de nossa fundação constitucional representativa, parece que já toca o ensejo em que esfriam as fogosas paixões políticas, restabelecendo-se essa natural tranqüilidade de espírito em que se concebem idéias luminosas que adiantam a marcha das ciências e das artes, inimigas sempre das comoções revolucionárias.¹⁸⁷

A cautela com a qual o Instituto tratava o passado recente guardava relação com o chamado “tribunal da posteridade”, que tanto se prezava. Optando por resguardar esses eventos em nome de um futuro autorizado a operar sobre eles, o Instituto evitava, assim, as polêmicas que poderiam emergir, afetando sua condição de instituição identificada com o Estado monárquico.

Diante dessas circunstâncias, o sócio Francisco Freire Alemão idealizou a *Arca do Sigilo*, como alternativa à tensão que se instaurava entre a necessidade de preservar manuscritos indispensáveis à crítica documental e a prudência de proteger reputações em plena atividade política. Pensada e concretizada como um receptáculo para acautelar documentos e memórias que adiante se tornariam passíveis de análise, a *Arca* garantia que nenhuma instituição ou indivíduo fosse afetado pelos testemunhos ali resguardados, demonstrando o comprometimento político do Instituto, como também a conveniência de preservar as relações interpessoais.¹⁸⁸

A questão da demarcação dos limites geográficos do Império se configurava, na altura de 1839, como um dos mais graves problemas de Estado. A demanda por soluções fez com que o tema fosse tratado, no âmbito do Instituto, pelo Visconde de São Leopoldo que apresentou o enunciado do *programa histórico* já acompanhado da dissertação correspondente. Intitulado “quais os limites naturais, pactuados e necessários do Império do Brasil?”, o trabalho, oportunamente apresentado à época da vigência da República de Piratini,¹⁸⁹ seria contestado por uma réplica do sócio Manoel José Maria da Costa e Sá, redigida no mesmo ano de 1839. O debate daí decorrente será objeto do próximo capítulo.

Outra preocupação contemporânea dos sócios, que se refletiu nos *programas*, foi a questão das origens da nação. Definir a gênese de uma população heterogênea, a ser convertida em “povo”, configurava-se como uma das mais complexas tarefas a que os letrados do Instituto se impuseram. Em meio a disputas e tensões, como veremos adiante, os encaminhamentos dados a questão foram diversos.

¹⁸⁷ Relatório do primeiro ano de atividades, apresentado por Januário da Cunha Barbosa ao fim do primeiro ano de exercício. In: RIHGB, Rio de Janeiro, tomo I, 1839, p.283.

¹⁸⁸ Ver: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. In: R. IHGB, a. 156, n.388, p.459-613, jul./set. 1995, p.573.

¹⁸⁹ A República de Piratini foi proclamada em 11 de setembro de 1836 e teve sua constituição aprovada em 1843. Ver: CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de sombras: a política imperial*. RJ: Civilização Brasileira, 2003, p. 253.

Havia quem indagasse sobre a possibilidade de ter havido no Brasil uma civilização anterior à chegada das caravelas lusitanas. Proposto pelo Desembargador Pontes, em 1839, o enunciado indagava: “quais os vestígios existentes no Brasil, que possam provar uma civilização anterior à conquista dos portugueses?”¹⁹⁰ O interesse por investigar esses vestígios coadunava-se à invenção da nacionalidade, da qual o Brasil era então desprovido. Deparar-se com evidências de uma civilização pretérita, não alcançada pelos conquistadores, significava fincar, em algum ponto do passado, a estaca da origem da brasilidade. Situar no espaço e no tempo, para além da referência primitiva do índio, uma procedência civilizada, elevaria a nação, que se construía, a um patamar similar ao dos povos hispano-americanos que se proclamavam herdeiros das tradições incas e astecas. Talvez, por esse motivo, o Imperador tenha atribuído tal *programa* aos cuidados de Gonçalves Dias, que também não o desenvolveu.

De qualquer modo, o Instituto insistia na possibilidade de encontrar testemunhos que dessem pistas sobre o Brasil de uma época anterior à chegada do “venturoso Cabral”. Manoel Ferreira Lagos, 2º Secretário, certamente com o intuito de lapidar tempos tão remotos, indagava: “quais as **tradições** conservadas pelos autóctones, ou **vestígios físicos** descobertos até hoje que possam confirmar a opinião de alguns autores – de haver sido o Brasil visitado por europeus ou por outros quaisquer descendentes do velho mundo, antes da chegada do venturoso Cabral?” (o grifo é nosso)¹⁹¹

Anunciada em duas oportunidades distintas no ano de 1847, quando foi oferecida premiação a quem melhor a desenvolvesse, a proposição constituiu uma oportunidade para que os agremiados discutissem, a partir de fontes empíricas, sobre a possibilidade do Brasil ter sido efetivamente “visitado” por outros europeus, que não os integrantes da frota de Pedro Álvares Cabral. A cogitação envolvia, por certo, as afirmativas sobre as quais se apoiaria o primeiro capítulo da história do Brasil, ou seja, se a nação se inaugurava com aqueles que por aqui passaram antes de 1500, ou se de fato com os mais aclamados aventureiros lusitanos.

Procurando dar conta das imensas lacunas narrativas que existiam a respeito dos indígenas dos tempos anteriores à chegada dos primeiros conquistadores, num esforço constante, os sócios do Instituto valiam-se dos *programas* para abordar os mais variados aspectos daqueles grupos que pareciam guardar o DNA da origem do *brasileiro*.

¹⁹⁰ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo I, 1839, p. 145.

¹⁹¹ Proposto nas sessões de 10/06/1847 e 05/08/1847. RIHGB, Rio de Janeiro, tomo IX, 1847, respectivamente, p. 277; 430-1.

No IHGB a demanda pela escrita de uma história nacional deveria recorrer a instrumentos capazes de identificar as raízes da nação.¹⁹² Conforme mencionado, o Instituto, acompanhando os imperativos da época, aprovou em 1847 a instituição de uma seção de etnografia. Os sócios que passaram a integrar o novo campo em formação compunham um grupo seletivo, que transitava entre o debate intelectual sediado no Instituto e a política imperial indigenista. Desse modo, os *programas históricos* serviriam de suporte às discussões travadas em torno do lugar reservado ao índio na história pátria.¹⁹³ Não por acaso, a maior incidência de *programas históricos* recairia sobre a temática indígena e assuntos correlatos, como a catequese. Nesse sentido, contabilizamos cerca de quinze proposições apresentadas entre 1838 e 1856, que indagavam, além dos usos e costumes dos silvícolas, questões com implicações contemporâneas, incentivando a produção de análises complexas sobre o modo como os nativos poderiam ser incorporados a uma sociedade, que se pretendia civilizada.

O primeiro *programa* a contemplar essa problemática foi apresentado por Januário da Cunha Barbosa, na sessão de 4 de fevereiro de 1839. Seu enunciado incitava os sócios a discutirem noções como civilização, cultura e identidade, de modo a determinar:

O que se deve concluir sobre a história dos indígenas, ao momento da descoberta do Brasil, e daí por diante, a vista das continuadas guerras entre as suas diversas tribos, da diferença de suas línguas e de seus costumes, se os devemos supor famílias nômades, e no primeiro grau da associação, ou se segregadas das grandes nações ocidentais da América por quaisquer calamidades que as fizessem emigrar, e nesse caso se algum vestígio de civilização das grandes nações do resto da América aparece nos índios do Brasil?¹⁹⁴

Talvez, por causa das dimensões da proposição, nenhum sócio se aventurou a desenvolvê-la. Ou, então, ainda, não se dispunha de elementos - fontes primárias - para elaborar uma obra de tamanho fôlego, em momento tão incipiente do Instituto. O *programa* não chegou a integrar a ordem do dia, nem seria retomado pelo Imperador, restando à monumental proposição do Cônego uma breve referência na ata da sessão ordinária de 4 de fevereiro de 1839.

Destino semelhante teve um *programa* aventado por Manoel Ferreira Lagos, na sessão de 21 de setembro daquele mesmo ano, propondo um amplo mapeamento das: “diversas nações de índios que povoavam o Brasil, quando foi descoberto pelos portugueses, mencionando os lugares em que habitavam e os caracteres físicos e morais mais salientes, que

¹⁹² KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. RJ: FIOCRUZ, SP: EDUSP, 2009, p. 103.

¹⁹³ KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. RJ: FIOCRUZ, SP: EDUSP, 2009, p. 16.

¹⁹⁴ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo I, 1839, p. 60-1.

as distinguiam entre si. Se ainda existem restos dessas nações, ou se já algumas tem completamente desaparecido?”¹⁹⁵

Outros *programas* voltados para a temática indígena conheceram melhor sorte, como foi o caso de dois enunciados desenvolvidos por Joaquim José Machado de Oliveira. Sua predisposição para o assunto mais tarde se efetivaria no âmbito legislativo, uma vez que, acabaria por se tornar um elo entre a etnografia do Instituto e a política imperial indigenista.¹⁹⁶ O primeiro a ser por ele trabalhado, questionava:

Se todos os indígenas do Brasil, conhecidos até hoje, tinham idéia de uma única divindade, ou se a sua religião se circunscrevia apenas em uma mera e supersticiosa adoração de fetiches; se acreditavam na imortalidade da alma, e se os seus dogmas religiosos variavam conforme as diversas nações ou tribos? Em caso da afirmativa em que diferenciavam eles entre si?¹⁹⁷

A dissertação, publicada na *Revista* em 1843, expôs argumentos que negavam o fato dos índios crerem em “uma única divindade” e criticavam a atuação das missões religiosas por não respeitarem a idolatria dos nativos.¹⁹⁸

O segundo *programa*, ao qual Machado de Oliveira se debruçou, indagava: “Qual era a condição social do sexo feminino entre os indígenas do Brasil?” O estudo concluiu “(...) por fatos e tradições históricas, e pelo próprio testemunho, que a condição do sexo feminino entre os indígenas do Brasil era consentânea com o alto atributo com que o dotou a natureza – o da reprodução para a continuidade dos seres humanos.”¹⁹⁹

Em 1843, Alexandre Maria de Mariz Sarmento buscou estabelecer um diálogo entre passado e presente, indicando a necessidade de averiguar “que usos, costumes, palavras e frases dos íncolas do Brasil andam hoje no trato comum da sociedade polida dos brasileiros”.²⁰⁰ Com a proposição, o autor reconhecia a marca deixada pelos indígenas na “civilização brasileira”, e pretendia identificá-la por meio do rigor científico tão caro à construção do conhecimento histórico oitocentista. O tema infelizmente não foi desenvolvido e a perspicaz questão levantada por Mariz Sarmento deixou de ser alvo do Instituto.

A curiosidade a respeito da prática antropofágica entre os nativos, mais especificamente, sobre quais eram as “nações” praticantes de “tão bárbaro ato”, serviu de mote a dois enunciados programáticos distintos. As provocações instigavam os sócios a

¹⁹⁵ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo I, 1839, p. 263.

¹⁹⁶ KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. RJ: FIOCRUZ, SP: EDUSP, 2009, p.17.

¹⁹⁷ Proposto na sessão de 18/07/1840. Ver: RIHGB, Rio de Janeiro, tomo II, 1840, p.398.

¹⁹⁸ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo VI, 1844, p. 133-55.

¹⁹⁹ Proposto na sessão de 21/10/1841, e publicado em 1842. Ver: RIHGB, Rio de Janeiro, tomo IV, 1842, p.169.

²⁰⁰ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo V, 1843, p. 240.

desenvolverem trabalhos que certamente seriam úteis aos que ousassem expedicionar pelas longínquas províncias do Império. Mas, por outro lado, ofereceriam uma dimensão do contingente de possíveis “selvagens antropófagos” a serem incorporados pelas políticas de catequese e civilização. Por certo, atento a tais imperativos, Manoel Ferreira Lagos inquiria: “se a antropofagia era ou não comum entre todas as nações indígenas do Brasil. Se pela negativa, quais as nações antropófagas, e quais os motivos que as levavam a praticar tão bárbaro ato, se um apetite voraz de sangue humano, ou se uma vingança cruel exercida contra seus prisioneiros?”²⁰¹

Joaquim Norberto de Souza Silva também atentou para essa peculiaridade dos nativos. Entretanto, direcionou sua indagação para a condição das mulheres em tempos de guerra, especulando sobre “qual era a sorte das mulheres índias aprisionadas na guerra pelos selvagens antropófagos? Se eram devoradas por eles em seus banquetes, ou reservadas para suas escravas, ou postas em liberdade?”²⁰²

Embora sorteados, os dois *programas* que mencionavam o “apetite antropofágico” dos índios não foram desenvolvidos. Em 1853, o Imperador, reconhecendo a pertinência do assunto, designou Gonçalves Dias para desenvolver o *programa* anunciado por Joaquim Norberto, há cerca de onze anos. Para nossa surpresa, o inspirado poeta, que dissertava sobre tudo aquilo que o soberano lhe incumbia, desta vez não correspondeu ao chamado de D. Pedro II. Tudo leva a crer que o tema da antropofagia poderia arranhar a imagem romântica do índio por ele projetada.

A discussão acerca da “barbárie indígena” por certo animou as sessões do Instituto Histórico. Entretanto, no caso específico dos *programas* relativos aos nativos antropófagos, lamentavelmente, não deixou registros escritos.

O debate sobre o lugar do índio na nação brasileira não se dava, contudo, de maneira harmoniosa no interior do Instituto. Enquanto o Legislativo discutia qual seria a melhor maneira de catequizar e civilizar os gentios, os sócios do Instituto, muitas das vezes membros do próprio Legislativo, polarizaram-se entre aqueles que, como Francisco Adolfo de Varnhagen, apoiavam a escravização temporária dos índios, e aqueles que realizavam uma defesa humanitária dos mesmos, como era o caso de Gonçalves de Magalhães e Gonçalves Dias. Tanto assim, que a obra de fôlego de Varnhagen, a *História geral do Brasil antes da*

²⁰¹ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo I, 1839, p. 263.

²⁰² RIHGB, Rio de Janeiro, tomo IV, 1842, p. 106.

*sua separação e independência de Portugal*²⁰³ não obteve a chancela do IHGB para que fosse publicada, como ele tanto desejava.

Enquanto alguns dos expoentes do romantismo brasileiro produziam seus escritos pautados pelas diretrizes que se afirmavam desde o lançamento da *Nictheroy*,²⁰⁴ os partidários do futuro Visconde de Porto Seguro sustentavam um projeto de nação que, a despeito do índio como elemento nativo ou autêntico, sobressaltasse a colonização portuguesa e seu caráter civilizador. Talvez se deva mesmo a essa disputa, o fato de alguns dos *programas históricos* concernentes aos nativos terem sido abstraídos por sócios que, além de absorvidos por suas tantas outras ocupações, burlavam o enfrentamento direto com os ícones do indianismo ou do lusitanismo, sempre que lhes parecia conveniente.

Atento à querela, Rodrigo de Sousa da Silva Pontes formulou um *programa* e o colocou à apreciação da plenária, no dia 27 de abril de 1844, nos seguintes termos: “o estudo e imitação dos poetas românticos promove ou impede o desenvolvimento da poesia nacional?”²⁰⁵ Incitando seus confrades a refletirem sobre o caráter da influência romântica na literatura do Brasil, o Desembargador acabaria despertando o interesse do Imperador pelo tema, que o atribuiu ao sócio Francisco de Paula Menezes, cinco anos mais tarde. Cumprindo com as obrigações intelectuais que o elevariam perante o soberano, Paula Menezes desenvolveu um longo trabalho e finalizou sua exposição acerca do *programa* na sessão de 19 de junho de 1851.²⁰⁶ Infelizmente, não restaram quaisquer indícios sobre a dissertação por ele apresentada ao monarca. É possível que se tenha preferido subsumi-la a incitar ainda mais as tensões entre luso-brasilianistas e indianistas.

Aliás, em 1841, portanto, antes mesmo do debate em torno do indianismo ganhar mais consistência dentro do Instituto, Januário da Cunha Barbosa já justificava a preponderância de publicações relativas aos indígenas. Segundo o Cônego, a pauta constituía-se relevante para o Instituto, pois quanto mais o tema fosse debatido, mais os sócios poderiam se apropriar do tempo em que os nativos viviam em seu estado original. Para enxergar além da colonização, não havia outro caminho senão o do árduo trabalho de pesquisa, cotejo, e seleção das fontes.

²⁰³ Para elaborar tais assertivas sobre a repercutida obra de Varnhagen, apoiamo-nos em: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Francisco Adolfo de Varnhagen: História Geral do Brasil. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no tropico*. Vol. II. Editora Senac, São Paulo, 2001, p. 76-96.

²⁰⁴ Vale salientar que os celebres românticos reunidos pela publicação da *Nictheroy*, *Revista Brasiliense de Ciências, Letras e Artes* não integravam o quadro dos fundadores do Instituto, tendo sido admitidos como sócios posteriormente. A esse respeito, ver: Lucia Maria Paschoal Guimarães. *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. In: R. IHGB, a. 156, n.388, p.459-613, jul./set. 1995, p. 581.

²⁰⁵ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo VI, 1844, p. 257.

²⁰⁶ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo XIV, 1851, p. 471.

Tanto assim, que Cunha Barbosa expunha os motivos pelos quais a época anterior à descoberta fora tão privilegiada pelo Instituto durante o exercício do ano de 1841:

(...) notareis nessa coleção (refere-se à Revista) que nos temos particularmente ocupado do que diz respeito aos indígenas; porque sendo muito obscura a história da Terra de Santa Cruz em sua descoberta, e convindo investigar o grau de civilização a que haviam chegado os povos do Novo Mundo antes de aparecerem as vistas de seus descobridores, força era que nos costumes dos índios procurássemos o fio, que nos deve conduzir a tempos muito mais anteriores.²⁰⁷

Entretanto, a questão indígena não remetia apenas a um “Brasil” original, ou autêntico. Ela também possuía implicações contemporâneas. À época da fundação do Instituto o problema da mão-de-obra escrava era uma pauta recorrentemente visitada pelos letrados. Em meio a debates políticos e a elucubrações intelectuais, vinham à tona sugestões passíveis de solucionar o impasse provocado pela Lei de 1831, que declarou livres todos os escravos que, a partir de então, chegassem ao Brasil, vindos do exterior, impondo penas severas aos traficantes.²⁰⁸ Embora não tenha surtido efeito prático, pois africanos escravizados continuaram a adentrar os portos brasileiros, a Lei sinalizava que a legitimidade da escravidão estava ameaçada. Por conseguinte, discutir alternativas para o trabalho servil configurava-se pertinente.

Conforme anteriormente assinalado, letrados da Corte, reunidos no IHGB a propósito de escrever a história nacional, transportavam as demandas originadas na esfera política para o interior da agremiação, buscando nesse ambiente de debate intelectual, possíveis encaminhamentos às indagações postas pela conjuntura de então.

Se por um lado, o Estado reclamava por soluções a tais questões, por outro, no Instituto, os *programas históricos* abriam espaço para a sua discussão. O início da década de 1840 seria profundamente marcado por debates parlamentares a respeito da política de “catequização e civilização” dos indígenas, os quais culminariam na promulgação do Regulamento das Missões, em 1845.²⁰⁹ Na confluência daqueles interesses foram propostos *programas* destinados a discutir o aproveitamento da mão-de-obra indígena como uma das possibilidades de substituição ao trabalho escravo. E, a reboque da sugestão de utilizar o índio

²⁰⁷ Relatório dos trabalhos do Instituto durante o terceiro ano social. Ver: RIHGB, Rio de Janeiro, suplemento ao tomo III, 1841, p. 522.

²⁰⁸ Sobre as repercussões da Lei de 1831 na sociedade da época, ver: GRINBERG, Keila. Escravidão, alforria e direito no Brasil oitocentista: reflexões sobre a Lei de 1831 e o “princípio de liberdade” na fronteira sul do Império brasileiro. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 267-85.

²⁰⁹ Sobre as políticas públicas de catequização e civilização que permearam o Estado Imperial e o IHGB, ver o recente trabalho de: KODAMA, Kaori.. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; São Paulo: EDUSP, 2009, p.17.

como força de trabalho, vinha a argumentação em torno da catequese e da obra dos jesuítas. Portanto, convergiam nos *programas históricos* três polêmicas contemporâneas: a que envolvia a mão-de-obra escrava; a relacionada à incorporação do nativo à sociedade imperial; e aquela que dizia respeito à conveniência da volta dos jesuítas ao Brasil.

Expulsos de Portugal e de seus domínios em 1759, durante a administração do Marquês de Pombal, os religiosos da Companhia de Jesus deixaram na América portuguesa um legado considerado, sobretudo, civilizador, fosse pela educação de brancos, fosse pela conversão e civilização de gentios. Extinta por Bula Papal em 1773, a Companhia de Jesus seria restaurada pelo Vaticano em 1814.²¹⁰ Livres para retomar seus projetos missionários disseminados por todo o mundo, os loyolanos ainda enfrentavam a desconfiança laica dos Estados, mesmo porque a própria heterogeneidade dos membros da Companhia estava longe de vincular-se a um sentimento nacional.

Herança do período colonial, o *padroado* foi mantido pela Constituição de 1824, o que implicava na subordinação da Igreja ao Estado brasileiro.²¹¹ Tal condição tornava obrigatório que o retorno dos jesuítas ao Império fosse autorizado pelo governo. Apesar de desprovidos dessa permissão formal, por volta de 1840, um grupo de jesuítas vindos da região do Rio da Prata conseguiu estabelecer-se na província de Santa Catarina, alegando promover a educação secundária. Diante da presença dos loyolanos na conturbada região sul do Império, e da possibilidade do aproveitamento da mão-de-obra indígena, instaurava-se o debate: o monarca deveria, ou não, consentir o retorno da Companhia de Jesus?

Nesse sentido, já na segunda sessão ordinária do Instituto, o Cônego Januário da Cunha Barbosa ofereceu à discussão o seguinte enunciado: “qual seria *hoje* o melhor sistema de colonizar os índios do Brasil entranhados em nossos sertões; se conviria seguir o sistema dos jesuítas, fundado principalmente na propagação do cristianismo, ou se outro do qual se esperem melhores resultados do que os atuais?”²¹² Na ocasião, o Secretário Perpétuo enfatizou que buscava definir os métodos a serem utilizados àquela altura para dar continuidade à missão de civilizar os nativos. A tarefa, na sua opinião, não era apenas do governo de D. Pedro II, mas “(...) também de outros Estados, em cujas matas vagam milhares de nações indígenas, privadas dos cômodos da civilização.”²¹³

²¹⁰ Ver: DOMINGOS, Simone Tiago. *Política e Memória: a polêmica sobre os jesuítas na Revista do IHGB e a política imperial (1839-1886)*. Dissertação de Mestrado, Campinas: IFCH-UNICAMP, 2009, p. 51.

²¹¹ VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 608-11.

²¹² RIHGB, Rio de Janeiro, tomo I, 1839, p.61.

²¹³ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo II, 1840, p. 3.

Apesar dos debates que despertou, o *programa* acabaria desenvolvido pelo próprio autor. Em 05 de outubro de 1839, Januário discorreu oralmente sobre a questão, argumentando que a catequese jesuíta parecia-lhe o modo mais adequado de tratar os índios alheios à civilização. Tais reflexões seriam apoiadas por Silvestre Rebelo, pelo Padre Encarnação, e pelo Visconde de São Leopoldo. Todavia, embora os três concordassem com a premissa do Cônego, divergiriam dele em relação aos meios pelos quais se deveria promover a dita catequese, assunto, aliás, recorrentemente debatido no Legislativo.²¹⁴

Em 25 de janeiro de 1840, Cunha Barbosa apresentou por escrito o *programa* desenvolvido, acrescido dos argumentos de seus três confrades. Nele concluía que: “a catequese é o meio mais eficaz, e talvez único, de trazer os índios da barbaridade de suas brenhas aos cômodos da sociabilidade.”²¹⁵ Porém, o prudente Januário, comprometido com o Estado desde os tempos da Independência, não apostaria na catequese promovida pelos jesuítas, sem antes admitir que o Governo deveria preservar-se da suposta ameaça política, que existiria subjacente aos ensinamentos difundidos pelos seguidores de Inácio de Loyola. Nesse sentido, o Cônego ponderava: “quererei que deles se colha o melhor das suas Missões, rejeitando-se a influência política, que se arrogavam, e que foi causa de muitos transtornos no sistema da civilização dos indígenas, e até mesmo de sua final expulsão.”²¹⁶

Cunha Barbosa voltaria ao tema, mais uma vez, na sessão de 4 de fevereiro de 1839, indagando “quais sejam as causas da espantosa extinção das famílias indígenas que habitavam as províncias litorais do Brasil: se entre essas causas se deve numerar a expulsão dos jesuítas, que pareciam melhor saber o sistema de civilizar os indígenas?”²¹⁷ O questionamento induzia os prováveis autores a formularem suas dissertações de acordo com as opiniões que o Cônego, de antemão, defendia sob a forma de uma sugestão hipotética.

Cabe notar que a historiografia oitocentista, apesar de pautada na crítica documental, costumava valer-se de hipóteses como uma espécie de elo entre o que se podia comprovar e o que se supunha. Não por acaso, a esse respeito, o próprio Januário alegava: “em história, Senhores, os vestígios conduzem a conjecturas, que subindo pelos degraus da probabilidade, muitas vezes nos aproximam de fatos, que o tempo tem coberto com seu pesado manto.”²¹⁸

Pela própria formulação do Cônego percebe-se que resposta adequada àquele *programa* deveria apontar a expulsão dos jesuítas como a principal causa da extinção dos

²¹⁴ KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; São Paulo: EDUSP, 2009, p. 244.

²¹⁵ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo II, 1840, p. 4.

²¹⁶ Ibid. p. 4.

²¹⁷ Apresentado na sessão de 04/02/1839. Ver: RIHGB, Rio de Janeiro, tomo I, 1839, p.60.

²¹⁸ RIHGB, Rio de Janeiro, suplemento ao tomo III, 1841, p.525-6.

indígenas. Por sinal, a indagação seria alvo da pena de José Silvestre Rebello.²¹⁹ Contudo, diante do parecer desfavorável da comissão de história, a dissertação não seria publicada. Episódio que será tratado no próximo capítulo, uma vez que constitui um caso expressivo da polifonia existente no Instituto.²²⁰

A discussão política em torno da integração dos “filhos das brenhas” à civilização ainda serviria de mote para os agremiados abordarem a escravidão africana, tema que parecia interdito no Instituto Histórico. Se por um lado o tratamento acadêmico da questão revelava a contradição patente entre o racionalismo ilustrado e a falta de liberdade, por outro, afetava interesses muito próximos, pois se havia personalidades tal como Januário da Cunha Barbosa, que vinculava à escravatura ao atraso e, por isso, defendia a sua supressão, também havia outras, como Cunha Matos que dizia ser ela um “mal menor”. O tema causava tanta controvérsia, que o próprio Marechal ponderava:

(...) Eu não cairia no indesculpável absurdo de sustentar no dia de hoje e no meio dos sábios de primeira ordem da nação brasileira, uma doutrina que repugna as luzes do século, e se acha em contradição com os princípios de filantropia geralmente abraçados. O que me proponho é mostrar que ainda não chegou o momento de abandonarmos a importação dos escravos.²²¹

O assunto era tão melindroso, que apenas dois dos sessenta *programas* aprovados para dissertação trataram diretamente dos cativos. O primeiro deles, proposto pelo Cônego Januário, em 1839, indagava “se a introdução dos africanos no Brasil serve de embaraço à civilização dos índios cujo trabalho lhes foi dispensado pelo dos escravos. Neste caso, qual é o prejuízo da lavoura brasileira entregue exclusivamente aos cativos?”²²² O sócio Silvestre Rebello e o próprio Secretário Perpétuo desenvolveram trabalhos no mês imediatamente posterior à proposição, o que contribuiu para que o *programa* fosse publicado na *Revista* correspondente ao mesmo ano de 1839.²²³ Cabe frisar que o encaminhamento à publicação, tão eficazmente realizado, se deveu ao fato das dissertações terem enaltecido as virtudes indígenas, em detrimento da mácula causada pelos cativos africanos.

²¹⁹ José Silvestre Rebello além de bem sucedido negociante da praça do Rio de Janeiro, atuou como diplomata entre 1824 e 1829, quando foi enviado aos Estados Unidos como encarregado dos negócios do Império para tratar do reconhecimento da independência do Brasil. Mais tarde, foi convidado a ocupar o cargo de Ministro Plenipotenciário do Brasil nos Estados Unidos, ou na Colômbia, mas preferiu retornar ao Rio de Janeiro, onde chegou em 1830. Entre os anos de 1814 e 1831, salvo os anos em que atuou como diplomata, dedicou-se à função de juiz comissário brasileiro da Comissão Mista Anglo-Brasileira que resolvia problemas relativos a apreensão de navios negreiros. Ver: BLAKE, Augusto V. A. Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Vol. 5º, p. 204 -5.

²²⁰ Na sessão de 13 de julho de 1839 realizou-se a leitura do dito parecer. Ver: RIHGB, Rio de Janeiro, tomo I, 1839, p. 251.

²²¹ SOARES, Gerusa. *Cunha Matos (1776-1839)*: fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Empresa Gráfica Editora. Paulo, Pongueti e C. Rio de Janeiro, 1931, p. 92-3.

²²² Apresentada na sessão de 04/02/1839. Ver: RIHGB, Rio de Janeiro, tomo I, 1839, p. 61.

²²³ *Ibid.* p.159-72.

Apesar do parecer da comissão de história ter remetido ambos os trabalhos à comissão de redação para que fossem publicados em separado, ou que seus melhores extratos fossem contemplados em um único artigo,²²⁴ a dissertação que ganhou as páginas da *Revista* carregava a assinatura de apenas um deles: Januário da Cunha Barbosa. Nela firmava-se a noção de que a mão-de-obra negra era responsável pelo “retardamento da civilização”, pois, no seu entender, ela teria sido prejudicial ao progresso, uma vez que embaraçara não só a “indústria agrícola”, como também a civilização dos índios. Em última instância, o cônego argumentava que se os índios eram capazes de exercer as mesmas atividades que os negros, tornava-se, então, possível fazer cumprir a Lei de 1831, já que os autóctones supririam a carência de mão-de-obra provocada pela interrupção do tráfico. Além de apontar uma solução para o impasse criado em torno da dita Lei, a dissertação de Januário indicava que a utilização do braço indígena não causaria nenhum ônus financeiro aos cofres públicos, pois as verdadeiras recompensas se resumiriam ao contato com a fé cristã e com as noções de civilidade.²²⁵

O outro *programa histórico* que tratou da problemática da escravidão foi de autoria do Desembargador Pontes. Ele arguiu “se os escravos no Brasil são tratados com maior ou menor cuidado e humanidade do que nos outros países que tem escravos?”²²⁶ Desta feita, colocava-se na pauta do Instituto um enunciado desafiador, pois lançava aos sócios a difícil tarefa de lidar com uma questão contemporânea e as implicações daí decorrentes. De qualquer modo, em 31 de outubro de 1840, o *programa* seria sorteado e designado pelo Presidente Visconde de São Leopoldo ao sócio Domingos Borges de Barros, o Visconde de Pedra Branca, por sinal um mestiço. Poeta, defensor da educação feminina e da civilização, o pai da futura Condessa de Barral, sintomaticamente, não desenvolveria o assunto, talvez porque o ingrato apelido de “Pedra Parda” lhe despertasse sensações alheias à civilidade.²²⁷

Especulando *sobre* ou *com* a História, os *programas históricos* externavam aspectos que preocupavam os polivalentes letrados do Brasil oitocentista. Fosse para esclarecer

²²⁴ O original do parecer encontra-se no arquivo do IHGB. Ver: MS. IHGB, lata 574, doc. 2.

²²⁵ DOMINGOS, Simone Tiago. *Política e Memória: a polêmica sobre os jesuítas na Revista do IHGB e a política imperial (1839-1886)*. Dissertação de Mestrado, Campinas: IFCH-UNICAMP, 2009, p. 48.

²²⁶ Enunciado fora apresentado na sessão de 10/08/1839. Ver: RIHGB, Rio de Janeiro, tomo I, 1839, p.255.

²²⁷ VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p.213-4.

dúvidas relativas à investigação e à narração dos eventos passados, ou para solucionar questões postas pela conjuntura contemporânea, os *programas* constituíram uma abertura às mais variadas inquietações e dúvidas, características do momento de consolidação da Monarquia Constitucional.

A análise de seus enunciados sugere que a sua função maior seria lançar luz em certos pontos opacos, que marcavam o espaço e tempo definidos como nacionais. Dedicando-se a conciliar as evidências do passado com as exigências do presente, os sócios do Instituto dissertavam sobre os *programas* propostos tendo como foco resolver indagações atuais, urgentes. Para apontar soluções possíveis ao que se colocava inadiável, buscavam apoiar-se em bases empíricas, contudo, o futuro não seria alijado dessa operação: a expectativa de consolidar a nação movia o trabalho monumental desses intelectos.

3 UM INSTITUTO POLIFÔNICO: OMISSÕES, CENSURAS, RÉPLICAS E RÉPLICAS

A História na matéria, ordem e estilo deve ser escrita por um modo harmonioso, agradável, conciso, decente, exato e o mais claro que for possível.²²⁸

Raimundo José da Cunha Matos

3.1 Omissões e censuras: uma herança das academias ilustradas

Conforme apontado anteriormente, a reunião de diversas personalidades sob a chancela de agremiações dotadas de princípios e objetivos próprios demandava que o trabalho desempenhado por múltiplas individualidades fosse regulado por mecanismos censórios, articulados de maneira similar tanto nas academias setecentistas, quanto nos institutos criados no século XIX.²²⁹

Enquanto, por exemplo, na Academia Real da História aquela função era exercida pela junta de censores, um século mais tarde, no IHGB os vetos caberiam às comissões. Segundo José Veríssimo, a prática de emitir juízos e pareceres “(...) continuavam (...) o costume português, também oriundo das academias, de que as nossas foram um arremedo. Eram por via de regra inchados de pensamento e de expressão, grávidos de erudição literária contemporânea (...), e aferiam das obras conforme elas lhes pareciam ou não acordes com essas pautas.”²³⁰

Cabe rememorar que, de acordo com os Estatutos do IHGB, publicados em 1838, as comissões de geografia e de história incumbiam-se de receber as memórias, documentos e artigos, de dar o seu parecer indicando-os ou ao periódico, ou à publicação avulsa, ou ainda ao arquivo do Instituto.²³¹ Tais comissões encarregavam-se, portanto, de julgar toda a gama de escritos apresentados, contemporâneos ou de época, assinados por sócios ou não. Dentre esse

²²⁸ MATOS, Raimundo José da Cunha. *Dissertação acerca do sistema de se escrever a História antiga e moderna do Império do Brasil*. Ver: RIHGB, Rio de Janeiro, tomo XXVI, 1863, p. 137.

²²⁹ SOUZA, Roberto Acízelo de. *O Império da Eloquência*. Retórica e Poética no Brasil Oitocentista. Rio de Janeiro: EDUERJ: EDUFF, 1999, p. 17-29.

²³⁰ Ibid. p.19-20.

²³¹ Estatuto do IHGB (1838). Ver: Arq. IHGB. Coleção Teresa Cristina. 7, 2, 3 nº2. p. 10.

manancial havia dissertações originadas das provocações dos *programas históricos*, as quais, apesar de produzidas pelos agremiados, eram avaliadas com o mesmo rigor dispensado aos manuscritos enviados de toda a parte do território.

De um modo geral, as interpolações às dissertações realizavam-se por agremiados, membros ou não das comissões, que usavam da oratória para exprimir suas impressões e críticas a respeito do trabalho em pauta. Os pareceres assinados pelos sócios avaliadores refletiam o produto dos debates travados nas reuniões ordinárias, por conta da apreciação dos textos expostos oralmente.

Por conseguinte, a censura permitiria ao público conhecer somente aquilo que convinha à instituição difundir. Nesse sentido, no âmbito do IHGB, um contingente considerável de produções inéditas seria privado de chegar às páginas da *Revista* porque desqualificados pelas comissões. Tais pareceres tomavam por base, invariavelmente, tanto o mérito acadêmico, quanto a conveniência da divulgação dos trabalhos. Conforme demonstrado nos capítulos anteriores, as dissertações apresentadas pelos sócios só seriam relevantes à publicação se coadunassem com os pressupostos da crítica documental e, ainda assim, se estivessem em acordo com o posicionamento político que se estabelecia como consensual.

Além de atender a esses requisitos, as monografias não deveriam abordar temas, eventos ou circunstâncias que pudessem afetar personalidades vivas. Portanto, os critérios avaliativos abrangiam também a função de assegurar que a *Revista* se mostrasse coerente a uma elite letrada carregada de experiências políticas polêmicas, que permearam o processo de consolidação do Estado monárquico.

Um bom exemplo dessas preocupações pode ser percebido nos desdobramentos provocados pelo *programa histórico* apresentado por Alexandre Maria de Mariz Sarmiento, na sessão realizada em 13 de fevereiro de 1841. O enunciado, que sugeria discutir a influência das sociedades secretas no Império, indagava:

Quais as sociedades secretas que se tem estabelecido no Brasil, e desde quando, ou sejam nele inventadas, ou trazidas e imitadas de outros países; os fins do seu instituto; o seu aumento e estado atual, ou a sua decadência e extinção; que influencia hajam tido, e porque meios, na moralidade do povo, nas suas opiniões religiosas e políticas, e nos acontecimentos mais notáveis do país? ²³²

²³² RIHGB, Rio de Janeiro, tomo III, 1841, p. 134.

A resposta à provocação, por certo, não poderia negligenciar o papel desempenhado pela Maçonaria no passado recente e, por tabela, a ação vultosa de primeira grandeza da política imperial. Basta lembrar que o próprio Januário da Cunha Barbosa havia sido orador do Grande Oriente à época da Independência. Sintomaticamente, preocupado em preservar a harmonia das relações políticas no IHGB, o Cônego fez a seguinte ponderação “(...) depois de dissertar por algum tempo sobre o ponto em questão, (...) que este fosse discutido em tempo oportuno, atendendo ainda existirem pessoas que pode[riam] ser comprometidas com tal discussão.”²³³

Não cabe aqui aprofundar a discussão a respeito da atuação da Maçonaria no processo da Independência, porém vale salientar que o desenvolvimento do *programa* de Mariz Sarmiento, certamente, causaria profundas fissuras no Instituto, posto que lá conviviam herdeiros das “facções maçônicas” que se opuseram por conta das negociações precedentes à Independência. A recomendação do Secretário Perpétuo para que os seus confrades adiassem o desenvolvimento do *programa* sorteado resguardava o próprio, uma vez que nos idos de 1822, o Cônego e Joaquim Gonçalves Ledo, seu companheiro na direção do *Revérbero Constitucional Fluminense*, eram contrários às pretensões de José Bonifácio na Maçonaria. Segundo Alexandre Mansur Barata:

(...) enquanto o ‘grupo de Ledo’ defendia um governo baseado na soberania popular, tendo D. Pedro como chefe escolhido pelo povo e subordinado aos seus representantes, o ‘grupo de Bonifácio’ defendia ‘uma constituição que limitasse os poderes da Assembléia Legislativa, aceitando a autoridade do soberano como um direito legalmente herdado através da dinastia.’²³⁴

A polarização se dava também em termos associativos, pois os partidários de Januário acreditavam na organização e nas possibilidades de ação da Maçonaria, mas já os afiliados a José Bonifácio não, mesmo porque ele próprio tornou-se maçom para, estrategicamente, ter acesso ao que lá se passava, já que não confiava em todos os seus membros e, por conseguinte, nas articulações políticas que poderiam realizar em sua ausência.²³⁵

Em uma tentativa de conter a aproximação entre o “grupo de Ledo” e o Príncipe Regente D. Pedro, José Bonifácio fundou, em 2 de junho de 1822, a Nobre Ordem dos

²³³ Ibid. p. 235.

²³⁴ BARATA, Alexandre Mansur. Constitucionalismo e sociabilidade na cidade do Rio de Janeiro (1822-1823): a Nobre Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz e o projeto de Constituição para o Império do Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 356

²³⁵ Ver: BARRETO, Celia de Barros. A ação das sociedades secretas. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (dir) *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II: O Brasil Monárquico. 1º Volume: O Progresso de Emancipação. 6ª Edição: São Paulo, 1985, p. 200-6.

Cavaleiros de Santa Cruz, também conhecida como Apostolado. Em resposta, em 2 de novembro daquele mesmo ano, o “grupo de Bonifácio” abriu uma devassa contra os maçons, o que atingiu diretamente o “grupo de Ledo”, a essa altura, já acusado de republicano. A “Bonifácia”, como foi chamada a devassa, provocou o exílio tanto de Joaquim Gonçalves Ledo, quanto de José Clemente Pereira, outro sócio-fundador do IHGB, e a prisão e posterior extradição de Januário da Cunha Barbosa.²³⁶

Alexandre Maria de Mariz Sarmiento, autor do *programa* sobre as sociedades secretas, por certo, não avaliou a repercussão que sua proposição, se desenvolvida, teria. Coube a um dos protagonistas do episódio, o Secretário Perpétuo, travar a exposição formal do assunto, ao menos naquele tempo, por ele considerado inoportuno.

De qualquer modo, face a essa intrincada dinâmica de proposição, discussão, desenvolvimento e avaliação dos *programas históricos*, apenas 30% chegariam às páginas da *Revista*. Como já verificado no capítulo anterior, a acentuada diferença entre os números das dissertações apresentadas e o das publicadas se justifica pelos vetos das comissões, único mecanismo oficial de retenção, capaz de alterar o destino de trabalhos já concluídos e apresentados à plenária.

Entretanto, observa-se que outras circunstâncias, afora as censuras, devem ter afetado a organização da *Revista*, pois alguns textos aprovados para publicação nunca chegariam ao periódico, como é o caso dos quatro trabalhos examinados a seguir.

O primeiro deles fora proposto por Januário da Cunha Barbosa e constituía uma espécie de reedição de um *programa histórico* da Academia dos Renascidos.²³⁷ Na sessão de 4 de fevereiro de 1839, ocasião, aliás, em que foram aprovados seis enunciados de sua autoria, o Cônego inquiriu: “Quais foram os primeiros introdutores de cana, café, tabaco, e outros vegetais de nossa riqueza; em que províncias foram primeiro introduzidos e em que eras?”²³⁸. O *programa* foi sorteado na sessão de 16 de março e agendado para a ordem do dia de 20 de abril do mesmo ano, data em que José Silvestre Rebello “leu a este respeito um importante trabalho, [que] foi remetido à comissão de história.”²³⁹

Rodrigo de Sousa da Silva Pontes e Candido José de Araujo Viana atestaram, quarenta dias depois, a pertinência da dissertação, recomendando “que a memória [fosse] enviada a Comissão encarregada do Periódico do Instituto para dela extrair as ansiosas notícias, de que

²³⁶ BARATA. Op.cit., nota 231, p.362-3.

²³⁷ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo I, 1839, p. 91.

²³⁸ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo I, 1839, p.60.

²³⁹ Sessão de 20/04/1839. Ver: RIHGB, Rio de Janeiro, tomo I, 1839, p.145-6.

abunda, e publicá-las nas páginas do mesmo periódico.”²⁴⁰ A origem da agricultura no Brasil constituía, portanto, mais uma lacuna da historiografia, que os sócios do IHGB ansiavam por preencher. Em momento caro à disciplinarização do saber histórico, reunir os elementos primários à escrita da História, dotada daquele H maiúsculo característico de sua institucionalização, tornava-se urgente e imprescindível.

O mesmo ocorreu ao trabalho de autoria do Conselheiro Balthasar da Silva Lisboa, que dissertou sobre o *programa histórico* “Marcar as diversas épocas da criação das capitanias gerais do Brasil; da fundação dos seus bispados, das suas relações. Quais seus capitães gerais, seus bispos, e o estabelecimento dos seus missionários, tanto jesuítas como carmelitas, ou de outras ordens nas diversas províncias?”²⁴¹ O enunciado, também aprovado naquela sessão de 4 de fevereiro de 1839, foi sorteado em 28 de junho e destinado à ordem do dia de 10 de agosto de 1839.²⁴² Sabe-se que a primeira parte do trabalho foi apresentada no dia reservado à discussão oral do tema e Balthasar estendeu-se em sua narrativa, cuja leitura ocupou a pauta de três sessões ordinárias, sendo concluída apenas em 5 de outubro de 1839, com a indicação do parecer que a remetia à comissão de redação da Revista para ser publicada na íntegra ou os extratos mais importantes.

Outro caso semelhante se verifica com a indagação: “a que classe da sociedade pertencia geralmente falando o maior número dos primeiros povoadores portugueses do Brasil, e que influência exerceram nos costumes dos seus descendentes os costumes desses primeiros povoadores?”²⁴³ O *programa*, que pretendia discutir a procedência social dos primeiros povoadores da nação que se construía, foi desenvolvido na sessão de 22 de fevereiro de 1840 pelo sócio José Silvestre Rebello, que “leu uma interessante memória sobre a primeira parte deste programa, [a qual] foi ouvida com suma atenção e remetida à comissão de história.”²⁴⁴ Em 5 de dezembro, depois de longa discussão em que tomaram parte o Sr. José Silvestre Rebello, Desembargador Pontes, Julio de Wallenstein, Mariz Sarmiento e outros, a comissão de História remeteu-a aos redatores da *Revista*, que não se pronunciaram. É provável que a omissão tenha sido causada pela polêmica em torno do papel desempenhado por degredados, indivíduos dos mais baixos extratos da sociedade, na colonização da América Portuguesa, o que poderia macular o Império nascente.

²⁴⁰ Ibid. p. 145-6.

²⁴¹ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo I, 1839, p.60.

²⁴² Ver anexo 1.

²⁴³ Ver anexo 1.

²⁴⁴ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo II, 1840, p. 161.

Também seria omitida, a dissertação de José Silvestre Rebello acerca do *programa*: “qual era a forma porque os jesuítas administravam as povoações de índios que estavam a seu cargo?”, proposto em 1840 pelo Desembargador Pontes.²⁴⁵ Entretanto, nesse caso, o manuscrito original do trabalho encontra-se no arquivo do IHGB, o que nos permite analisar as alegações do autor, embora não haja parecer que desabone a memória.

Cotejando as missões do Brasil, Paraguai e Uruguai, o autor concluiria que a administração das missões brasileiras não desfrutava da propriedade da terra, como no Paraguai. Por aqui também não havia câmara municipal nem magistrados, além do que “(...) os reis da Espanha davam, como já disse, um salário aos missionários. [Enquanto] os de Portugal nunca lhes deram nada (...)”²⁴⁶

Sua argumentação segue sugerindo, inclusive, as medidas a serem tomadas pelo governo no sentido de solucionar a questão contemporânea em torno da catequização e civilização dos nativos. Em suas palavras:

Havendo entre nós pelo menos cento e cinquenta mil índios bravos, e sendo o primeiro dos deveres do governo o tratar da salvação e civilização destes pobres infelizes, é claro que disso se deve seriamente ocupar. Os jesuítas, segundo as suas instituições, foram em outro tempo os mais próprios para isso, ora como as instituições são ainda as mesmas, é evidente, que deles se deve o governo servir em preferência. Deve o governo pois propor ao Corpo Legislativo a abolição da Lei que os exterminou do Brasil, e convidar os mesmos a vir de novo fundar Missões no novo Império.²⁴⁷

O texto de Silvestre Rebello mostrava-se, portanto, coerente com a postura defendida pelo Secretário Perpétuo acerca do papel dos inacianos. Mas, eis que o autor realizou uma ponderação relativa às suas fontes, que talvez o tenha desabonado à publicação, posto que, disse: “(...) o programa sobre o qual tenho exposto as idéias, que pude coligir, as quais excitarão algum dos nossos consócios a investigar a matéria mais miudamente, consultando documentos que a mim me faltam, e que não procurei por ignorar aonde os acharia.”²⁴⁸

Como se não bastasse, ao finalizar sua dissertação, Silvestre Rebello recorre a uma fala que prejudicaria toda a sua argumentação. Ele apela ao Reverendíssimo e Excelentíssimo Sr. Antonio da Madre de Deus, bispo da diocese de São Paulo, que à época do cumprimento da lei que expulsou os jesuítas, disse: “a expulsão dos jesuítas trava consigo primeiramente a ruína da religião, e depois a subversão do governo.” Silvestre Rebello complementa a citação

²⁴⁵ Apresentado na sessão de 23/12/1840. Ver: RIHGB, Rio de Janeiro, tomo II, 1840, p. 540. Ver também: Anexo 1.

²⁴⁶ REBELLO, José Silvestre. *Programa – Qual era a forma porque os jesuítas administravam as povoações de índios que estavam a seu cargo*. Coleção IHGB: DL 45,31.

²⁴⁷ REBELLO, José Silvestre. *Programa – Qual era a forma porque os jesuítas administravam as povoações de índios que estavam a seu cargo*. Coleção IHGB: DL 45,31.

²⁴⁸ Ibid.

de maneira contundente: “os que sabem quais tem sido as balburdias e revoluções porque tem passado a Europa e América depois de 1789 acreditam que o Excelentíssimo Bispo foi um profeta.”²⁴⁹ A ousadia de Silvestre Rebello, em apresentar diante do Cônego tais conclusões talvez tenha comprometido sua reputação diante do Instituto que defendia veementemente em seus escritos da década de 1840 o retorno dos jesuítas ao Brasil.

Verificamos, ainda, a ocorrência de um único caso em que a comissão de História mostrou-se em desacordo com os argumentos utilizados pelo autor em sua dissertação. O trabalho censurado foi oferecido em 1º de junho de 1839 pelo mesmo José Silvestre Rebello, em resposta ao *programa*: “Quais sejam as causas da espantosa extinção das famílias indígenas que habitavam as províncias litorais do Brasil: se entre essas causas se deve numerar a expulsão dos jesuítas, que pareciam melhor saber o sistema de civilizar os indígenas?”²⁵⁰

Apesar da recorrente presteza do autor em desenvolver o *programa* e da atualidade do tema, a comissão julgou: “estar longe de concordar com todas as proposições emitidas na memória.”²⁵¹ O parecer, “deixava a explicação de suas[refere-se à dissertação] idéias emitidas a respeito para a discussão verbal”. Os avaliadores limitaram-se, então, a “indicar que a memória fosse enviada à comissão encarregada da redação do periódico do Instituto, afim de [que fosse] aproveita[da] da indicada memória o que julga[sse] conveniente.”²⁵² É provável que a discussão oral não tenha sequer convencido aos redatores da *Revista* de publicar extratos da dissertação, já que não há qualquer menção ao trabalho no periódico do Instituto.

Porém, o manuscrito original dá pistas de quais teriam sido os “equivocos” cometidos por Silvestre Rebello. É possível que um deles tenha a ver com a franqueza do autor que, em momento caro à disciplinarização do conhecimento histórico, reconheceu que como “não se encontra[va]m documentos autênticos, por [ele] conhecidos, e[ra] preciso pois que [se] funda[sse] em conjecturas.”²⁵³ Arriscando uma difícil quantificação dos nativos existentes no Novo Mundo à época das conquistas europeias, o renomado comerciante da praça do Rio de Janeiro, ousou asseverar, desprovido de “documentos autênticos”, que a população de toda a América deveria alcançar “(...) quando Colombo se esbarrou com ela na sua viagem para a

²⁴⁹ Ibid.

²⁵⁰ Ver anexo 1.

²⁵¹ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo I, 1839, p.251.

²⁵² Ibid. p.251.

²⁵³ REBELLO, José Silvestre. *Programa – Qual sejam as causas da espantosa extinção das famílias indígena*. Coleção IHGB: DL 45, 16.

Ásia, (...) provavelmente doze milhões de criaturas”,²⁵⁴ as quais teriam sido reduzidas a menos da metade.

O argumento central da dissertação gira em torno da idéia de que a “extinção das famílias indígenas” deveu-se “(...) a destruição que produziram a escravidão, a Mita, as Comendas, e outros nomes que se deram ao serviço forçado dos índios, (...), pois antes da vinda de tão despóticas criaturas os índios trabalhavam (...), como por recreio.”²⁵⁵ Mais adiante, o texto sugere que a culpa pela “extinção” deveu-se aos colonizadores, posto que suas atitudes fizeram com que os nativos “(...) perde[ssem] o gosto de tudo, até o natural de reproduzir-se **e assim foi rapidamente desaparecendo a população entre os que viviam com os seculares**, e foi por isso que entrou a crescer a importação de Africanos(...)”²⁵⁶ (o grifo é nosso)

No enunciado do *programa* sobre “a extinção das famílias indígenas” Januário novamente explicita sua afinidade com os inacianos. Certamente atento à postura do Cônego, o autor da dissertação, além de argumentar contra os colonizadores, construiu alegações favoráveis aos jesuítas. Na sua percepção, se os ditos missionários “(...) não tivessem sido interrompidos (...) por medidas tão impolíticas, como iníquas, é possível que tivessem [sic] completado a conversão e civilização de todas as tribos indígenas (...) antes dos imediatos horrores e bárbaras consequências da guerra civil.”²⁵⁷

Embora os avaliadores não evidenciem quais sejam os argumentos desabonadores, talvez a ponderação do autor a respeito das “fraquezas” inacianas os tenha desagradado. Apesar de reconhecer a fragilidade dos clérigos, Silvestre Rebello, contudo, os defendia das exageradas acusações realizadas por autores interessados em benesses. Em suas palavras:

(...) os jesuítas e os outros missionários eram homens, portanto não admira nenhum ente sensato que tivessem faltas e caíssem em fraquezas; todas as corporações e sociedades tem sido e serão sempre assim compostas de bons e más. Escrever e imprimir que uma corporação compunha só de malvados é uma mentira e vilania quase incompreensível, sustentar que uma sociedade devia ter só homens perfeitos, é estupidez consumada. Na terra sempre os homens temos sido e seremos assim. Perfeição completa só existe nos céus. É notável o poder que teve em todos os escritores de tais mentiras (...) de adular o celebre Marques de Pombal, afim de obter algum emprego.²⁵⁸

²⁵⁴ REBELLO, José Silvestre. *Programa – Qual sejam as causas da espantosa extinção das famílias indígena*. Coleção IHGB: DL 45, 16.

²⁵⁵ Ibid.

²⁵⁶ Ibid.

²⁵⁷ Ibid.

²⁵⁸ Ibid.

É provável que ainda um outro argumento tenha contribuído para a censura da dissertação. Como já sugerimos, os *programas históricos* constituíam uma oportunidade para que os sócios do IHGB, na maioria políticos e funcionários dos altos escalões do governo, discutissem as questões que estavam em pauta no Estado sob um viés acadêmico. A problemática da civilização dos índios provocava, a essa altura, um ferrenho debate parlamentar, sobretudo em torno do impasse a respeito de quem estaria habilitado a catequizar e civilizar os nativos: párocos nacionais, ou estrangeiros?²⁵⁹

No âmbito do Instituto, a idéia que parecia prevalecer era aquela externada por Januário da Cunha Barbosa, que defendia o retorno dos jesuítas. Entretanto, José Silvestre Rebello embora não discordasse da posição do Cônego, salientava os aspectos positivos da catequese promovida pelo *barbadinho* italiano Padre Mazarata, como um modelo para outras ordens, assim aconselhava: “(...) trata-se pois de imitar esse meritório Padre e ninguém o fará melhor do que os mesmos jesuítas, sempre que o convidem para isso, e com o expressado fim de irem fundar missões nas localidades aonde elas muito, e muito se precisam e aonde necessariamente (...) com rapidez.”²⁶⁰

Recorrer a tal exemplo pode ter comprometido o juízo sobre o trabalho de José Silvestre Rebello, uma vez que o Instituto, representado na figura de Cunha Barbosa, mostrava-se solidário aos interesses inicianos. A *Revista* dificilmente publicaria uma opinião divergente, sobretudo, em uma época na qual se travava uma querela a respeito do consentimento do governo à volta dos seguidores de Inácio de Loyola.

Não obstante, José Silvestre Rebello finalizou a dissertação valendo-se de um argumento de autoridade, mencionando trechos do sermão proferido pelo Padre Antonio Vieira ao Rei D. João IV, em 1655. Nele o emblemático missionário dividia com o Rei a responsabilidade pela perda de almas na África, na Ásia e na América. Assim, respaldado, José Silvestre Rebello concluiria que “(...) como o governo Imperial herdou do governo Português os Direitos Políticos sobre o nosso Império, assim também herdou a obrigação de preencher os deveres morais; um destes é sem dúvida a catequese dos Indígenas.”²⁶¹

Seja como for, as reflexões de Silvestre Rebello oferecem uma pista da forma como a questão seria encaminhada na década de 1840. A catequização e a civilização dos nativos, de

²⁵⁹ KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. RJ: Editora FIOCRUZ; SP: EDUSP, 2009, p.244.

²⁶⁰ REBELLO, José Silvestre. *Programa – Qual sejam as causas da espantosa extinção das famílias indígena*. Coleção IHGB: DL 45, 16.

²⁶¹ *Ibid.*

fato, se tornariam cada vez mais “um ramo do serviço público”,²⁶² o que, no entanto, não evitaria tensões e disputas acerca da responsabilidade e da execução de empreendimento tão complexo.

3.2 Réplicas e trélicas: exceções à harmonia da *Revista*

Se, por um lado, o debate de idéias era comum às sessões ordinárias do IHGB, como se constata na leitura das atas, por outro, isto não transparece na organização das contribuições editadas pela *Revista*, que primava por demonstrar uma postura coerente e harmoniosa. Todavia, no que tange aos *programas históricos*, foram observadas duas exceções a essa conduta.

O primeiro desses episódios ocorreu em relação ao *programa* que tratava de uma das questões que mais afetava à esfera político-institucional do Império: a demarcação das suas fronteiras. O Estado brasileiro clamava por soluções ao problema, pois a essa altura desconhecia os contornos da soberania nacional, sobretudo, em relação aos seus limites com os Estados vizinhos surgidos após o desmembramento da América Espanhola.²⁶³ O Visconde de São Leopoldo se encarregaria de elaborar uma dissertação a esse respeito e o tema acabaria por se transformar no *programa histórico*: “quais são os limites naturais, pactuados e necessários do Império do Brasil?”²⁶⁴

A intervenção do Presidente do Instituto, por certo, inspirava-se em outro texto de sua autoria,²⁶⁵ redigido pelo menos doze anos antes, a pedido do então imperador D. Pedro I, que lhe solicitara um estudo para subsidiar a negociação das fronteiras entre o Brasil e o Peru. Segundo Fernandes Pinheiro, suas reflexões poderiam não servir ao governo de imediato, mas deveriam ser “(...) depositadas no Arquivo entre os segredos mais importantes do Estado afim de servir de guia aos administradores futuros”.²⁶⁶ Ele haveria de ter razão, pois o assunto seria retomado, ao menos, em mais duas oportunidades, em diferentes épocas.

²⁶² KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. RJ: Editora FIOCRUZ; SP: EDUSP, 2009, p.244.

²⁶³ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. In: R. IHGB, a. 156, n.388, p.459-613, jul./set. 1995, p.535.

²⁶⁴ Apresentada na sessão de 16/02/1839. Ver RIHGB, Rio de Janeiro, tomo I, 1839, p.62.

²⁶⁵ O manuscrito assinado em 18 de março de 1827 pelo Visconde de São Leopoldo encontra-se no Arquivo do Instituto sob a notação: DL 421,16.

²⁶⁶ Ver: PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. *Memória acerca dos naturais limites do Brasil*, apresentada a S. M. o Senhor D. Pedro I. Coleção IHGB: DL 421, 16.

De espectro bem mais amplo daquela remetida a D. Pedro I, a dissertação apresentada pelo Visconde ao Instituto, em 1839, tratava tanto dos limites a oeste, quanto ao norte e ao sul. Não se pode esquecer de que nessa ocasião o país atravessava um momento de grande instabilidade política, tanto por causa da menoridade do Imperador, quanto pelos focos revolucionários que emergiam em diversas províncias, sobretudo no extremo sul, assolado pela Guerra dos Farrapos. Aliás, o Visconde ressaltava a gravidade da situação política do país, bem como o compromisso do Instituto para com a monarquia:

Quando o Brasil aparece em notória crise; quando por todos os lados é comprimido, e estreitado em forma de bronze, e os escritores do dia provocam e desafiam os literatos para que instruem o público, ávido de conhecer os títulos de sua propriedade; o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil há de cruzar os braços, com indiferença e insensibilidade?²⁶⁷

Naquele contexto, o ensaio de São Leopoldo, no entender de seus pares, mostrava-se tão indispensável, que o Instituto mandou imprimir o “trabalho geográfico” às suas custas, para que fossem distribuídos exemplares aos sócios e à biblioteca.²⁶⁸ Mas o debate não se esgotaria com a edição do panfleto.

Em 5 de outubro de 1839, foi oferecida uma réplica ao texto do Visconde preparada por Manoel José Maria da Costa e Sá, intitulada *Breves anotações a memória quais são os limites naturais, pactuados e necessários do Império do Brasil?*, dedicada “(...) à majestade do muito alto e do muito poderoso senhor D. Pedro Segundo imperador do Brasil em testemunho de profundo respeito e não menos devida satisfação, de antiga e constante fidelidade, à sua excelentíssima Casa de Bragança com profundo acatamento.”²⁶⁹

As “Breves Anotações” questionavam o trabalho do então presidente do IHGB. A réplica, todavia, só seria divulgada na sessão de 5 de junho de 1845, quando foi distribuída aos sócios. É provável que a disponibilização do estudo de Costa e Sá naquela ocasião guardasse alguma relação com a assinatura do Tratado de Poncho Verde que, em 1º de março de 1845, pôs fim aos quase dez anos de conflitos na província de São Pedro do Sul.²⁷⁰

Costa e Sá não se intimidaria diante da autoridade do Visconde. O Conselheiro criticou a dissertação sobre “os limites naturais, pactuados e necessários do Império”, assinalando a negligência de Fernandes Pinheiro para com alguns fatos, como também pontuais interpretações equivocadas. Para introduzir a réplica, seu autor recorreu a

²⁶⁷ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo LXV, 1902, p. 341-342.

²⁶⁸ Apresentada na sessão de 16/02/1839. Ver RIHGB, Rio de Janeiro, tomo I, 1839, p.62.

²⁶⁹ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo LXV, 1902, p.455.

²⁷⁰ Ver: CARVALHO, José Murilo de Carvalho. *Teatro de sombras: a política imperial*. RJ: Civilização Brasileira, 2003, p. 253.

ensinamentos retóricos, que o permitiram considerar, de forma polida, que a dissertação de São Leopoldo era “digna de toda estimação, pelas muitas e recônditas noções que encerra sobre um assunto tão importante.”²⁷¹ Porém, adiante, esquadrinha de ponta a ponta as falhas da dissertação. A crítica mais incisiva recairia sobre:

(...) a parte segunda da Memória, relativa a fronteira do Brasil do lado do norte, com as transações entre Portugal e França, é para todo dissabor ter que notar ser tudo o que o autor diz, desde página 24 até página 29, em que finda a notícia de tais transações com o Tratado de Utrecht, inexato e totalmente oposto à verdade dos fatos, de que aí faltam os mais essenciais.²⁷²

O Visconde, elegantemente, não deixaria de conceder a tréplica. Pouco tempo depois expôs aos confrades a “Resposta às Breves Anotações que à memória do Visconde de São Leopoldo sobre os limites do Brasil fez o Conselheiro Manoel José Maria da Costa e Sá.”²⁷³ Nela, reconhece, talvez estrategicamente, a “superioridade do literário talento” de seu crítico, argumentando que:

(...) intrigado pela sofreguidão geral, que, em época de intrusões do estrangeiro no território do Império, se manifestou de conhecer os verdadeiros limites do Brasil; mal petrechado de documentos, que só de espaço se adquirem, e na ausência daqueles mesmos, que a tanto custo hei coligido, arrotei-me a arena, com o fito de exercitar, com o exemplo, mais adestrados atletas. Nem isto trago para captar benevolências; bastante amor da verdade tenho para vencer a natural, e por isso desculpável repugnância, que a todos tolhe, de confessarem os próprios erros e defeitos; todavia, ao entrar em liça esmoreço, quando pondero e formo paralelo entre mim, adstrito a passar a melhor estação da vida em uma das mais remotas e escusas províncias do Império, longe da comunicação de pessoas doutas, cujo trato remoça e aguça o entendimento, e o Sr. Conselheiro Costa e Sá, nascido e educado em uma esfera de luzes, sempre em contato com os sábios nacionais e estrangeiros, colocado em vantajosa posição, onde era fácil de satisfazer sua louvável curiosidade, e de inquirir os próprios comissionados das mais importantes diligências e explorações científicas neste novo continente, ajuntar cópias das informações, dos roteiros, das cartas e planos, cujos originais foram ciosamente levados para Portugal.²⁷⁴

Assim, o discípulo ilustrado de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, paradoxalmente, usava de um suposto afastamento das letras para justificar os equívocos cometidos a respeito das fronteiras do território do Brasil. De qualquer modo, vale lembrar que a dissertação de São Leopoldo foi publicada em duas oportunidades distintas: aquela em avulso levada ao prelo em 1839 e, mais tarde, em 1902 na *Revista*. Essa edição contemplou a dissertação apresentada pelo Visconde de São Leopoldo; as “Breves Anotações” de Costa e Sá; a tréplica de São Leopoldo ao Conselheiro; acrescida, ainda, de uma memória intitulada “As primeiras

²⁷¹ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo LXV, 1902, p.469.

²⁷² Ibid. p.469.

²⁷³ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo LXV, 1902, p. 495-526.

²⁷⁴ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo LXV, 1902, p. 497.

negociações diplomáticas respectivas ao Brasil”, apresentada ao Instituto por Francisco Adolfo de Varnhagen, na sessão de 15 de dezembro de 1842.²⁷⁵

Tais publicações em momentos tão distintos guardam um aspecto comum: foram disponibilizadas em ocasiões em que a questão dos limites territoriais configurava um debate em torno do projeto nacional. Se em 1839 as fronteiras do Império estavam indefinidas, em 1902, ao norte, elas se encontravam em franca disputa. A agitação promovida pela exploração da borracha provocou incursões de seringueiros brasileiros ao território boliviano, desencadeando sucessivos conflitos entre os dois Estados. À época em que o Instituto resolveu reeditar o ensaio de São Leopoldo, os ânimos estavam exaltados na região, tanto assim que apenas no ano seguinte, 1903, a situação seria equacionada com a atuação do Barão do Rio Branco, sócio do Instituto, e do embaixador Assis Brasil, que formalizaram a compra do território boliviano, através da assinatura do Tratado de Petrópolis.²⁷⁶

O tema da casualidade ou intencionalidade da descoberta do Brasil também causaria uma intensa polêmica intelectual, que se efetivaria sob a forma de réplicas e tréplicas ao *programa histórico* desenvolvido por Joaquim Norberto de Sousa Silva em 1850. Seu enunciado questionava “se o descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral foi devido a um mero acaso, ou teve ele alguns indícios para isso?”²⁷⁷ O assunto era instigante, posto que havia algumas teses divergentes disseminadas pelo senso comum a respeito do acontecimento, mais adiante, eleito como o capítulo inaugural da História do Brasil.

Designado pelo Imperador, Joaquim Norberto redigiu seu trabalho acerca da conquista europeia sobre a parte sul do território americano, pautado na hipótese de que o descobrimento do Brasil não foi devido a um mero acaso, pois Pedro Álvares Cabral teve indícios para isso. Tal qual José Silvestre Rebello que afirmou padecer diante da ausência de fontes documentais relacionadas “à extinção das famílias indígenas”, Joaquim Norberto também reportou-se às mesmas carências para dar conta de tão árdua empreitada. Ele levou cerca de um ano para apresentar o trabalho a seus confrades, protelação justificada pelos “minguados documentos” dos quais dispôs sobre um passado tão remoto.

Mas, apesar das propaladas preocupações com as suas provas empíricas, seus pares não abriram mão de rebater-lhe os argumentos centrais. Publicada pela *Revista* em 1852,²⁷⁸ a dissertação de Joaquim Norberto apostou na intencionalidade da “descoberta”, buscando “desfazer a crença arraigada com os séculos e propagada por tantos autores de nome e de tão

²⁷⁵ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo LXV, 1902, p. 428-53.

²⁷⁶ CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de sombras: a política imperial*. RJ: Civilização Brasileira, 2003, p. 253.

²⁷⁷ Ver Anexo 1.

²⁷⁸ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo XV, 1852, p.125-204.

reconhecida ilustração”²⁷⁹ de que a chegada de Pedro Álvares ao litoral atlântico sul-americano não teria sido obra do acaso. Respalado por aparente modéstia, o autor reconhecia suas limitações para o gênero historiográfico e alegava que lhe faleciam os conhecimentos profissionais. Ressaltava, ainda, a fugacidade das fontes, agravada pelo distanciamento cronológico do objeto. Lidar com interpretações acerca de uma ocorrência tão deslocada no tempo, segundo Joaquim Norberto, tencionava o desenvolvimento do trabalho, pois: “(...) se os fatos contemporâneos carecem de documentos, se muitos pontos remotos da nossa história não estão ainda elucidados, que diremos dos primeiros anos? Que diremos de um acontecimento cuja importância repousava desconhecida no futuro (...)?”²⁸⁰

É provável que o debate em torno do tema tenha se iniciado já nas sessões de 6 e 20 de dezembro de 1850, quando, na presença do Imperador, Joaquim Norberto realizou sua exposição oral. Todavia, as réplicas ao trabalho de Norberto só seriam apresentadas durante o ano de 1854. Elas foram assinadas pelos sócios Joaquim José Machado de Oliveira e Antonio Gonçalves Dias. Como era de praxe, o autor da dissertação ofereceu-lhes uma tréplica.

A primeira crítica veio da pena de Machado de Oliveira, que a iniciou enaltecendo as virtudes intelectuais do seu alvo. Assim, pondera:

(...) li (...) a assaz e bem elaborada quanto erudita dissertação do nosso ilustrado consócio o Sr. Joaquim Norberto de Sousa Silva sobre esse programa: e bem me pesa que a conclusão que o nosso consócio tirou desse portentoso acontecimento, esteja em oposta extremidade a minha, pois que com tão distinto e ameno literato desejara estar sempre de acordo. Contudo, permitirá ele que sobre este assunto não lhe faça preito de minhas convicções, modificando-as pelo teor da sua opinião; porque se há erro em mim, outras razões, que não as de mera probabilidades, poderão dissipá-lo, sem que de minha parte haja a menor relutância.²⁸¹

Machado de Oliveira apresentaria um “incluso” elaborado, segundo suas palavras, em momento anterior à dissertação de Joaquim Norberto.²⁸² Nesse adendo, alertaria que o problema carecia de investigação mais consistente. No seu entender, o tema “(...) ainda está pendente, ainda a posteridade não lançou nele o seu *veredict*.”²⁸³ Na seqüência, ele defende a premissa de que a descoberta teria sido obra de um espanhol, embora “(...) reincidam os portugueses a avocar para dá-lo a Cabral o laurel de primeiro descobridor do Brasil, desviando-o assim de Pinzon que, como fica dito, com antecedência o avistara e reconhecera.”²⁸⁴

²⁷⁹ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo XV, 1852, p.126.

²⁸⁰ Ibid. p.126.

²⁸¹ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo XVIII, 1855, p.287-8.

²⁸² O incluso tem data de 7 de setembro de 1850. Ver: RIHGB, Rio de Janeiro, tomo XVIII, 1855, p.287-8.

²⁸³ Ibid. p.287-8.

²⁸⁴ Ibid. p. 287-8.

Mas, a discussão não se encerraria com Machado de Oliveira. O maranhense Antonio Gonçalves Dias reivindicaria um espaço no debate, uma vez que também já havia sido incumbido de dissertar sobre tal assunto. Segundo ele, nessa oportunidade, sobre a qual não oferece maiores detalhes, tratara o tema de maneira diametralmente oposta aos trabalhos de Joaquim Norberto e de Machado de Oliveira. Em sua opinião, desprovida, aliás, de qualquer menção às fontes documentais, “o destino, o acaso, a fatalidade valem mais muitas vezes do que as forças todas da inteligência combinadas com os esforços da perseverança e da magnanimidade.”²⁸⁵ Concluindo, assim, que a frota de Cabral teria chegado ao Brasil casualmente.

O protocolo acadêmico não permitiria que a controvérsia fosse ignorada pelo autor que motivou o debate. Joaquim Norberto de Sousa Silva redigiu uma tréplica em resposta aos seus dois críticos, dirigindo-se, sobretudo, ao “(...) brilhante talento e consumado saber” de Gonçalves Dias. Ocupando a pauta de 4 sessões ordinárias,²⁸⁶ a resposta de Norberto, lida na presença do Imperador, ofereceria, de forma sutil, uma lição sobre os recentes aportes científicos da metodologia historiográfica. Segundo ele, para elaborar sua dissertação, “teve como que de derrocar um monumento, cujas pedras acumuladas pelo decurso de trezentos anos **serviram para elevar a verdade em um novo padrão.**” (o grifo é nosso)²⁸⁷ Cautelosa, a tréplica de Norberto, ainda enaltecia a autoridade da fala de Gonçalves Dias que, em suas palavras, era um “poderoso campeão”, capaz de “(...) com aturado estudo (...) demolir [seu trabalho] e colocá-lo no seu antigo estado.”²⁸⁸

A explicação de Gonçalves Dias para justificar a casualidade da chegada de Pedro Álvares Cabral apoiava-se nas forças das correntes do Atlântico “que arrastaram as naus às nossas plagas.” Talvez Joaquim Norberto não desconsiderasse aqueles fenômenos, contudo, sua investigação de um ano sobre as esparsas fontes não seria em vão. Por certo, munido da Carta de Pero Vaz de Caminha, a essa altura já publicada pela *Revista*,²⁸⁹ Joaquim Norberto pôde rebater com segurança que a premissa da qual partiu Gonçalves Dias estava há muito desgastada, pois “graças à verdade que deve lançar perenemente a sua luz resplandecente sobre a História, já não foi esta imprevidência devida às tempestades (...) como repetiram

²⁸⁵ Ibid. p.289-90.

²⁸⁶ A exposição perdurou as sessões de 15/09, 13/10, 24/11, 7/12 de 1854. Ver: RIHGB, Rio de Janeiro, tomo XVIII, 1855, p. 335-6.

²⁸⁷ Ibid. p. 335-6.

²⁸⁸ Ibid. p. 335-6.

²⁸⁹ A Carta fora publicada, pela primeira vez em 1817, na *Corografia Brasilica* de autoria do Padre Manoel Aires do Casal. Ver ainda: RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*. Introdução metodológica. 5ª Edição: São Paulo, Companhia Editorial Nacional, 1978, p.246.

alguns historiadores menos conscienciosos, e como à face do país o proclamara o ilustrado Cônego Januário da Cunha Barbosa, tão entendido nas coisas da pátria.”²⁹⁰

Os dois casos de réplicas e tréplicas são expressivos das discussões travadas oralmente no cotidiano das sessões. Tais publicações, bem como os extratos das atas permitem especular sobre a heterogeneidade que saltam de suas entrelinhas e imaginar o quão intensa devia ser aquela vivência intelectual.

3.3 História Geral ou histórias provinciais: a polêmica em torno de Raimundo José da Cunha Matos

A proposição do primeiro *programa histórico* desencadeou o debate que perduraria por longos anos. Oferecido por Januário da Cunha Barbosa na sessão inaugural, o enunciado demonstrava a preocupação do Cônego em delimitar os marcos cronológicos da história nacional. Assim, sugeria aos sócios “determinar-se as verdadeiras épocas da História do Brasil, e se esta se deve dividir em antiga e moderna, ou quais devem ser suas divisões.”²⁹¹

O *programa* se tornava passível à diversidade de opiniões legítimas, já que não havendo um marco fundador do Brasil como nação, poder-se-ia tê-lo estabelecido tanto na Independência, ou a partir da chegada da Corte ao Rio de Janeiro, como no descobrimento, ou mesmo tê-lo fincado antes da conquista, se provada fosse a existência de civilizações anteriores a ela. Tanto assim, que a proposição foi objeto de grande discussão. Sabe-se que quinze dias depois do anúncio do *programa*, três sócios leram trabalhos sobre o tema. Nessa oportunidade, Lino de Moura, José Silvestre Rebello e Raimundo José da Cunha Matos realizaram exposições orais, que suscitaram intensas controvérsias. Este último teria reorganizado seus argumentos e os apresentados na sessão de 19 de janeiro de 1839, sob o título de “dissertação acerca do sistema de se escrever a História antiga e moderna do Império do Brasil.”²⁹²

Ao que tudo indica, Cunha Matos ofereceu uma espécie de réplica àquele debate, pois há no arquivo do Instituto Histórico parte do manuscrito por ele apresentado à plenária de 19 de janeiro. Nesse texto ele parece reafirmar sua posição, embora indique que, ao elaborá-lo

²⁹⁰ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo XVIII, 1855, p. 335-6.

²⁹¹ Ver anexo 1.

²⁹² RIHGB, Rio de Janeiro, tomo I, 1839, p.59.

havia considerado as intervenções de seus confrades. O marechal abre sua dissertação relatando:

Havendo eu em o dia 15 do mês de dezembro do ano próximo passado feito a leitura de uma breve dissertação perante o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, respondendo ao programa apresentado pelo nosso secretário perpétuo, o Illm^o Revm. Sr. Cônego Januario da Cunha Barbosa, (...) tendo prestado maior atenção tanto as notas oferecidos *in scriptis* pelos ilustres sócios, os senhores Jose Silvestre Rebello, José Lino de Moura como aos brilhantes discursos do mencionado Sr. Cunha Barbosa, e dos Srs. Pedro de Alcantara Belegarde, Lino Antonio Rebello, Emilio Joaquim da Silva Maia, Jose Marcelino da Rocha Cabral e ultimamente ao Exm^o Sr. Visconde de São Leopoldo, presidente do Instituto; cumpre que no desempenho dos deveres que me propus de concorrer para a melhor elucidação da História deste Império, eu escreva mais algumas palavras **e ofereça mais alguns argumentos** que corroborem as opiniões já emitidas e apresentem o sistema que tenho seguido até hoje e **pretendo seguir daqui em diante** em todos os meus trabalhos históricos e geográficos **do Brasil** e de diferentes **outras** regiões do Universo.²⁹³ (os grifos correspondem a adendos feitos ao original)

Segundo o próprio autor afirma, sua exposição acerca da cronologia da História do Brasil não foi contestada. Entretanto, revela que houve forte discussão a respeito da possibilidade da escrita de uma história geral, premissa da qual partia o enunciado do *programa histórico*. Embora o paradigma da história filosófica não fosse questionado pelos sócios envolvidos no debate, não havia, portanto, consenso sobre a idéia de preparar uma história geral do Brasil naquele momento, tal como postulava Januário da Cunha Barbosa desde a instalação do Instituto.²⁹⁴

Argumentos contundentes, portanto, colocavam-se frente a frente: enquanto o Secretário Perpétuo desejava uma história única e coerente, que de certo modo respondesse às carências de um Estado cuja unidade ainda se mostrava frágil, o Vice-Presidente Cunha Matos considerava uma aventura pretender escrever a história geral de um país desprovido de testemunhos sobre o passado, mormente no que se referia aos seus primitivos habitantes.

Protagonista da querela, Cunha Matos testemunhou os encaminhamentos dados à questão nas sessões ordinárias subsequentes, realizadas entre dezembro de 1838 e janeiro de 1839. De acordo com sua narrativa:

O Sr. Belegarde quando fez o seu último discurso em sessão do dia 15, sustentou que se deve escrever por Épocas distintas a Historia Filosófica do Império do Brasil; e consecutivamente apontou algumas dessas Eras, ou Períodos, que lhe parecerão mais próprias para a organização, e arranjo de toda a obra: outros senhores discorreram em o mesmo sentido, indicando todavia maior ou menor número de épocas; e ultimamente o Exmo. Sr. Visconde de São Leopoldo, ferindo com mão de mestre o complexo dos argumentos mostrou, e parece-me que mui bem, que por hora não estamos habilitados a escrever a História Geral do Império do Brasil, por nos faltarem muitos elementos Provinciais para isso necessários – Felizmente o

²⁹³ MATOS, Raimundo José da Cunha. *Programa – Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil*. Coleção IHGB: DL 48,18.

²⁹⁴ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo I, 1839, p.13.

Exmo. Sr. Visconde de São Leopoldo faz honra a minha opinião, quando quer que indaguemos em primeiro lugar a História **particular** ou das Províncias, para com bons materiais escrevermos a História Geral do Império Brasileiro.²⁹⁵ (o grifo corresponde a adendos ao original)

Para reforçar sua posição, Raimundo José da Cunha Matos recorreu ao argumento de autoridade da Academia Real das Ciências de Lisboa, precisamente à “doutrina do aviso de 26 de janeiro de 1819, citado em a página LXXXV do tomo 9 da História e Memórias da [dita] Academia (...)”²⁹⁶ Lá recomendava-se “escrev[er] as histórias particulares das províncias e depois redigir a nossa história geral cronológica.”²⁹⁷

Quanto à cronologia, o marechal concordava com seu companheiro e idealizador do Instituto, Januário da Cunha Barbosa, que defendia a periodização da História do Brasil em três épocas: a primeira relativa aos nativos, a segunda ao descobrimento e à administração colonial e a terceira que se iniciaria com a promulgação da Independência. Mas, apesar do aparente consenso, o Marechal acreditava que tais balizas ainda despertariam controvérsias “(...) sobre os princípios da 1ª e 3ª épocas; e cada um terá boas razões para marcar eras diversas.”²⁹⁸ No seu entender, a história antiga compreenderia as duas primeiras épocas daquela cronologia, enquanto que “(...) os acontecimentos nacionais desde o dia em que o povo brasileiro se constituiu soberano e independente”,²⁹⁹ encerrariam a história moderna. Segundo Manoel Salgado, “(...) é, portanto, o tempo da política aquele que parece modular os esforços para a construção dessa cronologia.”³⁰⁰

De qualquer modo, para Cunha Matos, àquela altura, a escrita da História Geral e Filosófica do Império tornava-se inviável por dois motivos: a frágil crítica realizada sobre as narrativas estrangeiras acerca do Brasil; e a imaturidade do conhecimento disponível a respeito do que ele próprio havia definido como a primeira época. Nesse sentido, argumentava:

Como ser[i]a possível escrever uma Historia **Geral** Filosófica do Povo do Brasil antes de levar ao cadinho da censura mais severa **todo** o imenso fardel de escritos **inexatos**, insulsos, indigestos, absurdos e fabulosos **anteriores** ao ano de 1822 em que unicamente se imprimia em Portugal, e raríssimas vezes no Brasil, aquilo que um Governo desconfiado, uma Inquisição intolerante, um Ordinário sem critério, uma **Mesa da comissão sobre a censura dos livros** permitiam que **aparecesse a luz do dia**? Como será possível escrever a História

²⁹⁵ MATOS. Op.cit., nota 291.

²⁹⁶ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo XXVI, 1863, p.135.

²⁹⁷ Ibid. p.135.

²⁹⁸ MATOS, Raimundo José da Cunha. *Programa – Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil*. Coleção IHGB: DL 48,18.

²⁹⁹ Ibid.

³⁰⁰ GUIMARÃES, Manoel Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.116.

Filosófica do Brasil tomando por farol os livros estrangeiros impressos antes **e depois** da declaração da Independência do Império? O que vemos **acerca da História** em quase todos os escritores estrangeiros? **Aquilo que escreveram os portugueses e os brasileiros; e de mais a mais muitas** inventivas, insultos, calúnias, impropérios, falsidades em desabono do Povo **do Brasil!** (...) Eu entendo que seria uma tarefa mui interessante deste Instituto o encarregar a alguns dos seus membros, o exame, e a censura de todos os livros impressos acerca da História do Brasil tanto nacionais quanto estrangeiros(...) ³⁰¹ (os grifos correspondem a interpolações ao original)

Em segundo lugar, havia ainda a obscuridade dos tempos anteriores às conquistas européias, mesmo porque esse passado não havia sido submetido ao estatuto científico, que pautava aquela cultura histórica oitocentista. ³⁰² A angústia do marechal diante da dimensão do problema pode ser percebida no trecho a seguir:

A primeira época que eu apresento é a dos aborígenes ou autóctones. (...) Esta parte da história do Brasil existe enterrada debaixo de montanhas de fábulas, porque cada tribo ao mesmo tempo que apresenta origens as mais extravagantes, não sabem dar razão clara das suas emigrações e a atual residência; e para cada uma delas um século dos nossos é a eternidade. ³⁰³

Diante das constatações, Cunha Matos indagou: “(...) E pretende-se que no meio da ignorância que ainda hoje vivemos **a respeito de muitas províncias** se escreva a História Filosófica do Brasil?” ³⁰⁴ (o grifo corresponde a um adendo ao original) O próprio responderia à inquietação, concluindo que “(...) pela parte que me toca direi que ainda não estamos para isso habilitados: contentemo-nos com pouco bom para chegarmos ao muito ótimo.” ³⁰⁵

Em meio ao caloroso debate sobre a escrita da história nacional, Cunha Matos, assolado pela morte repentina de sua filha, viria a falecer em 2 de março de 1839. ³⁰⁶ Nessa mesma data, a sessão do Instituto, marcada por grande pesar, contou com a apresentação do parecer da comissão de História que aprovou o trabalho, com a ressalva de que retornasse à comissão “para marcar também os outros fatos importantes do Brasil intermediários às três grandes épocas estabelecidas.” ³⁰⁷ De fato, a discussão não se encerraria com a morte do marechal. Em 16 de março de 1839, o Visconde de São Leopoldo “leu um trabalho seu, onde expunha as razões em que baseava a sua opinião sobre as épocas da história brasileira.” ³⁰⁸

³⁰¹ MATOS, Op. Cit., nota 296.

³⁰² GUIMARÃES, Manoel Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 118.

³⁰³ MATOS, Raimundo José da Cunha. *Programa – Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil*. Coleção IHGB: DL 48,18.

³⁰⁴ Ibid.

³⁰⁵ Ibid.

³⁰⁶ SOARES, Gerusa. *Cunha Matos (1776-1839): Fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Empresa Gráfica Editora. Paulo, Pongetti & C. RJ, 1931, p.7-8.

³⁰⁷ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo I, 1839, p. 64.

³⁰⁸ Ibid. p.65.

De toda forma, a memória oferecida pelo Presidente do Instituto seria, segundo informam as atas das sessões, a última manifestação dos sócios a respeito do tema provocador de discussões tão produtivas. A tensão entre as falas demonstra, portanto, o quão plural eram as percepções a respeito do saber no qual aqueles letrados se iniciavam. Todavia, o manuscrito que guarda todo esse debate permaneceu inédito no arquivo do IHGB até 1863. O que, talvez, se justifique pela prudência do Instituto em preservar escritos polêmicos à posteridade. Afinal, as personalidades que fomentaram a sua criação defendiam compreensões divergentes acerca dos caminhos que levariam à escrita efetiva da história da nação. Argumentos plenamente consistentes disputavam o apoio da maioria dos sócios para tornar-se, assim, o modelo oficial.

Cabe aqui abrir um parêntese para analisar o manuscrito atribuído a Raimundo José da Cunha Matos. Embora não se pretenda realizar um exercício de paleografia, ou de crítica de autenticidade, considerou-se pertinente examiná-lo já que se encontra repleto de cortes, substituições e adendos.

O manuscrito³⁰⁹ está aparentemente incompleto quando comparado à publicação, pois apresenta apenas quinze parágrafos, enquanto que na *Revista* a dissertação contém vinte e um. Há alguns indícios de que não houve perda de parte do original, pois o seu suporte encontra-se com inscrições até o fim da última página; além disso, o último parágrafo não foi interrompido; e, como o original ainda está alinhavado por uma lombada, não é improvável que a dissertação tenha sido acrescida dos outros parágrafos. Considerando essa possibilidade, debruçamo-nos sobre os seis últimos parágrafos da dissertação publicada – os quais não constam no original. Embora o 15º parágrafo seja marcado por um caráter conclusivo, os subsequentes demonstram continuidade, bem como evidenciam a autoria de Raimundo José da Cunha Matos.³¹⁰

Seja como for, o certo é que o manuscrito foi interpolado. Mas, por quem? Como o marechal faleceu logo em seguida à apresentação deste seu trabalho à plenária, também não é improvável que ele tenha sido alterado por penas alheias a do autor. No entanto, não podemos afiançar quando tais interpolações foram realizadas, uma vez que o manuscrito repousou no

³⁰⁹ O manuscrito encontra-se em mal estado de conservação, por isso não foi autorizada sua digitalização. Ver: Coleção IHGB, DL 48, 18.

³¹⁰ O último parágrafo do original possui um aspecto de conclusão, porque depois de discorrer sobre as épocas, retoma ao que havia discutido nas suas primeiras páginas: a questão da História Geral. Entretanto, do 16º ao 21º parágrafos da publicação exploram as mesmas questões e faz-se referência a outras obras de Cunha Matos, como pertencendo ao autor. Ver: MATOS, Raimundo José da Cunha. *Programa – Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil*. Coleção IHGB: DL 48,18; ver também: RIHGB, Rio de Janeiro, tomo XXVI, 1863.

acervo do Instituto por vinte e cinco anos até ser publicado. Vale ressaltar que a publicação respeita todas as “correções” realizadas no original.

Alterações de toda sorte se verificam. Como que em um exercício de elegância narrativa, o vocábulo “ignorância” foi substituído por “incapacidade”. Já a expressão “nossa história” foi rasurada, quando, antes de mencionar a carta de Pero Vaz de Caminha, Cunha Matos refere-se à carta que Pedro Álvares Cabral teria remetido ao Rei D. Manoel. Diz a dissertação, que seria uma grande felicidade “chegar a descobrir-se esse monumento precioso da **nossa história**”, por certo, o uso do pronome possessivo não fora afiançado, porque a dissertação discutia, justamente, a maneira mais adequada de narrar o passado, que a essa altura, ainda não era comum às diversas “culturas” dispersas pelo território.

Havia também, para além de cortes ou substituições, adendos ao texto original, como pôde ser percebido nas citações que retiramos do manuscrito. Um exemplo está no trecho que Cunha Mattos reflete sobre a autonomia na elaboração das narrativas históricas, ao qual se acrescentou: “a história só pode ser composta por filósofos, mas para isto devem estes gozar uma inteira e sensata liberdade.”³¹¹

Naquele último parágrafo do original, quando o autor retoma o debate com o qual havia inaugurado o texto, se faz o adendo explicativo grafado: “e pretende-se que no meio da ignorância que ainda hoje vivemos (**a respeito de muitas províncias**) se escreva a história filosófica do Brasil? Pela parte que me toca direi que ainda não estamos para isso habilitados: contentemo-nos com pouco bom, para chegarmos ao muito ótimo.”³¹²

Uma correção bastante significativa a respeito dos impasses com os quais conviviam por conta da “exigência do singular nação”,³¹³ ocorreu no trecho, já citado anteriormente: “(...) Aquilo que escreveram os portugueses e os brasileiros; e de mais a mais muitas inventivas, insultos, calúnias, impropérios, falsidades em desabono do Povo **do Brasil!** (...)”³¹⁴ A substituição do vocábulo “brasileiro” pela locução “do Brasil”, expressam a preocupação dos corretores em não antecipar uma idéia de identidade, da qual a maior parte dos habitantes do território não compartilhava.

Esse manuscrito configura, portanto, uma constatação: a de que as publicações da *Revista* podem não refletir o exato teor dos originais correspondentes, uma vez que a

³¹¹ MATOS, Raimundo José da Cunha. *Programa – Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil*. Coleção IHGB: DL 48,18.

³¹² Ibid.

³¹³ A expressão dá título a um capítulo do recente trabalho de Kaori Kodama. Ver: *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. RJ: Editora FIOCRUZ; SP: EDUSP, 2009, p. 97.

³¹⁴ MATOS, Raimundo José da Cunha. *Programa – Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil*. Coleção IHGB: DL 48,18.

Comissão de Redação realizava intervenções, em nome da melhor adequação dos textos à organização e coerência de sua publicação. Basta lembrar, que o parecer da Comissão de História recomendou o retorno do manuscrito à própria Comissão para que fossem acrescentados “outros fatos importantes do Brasil intermediários às três grandes épocas.”³¹⁵

Em 1840, a persistência do impasse e a necessidade de equacionar a questão, por certo, motivaram o oferecimento do prêmio de cem mil reis à memória que fosse oferecida ao Instituto até o fim do quarto ano acadêmico -1842- a quem desenvolvesse o melhor “Plano de se escrever a História antiga e moderna do Império do Brasil, organizada com tal sistema que nela se compreendam as suas partes política, civil, eclesiástica e literária”. A proposição, não mais formulada como um *programa histórico*, seria atendida por Karl Friedrich Philipp von Martius, que, em 1843, enviou ao Instituto sua memória intitulada *Como se deve escrever a História do Brasil*.

Premiada e publicada em 1844, a dissertação seria aclamada por conclamar as três raças formadoras do Brasil ao amálgama. Quanto à escrita efetiva da História, Von Martius constata que: “(...) a imensa vastidão do território brasileiro, a grande variedade da condição de seu solo, de seu clima, de seus produtos, da índole, costume e mescla de seus habitantes, trará grandes dificuldades na composição de uma História Geral do país (...)” Assim, aos que fossem se debruçar sobre tanta diversidade o autor sugeria que: “(...) o historiador possa, sem ofender a unidade da História, iluminar os acontecimentos com esse colorido local.”³¹⁶

Externando uma percepção ilustrada do uso da História, Martius corrobora os argumentos de Cunha Matos, recomendando que:

Aquele que empreender escrever a História começará antes por visitar as diversas províncias do Império, examinando com seus próprios olhos todas as particularidades de sua natureza e povoação (...) o escritor terá de conhecer as necessidades peculiares de cada província, (...) dar úteis conselhos ao governo, e de interessar a todos os brasileiros na leitura de sua História. (...) Seu estilo deve ser nobre, correto, porém simples e claro. Sua História deve ser escrita para o povo (...)³¹⁷

Os avaliadores da memória premiaram-na, reconhecendo a importância das considerações filosóficas realizadas pelo autor, e destacando que: “(...) se alguma coisa se podia dizer contra ele, é que uma História escrita segundo aí se preserve talvez seja

³¹⁵ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo I, 1839, p.64.

³¹⁶ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo IX, 1847, p. 286.

³¹⁷ Ibid. p. 286-7.

inexeqüível na atualidade. (...) Porém, não se trata aqui de uma questão de tempo; aí está o modelo para quando a coisa for realizável.”³¹⁸

Dispor do conhecimento a respeito de um território tão vasto permanecia, portanto, no campo da expectativa desses letrados. Converter a pluralidade do Brasil em identidade colocava-se, ainda, como um problema para o Instituto. Restava-lhe, então, incentivar a produção de textos que abordassem aspectos parciais desse horizonte histórico. Valiam-se, assim, dos recursos legados pela academias setecentistas: a elaboração de memórias e a proposição de *programas históricos*. Herdeiros desses códigos, bem como expressões das demandas contemporâneas, os *programas* constituíam, nesse sentido, uma espécie de paliativo à impossibilidade da escrita da história filosófica.

O debate acerca da escrita da história nacional, portanto, não havia se dissolvido e não o seria tão cedo. A tentativa de Francisco Adolfo de Varnhagen de por fim à inquietação, não foi reconhecida pelos seus confrades. Publicada com o financiamento do Imperador, a *História geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal* não agradou ao Instituto, a essa altura, polarizado entre os indianistas e os seguidores de Varnhagen.³¹⁹ Talvez, se o exímio pesquisador houvesse se apropriado dos conselhos proferidos pelo naturalista alemão, o Instituto lhe renderia sua chancela, e ele colheria os louros por redigir aquela História, a qual os primeiros Estatutos do IHGB se referiam com distanciamento.

³¹⁸ Ibid. p. 287.

³¹⁹ Para elaborar tais assertivas sobre a repercutida obra de Varnhagen, apoiamo-nos em: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Francisco Adolfo de Varnhagen: História Geral do Brasil. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no tropico*. Vol. II. Editora Senac, São Paulo, 2001, p. 76-96.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os *programas históricos* aventados e desenvolvidos nas dependências do Instituto Histórico por seus membros são expressões concretas das inquietações provocadas pelos imperativos que se colocavam impreteríveis às nações que se quisessem civilizadas. Legados e demandas contemporâneas mesclam-se em suas formulações programáticas e deixam escapar, nas suas entrelinhas, as sensações que os acometiam.

De qualquer modo, as dissertações oriundas dos questionamentos propostos pelos *programas históricos* externam, ao lado das memórias históricas, o labor da pena dos sócios do IHGB. Enquanto o arcabouço documental se enrijecia com as compras e doações de documentos, aqueles letrados apresentavam suas “contribuições historiográficas”, de acordo com as contingências postas pelo cotidiano de suas atividades intelectuais e políticas.

Tais enunciados programáticos foram, portanto, condicionados pelos interesses da elite que necessitava de legitimação acadêmica às suas intervenções práticas. Conforme demonstramos, aqueles agremiados atuavam tanto na formulação das questões, como na aplicabilidade de seus resultados à realidade, atuando, portanto, em um e outro papel. Produzindo narrativas acerca das necessidades que se impunham, os “autores” do IHGB arriscavam-se na difícil tarefa de pensar o presente, e de atender às problemáticas que emergiam da exigência pela construção da nacionalidade. Diversos campos do conhecimento, como o das ciências naturais e de outros domínios das humanidades envolveram-se nesse empreendimento oitocentista. Aqui, no entanto, coube-nos averiguar em que medida aquilo que compreendiam como História contribuiu para o êxito da disseminação de uma noção de pertencimento comum.

Herdeiros da forma acadêmica ilustrada, os *programas* serviram de suporte aos conteúdos caros àquele Estado recém-independente. Interrogando-se sobre temas em aberto, os seus autores faziam usos distintos da história, que se evidenciavam por especulações programáticas de natureza disciplinar ou retórica, afinadas pela expectativa de uma nação soberana.

A tradição antiquária e erudita se efetivava nos textos produzidos pelos sócios, coadjuvada pelo legado filosófico setecentista, bem como pelos paradigmas narratológicos do século XIX. Dessa miscelânea de referências emanavam, portanto, os *programas históricos* em toda a sua polivalência. Por vezes descrevendo hábitos autóctones, por outras atestando a veracidade de fatos acontecidos, ou, ainda, discorrendo sobre lacunas historiográficas, os

programas espelhavam a imbricada relação entre as heranças e as demandas políticas, no momento em que a História se reconfigurava como uma disciplina autônoma, dotada de uma operação específica.

Orientados, portanto, pelos pressupostos da crítica documental, os *programas* mostram como a disciplinarização do campo historiográfico foi recepcionada pelos letrados brasileiros. Por aqui, ilustrados e românticos partilhavam os mesmos espaços de sociabilidade e, regidos pelo historicismo, construía a memória que se fazia urgente, sob as orientações de um Instituto que condicionava as diferentes posturas intelectuais de seus membros com a proteção perpétua do Imperador. Palco da coexistência, como é próprio de um período de adequações, o Instituto acabou por se delinear, paradoxalmente, polifônico e consensual.

O trabalho que aqui se encerra primou por elucidar os contornos da prática acadêmica de proposição de *programas*, peculiar por indicar os temas a serem tratados. No entanto, quando nos deparamos com os manuscritos originais do *programas históricos* as pretensões se ampliaram. A pesquisa, de fato, nos conduziria para além dos caminhos inicialmente trilhados. O cotejo entre os originais e as atas das sessões ordinárias nos permitiu reconhecer que o consenso externado pelos conteúdos publicados na *Revista*, em verdade, constituía apenas aparência. Transpirando tensões e disputas, as fontes sobre o cotidiano de atividades do IHGB, guardam as fissuras daquela superficial harmonia. Contudo, como aqui restringimo-nos aos debates travados em torno dos *programas*, cabe salientar que continuam a repousar nos arquivos do IHGB outros relatos daquela polifonia, os quais, talvez, possam despertar experiências perceptivas tão agradáveis como esta que acabo de desfrutar.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Valdei Lopes. *A experiência do tempo: modernidade e historicização no Império do Brasil*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de História, 2003.
- ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- BARATA, Alexandre Mansur. Constitucionalismo e sociabilidade na cidade do Rio de Janeiro (1822-1823): a Nobre Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz e o projeto de Constituição para o Império do Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de (Org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- BARRET-KRIEGEL, Blandine. *Les Academies de l'histoire*. Paris: PUF, 1988.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CERTEAU, Michel. *A escrita da História*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2006.
- CORBIN, Alain. *Materieux pour un centenaire. Lê contenu de la Revue Historique et son evolution*. Cahiers n°2 – Institut d'histoire de la presse et de l'opinion, Tours: 161-204, 1979.
- DOMINGOS, Simone Tiago. *Política e Memória: a polêmica sobre os jesuítas na Revista do IHGB e a política imperial (1839-1886)*. Dissertação de Mestrado, Campinas: IFCH-UNICAMP, 2009.
- FERRONE, Vincenzo ; ROCHE, Daniel. *Les Monde des Lumière*. Fayard, 1999.
- GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. Com a colaboração de Pedro Moacyr Campos e Emilia Viotti da Costa. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961.
- GRINBERG, Keila. Escravidão, alforria e direito no Brasil oitocentista: reflexões sobre a Lei de 1831 e o “princípio de liberdade” na fronteira sul do Império brasileiro. In: CARVALHO, José Murilo de (Org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 267-85.
- GUERRA, François-Xavier ; LEMPÉRIERE, Annick. *Los espacios públicos em iberoamérica: ambigüedades y problemas*. Siglos XVIII-XIX. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1998.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu*: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da Republica, 2007.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). In: *R. IHGB*, ano. 156, n.388, p.459-613, jul./set. 1995.

GUIMARAES, Lucia Maria Paschoal. *Francisco Adolfo de Varnhagen: História Geral do Brasil*. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no tropico*. Vol. II. Editora Senac, São Paulo, 2001, p. 76-96.

GUIMARAES, Lucia Maria Paschoal (Org.) ; PRADO, Maria Emilia (Org.). *O Liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de. (Org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. As Luzes para o Império: História e Progresso nas páginas de O Patriota. In: Kury, Lorelai (Org.). *Iluminismo e Império no Brasil: O Patriota (1813-1814)*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX*. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, p.184-200, 2002.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História nacional. Estudos históricos. *Caminhos da historiografia*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.5-27,1988.

HARTOG, François. *Régimes d'historicité. Présentisme et expériences du temps*. Paris: Seuil, 2003.

IGGERS, Georg. *Historiography in the Twentieth Century. From Objectivity to the Postmodern Challenge*. Hanover-London, Wesleyan University, 1997.

KANTOR, Íris. *Esquecidos e Renascidos: Historiografia Acadêmica Luso-Americana*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004.

KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: Fiocruz; São Paulo: Edusp, 2009.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Eduerj: Contraponto, 1999.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

MOREL, Marco. *Nação e revolução: o rubro veio historiográfico no Brasil na primeira metade do século XIX*.

MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*. Coimbra: Edições Minerva, 2003.

OLIVEIRA, Maria da Gloria de. *Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IFCS, UFRJ, 2009.

PEDROSA, Fabio Mendonça. *Sol oriens in occiduo – contribuições para o estudo da Academia Brasílica dos Esquecidos*. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Vira e mexe nacionalismo: paradoxos do nacionalismo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

QUEIROZ, Bianca Martins de. *Raimundo José da Cunha Matos (1776-1839): “A pena e a espada a serviço da pátria”*. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: UFJF, 2009.

RENAN, Ernest. *O que é uma nação?* In: ROUNET, Maria Helena (Org). *Nacionalidade em questão*. Rio de Janeiro: Cadernos da Pos/Letras/UERJ, 1997.

RIOUX, Jean-Pierre ; SIRINELLI, Jean-François (Org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

ROCHE, Daniel. *Les Republicains des lettres: gens de culture et lumière au XVIII siècle*. Paris: Libraire Artheme Fayard, 1988.

SCHORSKE, Carl E. *Pensando com a História: indagações na passagem para o modernismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz, “*Os Institutos Históricos e geográficos - Guardiões da história oficial.*” In: _____. *O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 99-140.

_____. “Um Monarca nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Academia Imperial de Belas Artes e o Colégio Pedro II.” In: _____. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 125-157.

_____. “Formando uma cultura local: a ciência sou eu.” In: _____. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Ana Rosa Coclet. *Inventando a Nação: Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso-Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822)*. São Paulo: Hucitec, 2006.

SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa*, tomo I. 5.ed. Lisboa: Typographia de Antonio José da Rocha, 1844.

SILVA, José Luiz Werneck da, *Isto é o que me parece*. Dissertação de mestrado, Niterói: UFF, 1979, 2 v.

SOARES, Gerusa. *Cunha Matos (1776-1839): fundador do Instituto Historico e Geografico Barsileiro*. Empresa Gráfica Editora. Paulo, Pongueti e C. Rio de Janeiro, 1931.

SOUZA, Roberto Acízelo de. *O Império da Eloquencia. Retórica e Poética no Brasil Oitocentista*. Rio de Janeiro: EDUERJ: EDUFF, 1999.

STAROBINSKI, Jean. *As máscaras da civilização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

VALE, Renata William Santos do. *Lições da história: as concepções de história dos fundadores do IHGB*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de História, 2003.

VEYNE, Paul, *Como se escreve a História*. Lisboa: Edições 70, 1983.

WEHLING, Arno. *A invenção da história: estudos sobre o historicismo*. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2001.

Fontes primárias impressas

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo I ao tomo XX, 1839 a 1857; tomo XXVI, 1863; tomo LXV, 1902.

Estatuto do IHGB. Arq. IHGB. Coleção Teresa Cristina. 7, 2, 3 nº2.

Fontes primárias manuscritas

Coleção IHGB

DL 176,22 – relação de programas não distribuídos e não desenvolvidos.

DL 178,23 – relação de programas distribuídos e não apresentados.

DL 48,18 – “Dissertação acerca da maneira de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil”, por Raimundo José da Cunha Matos.

DL 45,16 – “Quais sejam as causas da espantosa extinção das famílias indígenas que habitavam as províncias litorais do Brasil: se entre essas causas se deve numerar a expulsão dos jesuítas, que pareciam melhor saber o sistema de civilizar os indígenas?”, por José Silvestre Rebelo.

DL 44,30 – “Qual seria hoje o melhor sistema de colonizar os índios do Brasil entranhados em nossos sertões; se conviria seguir o sistema dos jesuítas, fundado principalmente na propagação do cristianismo, ou se outro do qual se esperem melhores resultados do que os atuais.”, por Januário da Cunha Barbosa.

DL 45,22 - “Quais os meios que se deve lançar mão para obter o maior nº possível de documentos relativos à Historia e Geografia do Brasil?”, por Rodrigo de Sousa da Silva Pontes.

DL 45,26 - “Onde aprenderam e quem foram os artistas que fizeram levantar os templos dos jesuítas em Missões, e fabricaram as estatuas que aí se achavam colocadas? – A pessoa que tratar desta questão deverá ter em vista a opinião do Sr. Monglave, que pretende que esses artistas eram negros, escravos dos jesuítas, que esses mandaram instruir à Itália.”, por Rodrigo de Sousa da Silva Pontes.

DL 45,31 - “Qual era a forma porque os jesuítas administravam as povoações de índios que estavam a seu cargo?”, por José Silvestre Rebello.

DL 106,21 - “Qual era a condição social do sexo feminino entre os indígenas do Brasil?”, por Joaquim Machado de Oliveira.

Nº	Programa	Autor	Proposição	Sorteio/Designação	Ordem do dia	Leitura da dissertação	Publicação
1	“Determinar-se as verdadeiras épocas da História do Brasil, e se esta se deve dividir em antiga e moderna, ou quais devem ser suas divisões.”	Januário da Cunha Barbosa	1/12/1838	---	15/12/1838 19/01/1839	15/12/1838 19/01/1839 16/03/1839	RIHGB, (26): 121-143, 1863.
2	“Quais sejam as causas da espantosa extinção das famílias indígenas que habitavam as províncias litorais do Brasil: se entre essas causas se deve numerar a expulsão dos jesuítas, que pareciam melhor saber o sistema de civilizar os indígenas.”	Januário da Cunha Barbosa	04/02/1839	---	01/06/1839	01/06/1839	---
3	“O que se deve concluir sobre a história dos indígenas, ao momento da descoberta do Brasil; e daí por diante, à vista das continuadas guerras entre as suas diversas tribos; da diferença de suas línguas e de seus costumes; se os devemos supor famílias nômades, e no primeiro grau da associação, ou se segregadas das grandes nações ocidentais da América por quaisquer calamidades que as fizessem emigrar, e nesse caso se algum vestígio de civilização das grandes nações do resto da América aparece nos índios do Brasil.”	Januário da Cunha Barbosa	04/02/1839	---	---	---	---
4	“Qual seria hoje o melhor sistema de colonizar os índios do Brasil entranhados em nossos sertões; se conviria seguir o sistema dos jesuítas, fundado principalmente na propagação do cristianismo, ou se outro do qual se esperem melhores resultados do que os atuais.”	Januário da Cunha Barbosa	04/02/1839	24/08/1839 sorteado	05/10/1839	05/10/1839	RIHGB (2): 3-18, 1840.
5	“Se a introdução dos africanos no Brasil serve de embaraço à civilização dos índios, cujo trabalho lhes foi dispensado pelo dos escravos. Neste caso, qual é o prejuízo da lavoura brasileira entregue exclusivamente aos cativos.”	Januário da Cunha Barbosa	04/02/1839	04/02/1839 sorteado	16/03/1839	16/02/1839 16/03/1839	RIHGB (1): 159-172, 1839.
6	“Quais foram os primeiros introdutores de cana, café, tabaco, e outros vegetais de nossa riqueza; em que províncias foram primeiro introduzidos e em que eras.”	Januário da Cunha Barbosa	04/02/1839	16/03/1839 sorteado	20/04/1839	20/04/1839	---
7	“Marcar as diversas épocas da criação das capitâneas gerais do Brasil; da fundação dos seus bispados, das suas relações. Quais seus capitães gerais, seus bispos, e o estabelecimento dos seus missionários, tanto jesuítas como carmelitas, ou de outras ordens nas diversas províncias.”	Januário da Cunha Barbosa	04/02/1839	28/06/1839 Sorteado	10/08/1839	10/08/1839 24/08/1839 05/10/1839	---

8	“O Instituto Histórico Brasileiro é o representante das idéias da Ilustração, que em diferentes épocas se manifestaram neste continente?”	Visconde de São Leopoldo apresentou o trabalho sem haver proposição.	04/02/1839	---	---	04/02/1839	RIHGB (1): 77-97, 1839.
9	“Quais são os limites naturais, pactuados e necessários do Império do Brasil?”	Visconde de São Leopoldo apresentou o trabalho sem haver proposição.	16/02/1839	---	---	16/02/1839	RIHGB, 65 (105): 341-375, 1902.
10	“Qual é a origem da raça dos ciganos que se encontra pelo Brasil?”	Desembargador Pontes	06/04/1839	---	04/05/1839	04/05/1839	---
11	“Quais são os vestígios existentes no Brasil, que possam provar uma civilização anterior à conquista dos portugueses?”	Desembargador Pontes	06/04/1839	---	---	---	---
12	“Quais os meios que se deve lançar mão para obter o maior n° possível de documentos relativos à Historia e Geografia do Brasil?”	Desembargador Pontes	10/08/1839	24/11/1840 Sorteado	16/01/1841	04/02/1841	RIHGB (3): 149-157, 1841.
13	“Se os escravos no Brasil são tratados com maior ou menor cuidado e humanidade do que nos outros países que tem escravos?”	Desembargador Pontes	10/08/1839	04/04/1840 – sorteado 31/10/1840 – designado	---	---	---
14	“Quais os efeitos imediatos e essencialmente ligados à mudança da corte de Portugal para o Brasil?”	Desembargador Pontes	10/08/1839	06/06/1840 – sorteado 31/10/1840 – designado	---	---	---
15	“Se para a civilização do país tem resultado alguma vantagem da introdução de estrangeiros como exploradores das minas de ouro?”	Desembargador Pontes	10/08/1839	22/02/1840 – sorteado 16/02/1850 – designado	23/05/1840	23/05/1840	---
16	“Quais os primeiros americanos que intentaram obter a independência do seu país?”	Desembargador Pontes	10/08/1839	10/02/1850 – designado	---	---	---
17	“A que classe da sociedade pertencia, geralmente falando, o maior numero dos primeiros povoadores portugueses do Brasil, e que influencia exerceram nos costumes dos seus descendentes os costumes desses primeiros povoadores?”	Desembargador Pontes	10/08/1839	11/01/1840 Sorteado	25/01/1840	22/02/1840	---

18	“Enumerar as diversas nações de índios que povoavam o Brasil, quando foi descoberto pelos portugueses, mencionando os lugares em que habitavam e os caracteres físicos e morais mais salientes, que as distinguíam entre si. Se ainda existem restos de todas essas nações, ou se já algumas tem completamente desaparecido.”	Manoel Ferreira Lagos	21/09/1839	---	---	---	---
19	“Se a antropofagia era ou não comum entre todas as nações indígenas do Brasil. Se pela negativa, quais as nações antropófagas, e quais os motivos que as levavam a praticar tão bárbaro ato, se um apetite voraz de sangue humano, ou se uma vingança cruel exercida contra seus prisioneiros.”	Manoel Ferreira Lagos	21/09/1839	22/09/1842 Sorteado	---	---	---
20	“Qual seria o motivo porque os portugueses tendo visitado o Rio de Janeiro no ano seguinte ao do descobrimento do Brasil, e até principiado aí um estabelecimento alguns anos depois: não podendo deixar de reconhecer a beleza, comodidade e vantajosa posição de seu porto, a fertilidade de seu solo e outras circunstancias que o fizeram preferir em tempos posteriores para capital do Estado, só tantos anos depois (1568) começaram na margem de sua magnífica baía a fundação de um estabelecimento permanente, sendo provável que ainda o desprezassem por muito tempo se não fosse a necessidade de expulsar os franceses e tirá-los de uma vez a esperança de voltarem; não se podendo atribuir esse desprezo à resistência dos Tamoios, pois igual e maior sofrerão de nações não menos valentes e numerosas em outras partes da costa do Brasil menos interessantes, em que apesar disso se estabeleceram muitos anos primeiro.”	Mariz Sarmento	09/05/1840	16/03/1850 designado	---	---	---
21	“Por que razão sendo a útil arte tipográfica conhecida na Europa desde o meado do século XV, tardou tanto em ser introduzida no Brasil? Quais os motivos que retardaram sua introdução; em que parte do nosso solo trabalhou a primeira imprensa, por quem ela foi mandada vir e dirigida, e qual a primeira obra dada a luz no Brasil? Traçar finalmente um resumo da historia da tipografia na Terra de Santa Cruz.”	Manoel Ferreira Lagos	18/07/1840	18/07/1844 designado	---	---	---

22	“Se todos os indígenas do Brasil, conhecidos até hoje, tinham idéia de uma única divindade, ou se a sua religião se circunscrevia apenas em uma mera e supersticiosa adoração de fetiches: se acreditavam na imortalidade da alma, e se os seus dogmas religiosos variavam conforme as diversas nações ou tribos? No caso da afirmativa, em que diferenciavam eles entre si?”	Manoel Ferreira Lagos	18/07/1840	22/09/1842 designado	---	---	RIHGB (6): 133-155, 1844.
23	“O que se pretende significar no alvará de 11/02/1544, citado a pg. 71 das memórias do Frei Gaspar da Madreus, quando nesse alvará expedido por D. Ana Pimentel na qualidade de governadora da capitania de São Vicente, como esposa de Martim Afonso de Souza, é proibido aos portugueses o irem ao campo no tempo em que os índios andam em sua santidade, porque é grande perigo irem lá em tal tempo.”	Desembargador Pontes	17/10/1840	---	---	---	---
24	“Qual a origem da cultura e comércio do anil entre nós? E quais foram as causas do progresso e decadência desse ramo de cultura e comercio?”	Desembargador Pontes	17/10/1840	16/02/1850 designado	---	---	RIHGB (15): 42-60, 1852.
25	“Onde aprenderam e quem foram os artistas que fizeram levantar os templos dos jesuítas em Missões, e fabricaram as estatuas que aí se achavam colocadas? – A pessoa que tratar desta questão deverá ter em vista a opinião do Sr. Monglave, que pretende que esses artistas eram negros, escravos dos jesuítas, que esses mandaram instruir à Itália.”	Desembargador Pontes	14/11/1840	27/02/1841- sorteado 22/04/1841 - designado	---	17/03/1842	RIHGB (4): 65-80 1842.
26	“Qual era a forma porque os jesuítas administravam as povoações de índios que estavam a seu cargo?”	Desembargador Pontes	23/12/1840	16/01/1841	27/02/1841	27/02/1841	---
27	“Quando, como e por quem se introduziram no Rio de Janeiro os primeiros trabalhos cênicos, acrescentando a historia da arte teatral na mesma cidade, ate aos nossos dias, com uma exposição de seu estado atual, do aspecto que oferece para o futuro e da sua influência na moralização do país?”	Desembargador Pontes	23/12/1840	01/07/1841 – sorteado 26/08/1841 – designado	---	---	---

28	“Quais as sociedades secretas que se tem estabelecido no Brasil, e desde quando, ou sejam nele inventadas, ou trazidas e imitadas de outros países; os fins do seu instituto; o seu aumento e estado atual, ou a sua decadência e extinção; que influencia hajam tido, e porque meios, na moralidade do povo, nas suas opiniões religiosas e políticas, e nos acontecimentos mais notáveis do país?”	Mariz Sarmento	13/02/1841	22/04/1841 Sorteado	19/05/1841	---	---
29	“Quais foram e como eram organizadas as primeiras Escolas de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro; qual o andamento e progresso do ensino da faculdade naquelas escolas; qual o estado atual delas; e qual provavelmente será o seu futuro?”	Desembargador Pontes	27/02/1841	19/05/1841 – sorteado 01/07/1841 – designado	---	---	---
30	“Que obras imprimiram os jesuítas sobre o Brasil?”	Mariz Sarmento	13/03/1841	---	---	---	---
31	“Que motivos impeliram os jesuítas a pugnar pela liberdade dos índios, e quais foram os sucessos mais notáveis a que deram lugar os esforços dos Padres da Companhia para obter aquele fim?”	Desembargador Pontes	1/07/1841	21/10/1841 Sorteado	---	---	---
32	“Quais foram os introdutores do gado vaccum, lanífero e cavalari na província do Rio Grande do Sul?”	Desembargador Pontes	1/07/1841	26/08/1841 – sorteado 21/10/1841 – designado	---	---	---
33	“Se a descoberta do Brasil concorreu para a inovação da ortografia e do estilo da língua portuguesa?”	José Silvestre Rebello	1/07/1841	21/10/1853 designado	---	---	---
34	“Qual o grau de veracidade em que se deva ter o fato maravilhoso de Diogo Álvares Corrêa, e da celebre Paraguassu, conforme refere Rocha Pita na sua “América Portuguesa”, de que deixando a nado as praias da baía de todos os santos, acolhidos em uma nau francesa, e levados a França, onde reinava Henrique II, ali foi ela batizada com o nome da Rainha Catarina de Medicis, e unidos em matrimonio, sendo padrinhos os sobreditos monarcas.”	Dr. Marco Antônio de Araújo e Visconde de São Leopoldo.	06/07/1841	---	---	22/04/1847	RIHGB (10): 129-152., 1848.
35	“Qual era a condição social do sexo feminino entre os indígenas do Brasil?”	Desembargador Pontes	21/10/1841	03/02/1842 – sorteado 31/03/1842 - designado	---	---	RIHGB (4): 168-201, 1842.
36	“Povoado o Brasil de portugueses, oriundos na maior parte das províncias do norte de Portugal e ilhas adjacentes, qual a razão porque os brasileiros, seus descendentes, não tomaram deles, ao menos com leve alteração, o assento e a pronuncia? E parecendo que pela mesma razão, que mui pouca ou nenhuma diferença deveria haver geralmente a esse respeito entre os naturais das diversas províncias do Brasil, qual a razão das diferenças que se observam em cada uma delas, e quais essas diferenças, e as palavras, frase, e idiotismos particulares de cada uma?”	Mariz Sarmento	21/10/1841	---	---	---	---

37	“Se existiram ou não Amasonas no Brasil? Se existiram, quais os testemunhos de sua existência, quais seus costumes usanças e crenças? Se se assemelhavam ou indicavam originarem-se das Amasonas da Scythia e Líbia, e quais os motivos do seu rápido desaparecimento? Se não existiram, que motivos tiveram Orellana e Christovam da Cunha, seu fiador, para nos asseverarem a sua existência?”	Joaquim Norberto de Sousa Silva	04/11/1841	21/10/1853 designado	---	28/04/1854 12/05/1854	RIHGB (18): 5-66, 1855.
38	“Qual era a sorte das mulheres índias aprisionadas na guerra pelos selvagens antropófagos? Se eram devoradas por eles em seus banquetes, ou reservadas para suas escravas, ou postas em liberdade?”	Joaquim Norberto de Sousa Silva	20/02/1842	21/10/1853 designado	---	---	---
39	“Os caracteres semelhantes a letras, que se vêem em algumas das rochas graníticas do Brasil, são obra dos homens ou da natureza?”	José Silvestre Rebello	20/02/1842	---	---	---	---
40	“Quais foram os primeiros indivíduos que tentaram obter a independência do Brasil?”	Autoria não declarada	---	31/03/1842	---	---	---
41	“Que influencia exerceu no Brasil o Tribunal da Inquisição de Portugal?”	Mariz Sarmento	09/02/1843	27/04/1844 - sorteado 16/08/1850 – designado a Frei Rodrigo de São José 21/10/1853 – designado a Diogo Soares da Silva Bivar	---	---	---
42	“Que usos, costumes, palavras e frases dos íncolas do Brasil andam hoje no trato comum da sociedade polida dos brasileiros?”	Mariz Sarmento	03/04/1843	23/04/1845 – sorteado 15/12/1849 – designado a Duarte da Ponte Ribeiro	---	---	---
43	“Não será verdade o que afirmam alguns historiadores, e se tem geralmente repetido ate hoje, que a guerra da restauração de Pernambuco do domínio holandês na recebeu auxilio algum da corte de Lisboa, e que foi empreendida e sustentada a despeito das ordens dela, e ate contra a sua vontade? Ou será, pelo contrario, verdade, como alguns suspeitam, e outros tem por certo, que aquela guerra foi insinuada e fomentada pela mesma corte, e por ela auxiliada, quanto podia, com armas, gente e munições, que mandava ocultamente, e pouco e pouco; e que a ordens ostensivas em que formalmente a desaprovava não eram sinceras, e só tinham por fim iludir a Holanda, cuja aliança na Europa tão necessária lhe era contra a Espanha?”	Mariz Sarmento	16/11/1843	---	---	---	----

44	“Quais foram as diversas atribuições dos capitães-mores do Brasil desde a sua origem até a sua extinção?”	Desembargador Pontes	27/04/1844	21/10/1853 – designado a Joaquim Maria Nascentes de Azambuja	---	---	---
45	“O estudo e imitação dos poetas românticos promove ou impede o desenvolvimento da poesia nacional?”	Desembargador Pontes	27/04/1844	15/12/1849 – designado a Francisco de Paula Menezes	---	19/06/1851	---
46	“Quais os serviços que as diferentes ordens religiosas do Brasil tem prestado à civilização, e quais as vantagens que das mesmas ordens se podem atualmente colher para o mesmo fim?”	Desembargador Pontes	27/04/1844	23/01/1845 – designado ao Sr. Sigaud	---	---	---
47	“Comparar o estado físico, intelectual e moral dos indígenas da quinta parte do mundo com o estado físico, intelectual e moral dos indígenas do Brasil, considerados uns e outros na época da respectiva descoberta, e deduzindo desta comparação quais ofereciam nessas mesmas épocas melhores probabilidades à empresa da civilização.”	Desembargador Pontes	10/10/1844	15/12/1849 – designado a Antonio Gonçalves Dias	---	20/08/1852	---
48	“Quais as tradições conservadas pelos autóctones, ou vestígios físicos descobertos até hoje que possam confirmar a opinião de alguns autores – de haver sido o Brasil visitado por europeus ou por outros quaisquer descendentes do velho mundo, antes da chegada do venturoso Cabral?”	Manoel Ferreira Lagos	05/08/1847	---	---	---	---
49	“Historia dos jesuítas no Brasil e sua influência sobre a civilização e artes até a sua queda, comparando-se com outras ordens religiosas.”	Manoel Ferreira Lagos	05/08/1847	---	---	---	---
50	“História da cidade do Rio de Janeiro, dividida em três épocas: a da fundação ate a chegada do Rei; desta data até a abdicação desta até os nossos dias; compreendendo-se também o plano dos arrabaldes.”	Manoel Ferreira Lagos	05/08/1847	---	---	---	---
51	“De que meios se servem os indígenas do Brasil para marcarem o tempo?”	Autoria atribuída ao Instituto	31/08/1848	---	---	---	---
52	“Quais os animais introduzidos na América pelos conquistadores?”	Autoria atribuída ao Instituto.	31/08/1848	---	---	14/09/1855	RIHGB (19): 509-527, 1856.
53	“Quais as principais plantas exóticas que hoje se acham aclimatadas?”	Autoria atribuída ao Instituto.	31/08/1848	---	---	16/05/1856	RIHGB (19): 539-578, 1856.

54	“O descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral foi devido a um mero acaso, ou teve ele alguns indícios para isso?”	Autoria não declarada	---	15/12/1849 – designado a Joaquim Norberto	---	05/12/1850	RIHGB (15): p.125-204, 1852.
55	“Quais as tradições ou vestígios geológicos, que nos levem à certeza de ter havido terremotos no Brasil?”	Imperador	16/02/1850	16/02/1850 – designado a Guilherme Schuch de Capanema	---	1854	RIHGB (22): 135-159, 1859.
56	“Quais foram os nomes que sucessivamente teve a baía do Rio de Janeiro, também chamada de Cabo Frio e Santa Luzia; e como era chamada dos Tamoyos, si Nictheroy, como quer Brito Freire, ou Guanabara, como escreve Lery e outros, e qual a verdadeira etimologia e significação destes nomes?”	Joaquim Norberto de Souza Silva e Francisco José Borges	08/11/1850	---	---	---	---
57	“Se foi útil ou prejudicial ao Brasil a extinção da Companhia de Jesus? Se seria útil a sua restauração na atualidade?”	Gonçalves Dias.	04/11/1853	---	---	---	---
58	“Qual ou quais os efeitos das descobertas das minas de ouro e diamantes no Brasil sobre o seu comércio, agricultura e colonização?”	Gonçalves Dias.	04/11/1853	---	---	---	---
59	“O que era o Senado da Câmara no Brasil durante o regime colonial? Em que épocas foram sendo creados? Como se compunha o Senado? Quais as suas atribuições? Quais os privilégios de regalias dos seus membros?”	Gonçalves Dias.	04/11/1853	---	---	---	---
60	“Que conceito deve merecer a tradição histórica da viagem de Aleixo Garcia ao Paraguay e Peru?”	Gonçalves Dias	04/11/1853	---	---	---	---

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)